



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE CENTRO DE
EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**ROMANIZAÇÃO, DESAGREGAÇÃO E EFICIÊNCIA: OS
ESTATUTOS DA IRMANDE DE SÃO BENEDITO EM ARACAJU
(1954-2018)**

MARIA DA CONCEIÇÃO BEZERRA DOS SANTOS SOBRINHA

SÃO CRISTÓVÃO-SE

2021

**ROMANIZAÇÃO, DESAGREGAÇÃO E EFICIÊNCIA: OS
ESTATUTOS DA IRMANDADE DE SÃO BENEDITO EM
ARACAJU (1954-2018)**

MARIA DA CONCEIÇÃO BEZERRA DOS SANTOS SOBRINHA

**Monografia de conclusão de curso
apresentada ao Departamento de História
da Universidade Federal de Sergipe para
obtenção do título de licenciado em História.**

Orientador:

Prof. Dr. Petrônio José Domingues

SÃO CRISTÓVÃO-SE

2021

Dedicado à Terezinha Bezerra dos Santos fundamento ancestral da
nossa família.

AGRADECIMENTOS

Certa vez, ainda criança, entrei na Igreja do centro, e eu, que pequena não estava acostumada a ver santos negros nas igrejas, perguntei a mainha, quem é esse? Não me lembro bem, mas me recordo da resposta ter sido sobre não saber bem de quem se tratava. De fato, não sabíamos.

Eu não sabia que em pleno século XXI, existia na cidade de Aracaju uma Irmandade que escolhera para si como padroeiro um santo preto. Aracaju é a minha cidade, a cidade de minha mãe. Sou filha dela, nasci nesta cidade dia 04 de dezembro de 1997 e passei cerca de 21 anos para conhecer São Benedito.

Sim, gostaria de primeiramente agradecer a ele, que fora meu amigo mais íntimo ao longo destes últimos anos, especialmente ao longo de 2020, o ano da pandemia. Gostaria de agradecer de todo o meu coração e com a força de todos os ancestrais que ao longo de suas vidas se confiaram à sua proteção. Sou grata porque sei que o senhor me encontrou, para que segundo as minhas capacidades eu pudesse ser sua amiga e contar a nossa história, a história do povo preto em Aracaju com o senhor. Por isto eu agradeço.

Agradeço aos irmãos de São Benedito, homens e mulheres que construíram um legado do qual sou herdeira e me orgulho muito em ter podido estudar e contar a história de vocês, lhes oferecendo esta monografia como um paupérrimo tributo aos seus feitos dentro desta associação.

À Arquidiocese de Aracaju e a Administração do Cemitério de São Benedito, pela acolhida e colaboração, de maneira especial ao Sr. João Tadeu Lessa e Joerlon Pinto, que tive a alegria de conhecer e parabenizo pelo trabalho e zelo pelo Cemitério.

À minha comunidade paroquial, Sagrada Família de Nazaré, na pessoa do meu querido pároco e padrinho, o Pe. Carlos Alberto Barros. Gratidão, a esta comunidade cristã, que me apresentou à Pessoa de Jesus Cristo e me formou na fé. Sem a qual, de fato, eu não poderia ser a pessoa humana que eu sou hoje.

Gostaria de agradecer aos colegas de turma e amigos que fiz ao longo destes anos na Universidade. Anos desafiantes, de tantos desafios e adversidades. Entrei na UFS uma pobre e preta garota da periferia de Socorro advinda da escola pública e ganhei tanto no convívio com

tanta gente que eu só tenho mesmo agradecer. Especialmente aos amigos-irmãos da história, com os quais construí uma trajetória difícil de ser construída em um ambiente tão nocivo.

Agradeço a socorrense de criação Thaís Monique, especialmente pelos choros e surtos nos escolares e busões da vida, te amo amiga. A Edwyn, sem o qual eu jamais seria a pessoa que sou hoje, por todos os pontos de conexão ancestral, amigo, eu te agradeço, de coração. Me orgulho demais da história que nós dois construímos juntos. A Hiago, meu gêmeo, na pesquisa e na caminhada intelectual, vivi a vida inteira esperando por uma conexão tão forte quanto a nossa, e eu encontrei, palavras não existem no vocabulário português para definir o amor que temos, por isto recorro à palavra *malungo* te chamar, porque ao longo de toda a nossa jornada acadêmica você foi isto, um companheiro, um malungo nas agruras, a minha fuga quilombola na busca por uma vida melhor.

Agradeço imensamente ao CNBN, Coletivo de Estudantes Negres Beatriz Nascimento, meu quilombo na UFS, no qual conheci e finalmente vivi a minha coletividade preta com o que sou, uma preta acadêmica. Amo tanto aos meninos que construíram o CNBN, junto comigo e tenho tanta esperança nos que virão que de fato, vale a pena viver convivendo com tanta potência e vale a pena viver para ver o que o CNBN, virá a ser. Gratidão a todos, por todo crescimento, amor e construção coletiva das nossas vivências na UFS, Beatriz Nascimento, com certeza se orgulharia de nós, pois mesmo com os nossos defeitos e falhas, não desistimos de empreender a luta antirracista dentro da Universidade. Agradeço especialmente a Nathaly, Carol, Bruno, Jon, Hall, Marcel, David, Thalia e Emerson que foram fonte e a personificação do amor ancestral em minha trajetória acadêmica desde 2018.

Agradeço aos professores negros da UFS, especialmente aos professores Roberto Lacerda, Alessandra Correia e Tereza Martins que tanto me ajudaram ao longo da minha jornada, sobretudo na ética enquanto pessoas, as quais me espelho e anseio ser tão importante e benéfica quanto vocês foram em minha vida.

Aos professores Lourival Santana Santos e Carlos Malaquias, que me iniciaram na pesquisa. Esta monografia, também conta com o acúmulo de tudo o que aprendi com os senhores, que para mim, também são espelho de profissionais comprometidos com a produção científica. Ao Prof. Liberato e ao GEPHADA pelo crescimento acadêmico-intelectual, mas sobretudo pelo apoio acadêmico-afetivo ao longo da pandemia.

Ao meu querido orientador Petrônio Domingues, que para mim é um pai, uma referência intelectual, à qual tenho o privilégio de trabalhar, de conviver e aprender todos os dias. Saiba, o senhor, que para mim, és como uma supernova, faz nascer estrelas. Anseio de coração, ser uma das suas estrelas-legado. Só tenho a agradecer professor, por todo o incentivo, e pelo farol divinamente ancestral que o senhor representa para mim e para os meninos. O mito do herói, assim como Beatriz Nascimento escreve acerca de Zumbi, é necessário, as pessoas precisam de um herói, é isso que o senhor representa para mim, um herói, quase um mito, ao qual me inspira a travar a batalha antirracista no campo acadêmico.

À Yérsia Souza de Assis, à qual tenho o privilégio de me reportar como minha irmã mais velha, porque os irmãos mais velhos, especialmente as irmãs, tem o papel, de nos ensinar a viver, assim como as nossas mães. Você, minha amiga, é e sempre vai ser uma grande referência para mim de fidelidade às nossas raízes mantendo uma simplicidade e lucidez rara dentro do ambiente acadêmico. Te conhecer, revolucionou a minha vida, de fato, um presente concedido pelos nossos ancestrais. Agradeço à sua mãe Iansã, pela dádiva da permissão dela, para que eu adentrasse a terra sagrada que é a sua intimidade, peço humildemente que ela e você me concedam sempre o presente que é poder compartilhar vida com você. Gratidão.

À Beatriz Nascimento, sem a qual jamais seria a historiadora que me tornei. Bia onde quer que a senhora esteja, saiba, que nadando contra a correnteza de uma sociedade racista, que me tirou mais coisas do que eu possa mensurar, a senhora me deu a vida, e de certa forma me “pariu” enquanto historiadora preta, que ainda estou aprendendo a ser, e aprender com a senhora, é uma imensa dádiva ancestral. Levo seu legado comigo, seguirei escrevendo para sobre nós, negros afro-brasileiros, dando a miha contribuição para que sejamos reconhecidos como sujeitos da História deste país.

Agradeço à minha família, tios, primos, pelo amor desmedido, pela minha educação e sustento físico e da alma. Ser uma Bezerra dos Santos, é um privilégio que de fato, tenho a honra de usufruir.

Aos meus irmãos, Agda e Felipe. Pessoas as quais admiro muito, e que vivi uma infância de pouco dinheiro, mas de um amor abundante. Queria poder voltar a terra mil vezes, e em todas contar com vocês, para ajudar mainha a me educar. Especialmente por todo amor e fé que depositaram em mim. Tento, dentro das minhas possibilidades ser uma pessoa digna de tudo o que vocês fizeram e fazem por mim. É uma honra fazer parte da família de vocês. Obrigada por tudo, especialmente por me levarem e buscarem na escola.

À minha tia-madrinha Maria da Conceição Bezerra dos Santos, a qual carrego o nome e me espelho, enquanto pessoa que cuida e acompanha na vida, em uma sociedade que sempre nos coloca pra baixo e todos os dias nos diz o quanto não merecemos carinho e cuidado, ser sua sobrinha foi um verdadeiro presente da Imaculada, sua força e preocupação constante, foram decisivos na minha vida, sem os quais madrinha definitivamente, eu não estaria. Te amo e agradeço. Gratidão por ajudar mainha a me dar uma vida melhor do que as senhoras tiveram.

À minha mãe, minha África, meu sedimento. Me faltam palavras pra agradecer. Nossas existências são de fato, inexplicáveis, até aqui, de fato Deus nos amparou, mainha. Nos dando sempre um amanhã que faz com que todos os sofrimentos, os sofrimentos de uma vida inteira, tenha valido a pena. Em minha vida, não desejo nada menos de que o meu nome seja sinônimo de orgulho para a senhora. Que especialmente em mim, depositou as esperanças de uma carreira acadêmica que a senhora quis. Agradeço pela oportunidade que me deu de estudar, mesmo sem ter tido isto. Sua força e resiliência são um dos seus maiores legados para mim. Gratidão por um amor tão forte, que me curou e cura muitas dores, especialmente a de não ter um pai presente.

À vó Tereza, razão da existência e essência de nossa família. Vó, quando eu tiver os meus filhos falarei sobre a senhora para eles e contarei sobre como aprendi com uma mulher que soube transformar muitas dificuldades e dores em amor e cuidado para os outros, especialmente para a sua família. A senhora é o elo que nos une a todos, eu tenho muito orgulho de descender de alguém tão forte tão amável. A vida com a senhora, pode ser simples como beber cajuína e comer rapadura da terra do nosso “padim “Pe. Cícero, mas incrivelmente resistente, como criar quatro filhos honrados sozinha, e ser avó, avó de verdade para todos.

Por fim, agradeço a Cristo, meu amigo, ao qual aprendi a amar, por meio de minha família, mas que fiz uma opção individual de viver conviver dia a dia. Já te vi de muitas formas, Senhor, mas ao longo destes 4 anos, o Senhor se apresentou a mim, como um LGBTQIA+ negro, como ateu, como candomblecista, como São Benedito. Agradeço fundamentalmente por me conceder a graça de me abrir à diversidade que nos cura da escuridão da ignorância e dos preconceitos. Ser uma jovem preta, católica e historiadora, é me perdoar e perdoar a Igreja todos os dias, e lutar para me aproximar verdadeiramente de ti, que nos cura de nossas ruindades, de nossos egoísmos. Gratidão, Jesus! Que a minha vida, seja perceber a sua presença luminosa, onde quer que ela se manifeste e me deixar iluminar por ela. Amém!

“[...] ser descendente dos quilombos de Sergipe é sentir essa dimensão trágica da perda da terra ao mesmo tempo em que se vive voltada para ela em busca do ponto onde foi rompida essa história.”

(Beatriz Nascimento)

RESUMO

A Irmandade de São Benedito em Aracaju, é uma confraria católica datada fundada em 1865, somente uma década após a transferência da capital da província de Sergipe, de São Cristóvão para Aracaju, fora fundada com o objetivo de oferecer aos negros e pobres uma boa morte e ajuda mútua, na então nascitura capital de Sergipe. A partir da década de 1950, passa a sofrer um processo de romanização incisiva da Diocese de Aracaju, o que fizera com que gradativamente esta irmandade entrasse em declínio, hoje sendo uma reminiscência de uma Irmandade Negra. Ao longo desta monografia, nos dedicamos a contar a historiograficamente, a trajetória desta irmandade por meio de cinco estatutos, elaborados entre os anos de 1954 e 2018, buscando compreender quais os motivos e como se dera o processo de implementação das políticas ultramontanas na Irmandade de São Benedito em Aracaju.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ficha de Inscrição na ISB: Sabino José dos Santos.....	84
Figura 2 - Ficha de Inscrição na ISB: João Batista de Oliveira	84
Figura 3 - Ficha de Inscrição na ISB: Maria dos Santos	84
Figura 4 - Ficha de Inscrição na ISB: Maria Pedriza dos Santos	86
Figura 5 - Ficha de Inscrição na ISB: Hildete Menezes	86
Figura 6 - Ficha de Inscrição na ISB: Cícero Monteiro da Cruz	86
Figura 7 - Ficha de Inscrição na ISB: Maria da Pureza da Cruz	86
Figura 8 - Ficha de Inscrição na ISB: Lourival Vitorino dos Santos	87
Figura 9 - Imagem da rua de Lagarto em 2021	87
Figura 10 - Ficha de Inscrição na ISB: Borges Ludovice	88
Figura 11- Ficha de Inscrição na ISB: José Dias Machado.....	88
Figura 12 - Ficha de Inscrição na ISB: Noemia Dias Machado.....	88
Figura 13 - Ficha de Inscrição na ISB: Cecília Barros Rocha.....	89
Figura 14 - Ficha de Inscrição na ISB: Raymunda Pereira da Silva	89
Figura 15 - Ficha de Inscrição na ISB: Maria Amélia Figueira de Jesus	90
Figura 16 - Imagem da Rua Silvio Romero em 2021	90
Figura 17 - Ficha de Inscrição na ISB: Maria Anúzia de Souza	91
Figura 18 - Ficha de Inscrição na ISB: Maria Amélia de Souza.....	91
Figura 19 - Ficha de Inscrição na ISB: Railda Barros de Souza	92
Figura 20 - Ficha de Inscrição na ISB: Maurina Barros de Souza	92
Figura 21 - Ficha de Inscrição na ISB: Otília T. Barros	92
Figura 22 - Ficha de Inscrição na ISB: Djalma Tavares	93
Figura 23 - Ficha de Inscrição na ISB: Milton Feitosa de Souza.....	93
Figura 24 - Ficha de Inscrição na ISB: Nilton Barros de Souza	93
Figura 25 - Ficha de Inscrição na ISB: Noelia Barros de Souza.....	94
Figura 26 - Ficha de Inscrição na ISB: Normélia Barros de Souza.....	94

LISTA DE ABREVIATURAS

ISB – Irmandade de São Benedito

AISB – Arquivo da Irmandade de São Benedito

CNI – Confederação Nacional da Indústria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - As Irmandades Negras na Historiografia Brasileira.....	23
1.1 A Irmandades Negras na Historiografia Sergipana	29
1.2 As Irmandades Negras do Século XX na Historiografia Brasileira.....	38
CAPÍTULO II - Romanização, Desagregação e Eficiência: os estatutos da ISB em Aracaju	52
2.1 A criação da cidade de Aracaju: território germinal da ISB e	52
2.2 O estatuto de Dom Fernando Gomes (1954)	58
2.3 O Estatuto de Dom Luciano Cabral Duarte (1971)	68
2.4 Desagregação, incorporação e extinção: os estatutos de 2010 e 2014.....	74
2.5 A Clericalização da ISB: o estatuto de 2018	78
CAPÍTULO III - Escurecendo os Estatutos de São Benedito em Aracaju	82
CONCLUSÕES.....	94
REFERÊNCIAS.....	98

INTRODUÇÃO

A Irmandade de São Benedito em Aracaju (ISB), é uma associação católica erigida no ano de 1865 na Igreja de São Salvador, apenas dez anos após a transferência da capital de Sergipe, para o município de Aracaju. A ISB, concerne, portanto, em um dos primeiros espaços de sociabilidade, resistência e ajuda mútua da população afro-brasileira na cidade de Aracaju, resistindo surpreendentemente ao processo de romanização no estado de Sergipe, alcançando o século XXI.

Esta associação religiosa, vivenciou o processo de declínio da escravidão, pós-abolição e tentativa de inserção de seus membros na sociedade sergipana. Diversas são as naturalidades, profissões e endereços dos membros da irmandade de São Benedito, ao passo que podemos identificar pedreiros, domésticas, operários, professoras e funcionários federais em um mesmo espaço social. Com um ponto de inflexão, negros e brancos estão inscritos na irmandade, o que a caracteriza como uma irmandade híbrida.

Tencionávamos inicialmente, nos dedicarmos especificamente ao papel das mulheres negras nesta irmandade. No entanto, ao longo desta pesquisa, atravessamos a pandemia da corona vírus, o que impossibilitou os arquivos e angariamento das fontes necessárias para tal pesquisa. Sendo assim, decidimos trabalhar com as fontes já reunidas acerca da irmandade, acessadas no escritório da mesma no Arquivo da Arquidiocese de Aracaju. Estas foram as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias ao longo dos anos de 2001 e 2018; as fichas de entrada dos irmãos, entre as décadas de 1940 e 1970; os estatutos da Irmandade dos anos de 1954, 1971, 2010, 2014, e 2018; e o livro do tombo da Arquidiocese de Aracaju.

Mediante os desafios apresentados para a realização desta pesquisa, mudamos o problema a ser trabalhado, reorientando o nosso recorte, para compreender como se dera o processo de romanização dentro da Irmandade de São Benedito em Aracaju. Em outras palavras, nos propusemos a contar a história da Irmandade mediante os seus estatutos, que ao serem analisados, apresentaram uma progressiva desagregação da ISB, e cerceamento institucional da autonomia dos irmãos de São Benedito.

Assim como a maioria dos trabalhos dedicados a este tema, este trabalho, segue os pressupostos da História Social e da História Cultural. Utilizamos o método indiciário

e a lupa histórica que concerne a Micro-História, intencionando contribuir para a historiografia acerca da cidade de Aracaju por meio deste trabalho. Ademais, nos alicerçamos nos conceitos “ultramontanismo”, “identidade negra”, “sociabilidade negra” e “associativismo negro”.

A História Social como teoria da História possui um longo caminho de construção com continuidades e rupturas. Ao se referir à História Cultural Clássica, entendida como aquela produzida antes da década de 1980. Natalie Zamon Davis se referiu a ela como interessada pelos *“grupos-en especial aunque no de manera exclusiva, por las clases sociales-por su definición, creación y relaciones”* (1991; p. 178). De maneira especial a História Social Clássica se dedicava a analisar as variações estruturais da sociedade, os sistemas econômicos os grandes acontecimentos como as revoluções, sendo em resumo quantitativa, descritiva e analítica. Mantendo uma relação íntima com a Sociologia e a Economia.

A Nova História Social, se estabelece hegemonicamente a partir da década de 1980 e possui como pressuposto a interdisciplinaridade, assim como a sua irmã mais velha, a Clássica. Entretanto, estabelece relações mais próximas com a Literatura e a Antropologia. Se dedica a compreender como se dão os agrupamentos sociais e até que ponto superam a classe. Não possui um campo de estudo específico, podendo abarcar uma série de linhas de pesquisa como, por exemplo, gênero, raça, sexualidade, *“su línea narrativa no está aún muy definida: prácticamente todo, desde la sexualidade a la identidad secreta, puede servir de argumento [...]”* (DAVIS. 1991; p. 178).

Em síntese a Nova História Social lê, analisa e descreve, possuindo uma relação bastante íntima com a História Cultural, visto que as ações dos agrupamentos sociais são transpassadas pelo seu arcabouço cultural. Assim sendo, a História Social, apesar de se dedicar à macrohistória, às grandes análises estruturais e grandes recortes temporais prefere se dedicar à microhistória. Com objetos de pesquisa específicos, locais e com uma delimitação temporal reduzida.

Uma redução da escala de abordagem é comum à maioria das pesquisas recentes em história social. Neste território comum, a denominação de micro-história é reivindicada pela pesquisa e reflexão historiográfica de um grupo de historiadores italianos, desde finais da década de 1970, com grande repercussão. Esta repercussão diz respeito, do meu ponto de vista, não somente ao impacto historiográfico de alguns destes trabalhos, mas também ao mérito de enfrentar de forma articulada grande parte dos impasses colocados à história social após a década de

1960, em sintonia com os esforços dispersos de diversos historiadores sociais fora da Itália (CASTRO, 2011, p. 88).

No que tange à micro-história, segundo Giovanni Levi “[...] é essencialmente uma prática historiográfica em que as suas referências teóricas são variadas e, em certo sentido, ecléticas” (1991, p. 133). No nosso caso, utilizamos a micro-história como ferramenta para retratarmos a experiência dos negros na cidade de Aracaju, na Irmandade de São Benedito; no caso de Carlos Ginzburg (2006), a utilizou para contar a história de tantos outros, a de Menocchio, moleiro insurreto da pequena cidade de Montreale e por meio dele discutiu o processo inquisitorial empregado pela Igreja Católica no início da Idade Moderna.

Deste modo a micro-história funciona como uma grande lupa, que nos fornece a oportunidade de pormenorizar as experiências, explicitando um tanto mais, a experiência individual dentro do todo. O que por sua vez, proporciona a oportunidade de registrar detalhes antes não notados. Um livro lido, uma música estimada, uma oração rezada, uma orientação política, que antes tratada como insignificante, torna-se crucial para análise historiográfica. Ou seja,

“Seu trabalho tem sempre se centralizado na busca de uma descrição mais realista do comportamento humano, empregando um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que reconhece sua – relativa – liberdade além, mas não fora, das limitações dos sistemas normativos prescritivos e opressivos”. (LEVI, 1991, p. 135)

Ademais a subjetividade dos historiadores, dentro do método da micro-história já não mais está escondida, é explicitada. O leitor, é convidado pelo historiador para dentro do seu texto, da sua narrativa. As intempéries e dificuldades da pesquisa são partilhadas e a descrição da progressão da pesquisa é passo a passo descrita de maneira didática e atraente para o interlocutor. (LEVI, 1991; p. 153) O remetente historiográfico é envolvido na narrativa histórica se tornando, porque não dizer, parte dela.

Outrossim, o sujeito ou objeto de estudo é abordado e analisado como um caso específico, que por isto mesmo possui variações culturais. A micro-história parte do particular, do específico, do individual. E analisa aos seus objetos “[...] à luz do seu próprio contexto específico.” (LEVI, 1991; p. 154). Desta forma é possível que categorias como a identidade sejam firmemente abarcadas e bem analisadas por este método

historiográfico mediante a compreensão de que os indivíduos criam as suas identidades dentro ou em contato com as suas coletividades, colocando como objeto de análise, as dinâmicas sociais que forjam estes intercâmbios.

Guiamos a nossa práxis de pesquisa por meio do método indiciário, realizando o intercruzamento de fontes, buscando nas minúcias nos pormenores os indícios necessários. Traduzida Carlos Ginzburg para o fazer historiográfico ao longo da década de 1980, é utilizada principalmente pelos historiadores do campo teórico da História Social e cultural. Possui como influências o método sintomático e dedutivo presentes nos textos de Sherlock Holmes e no método Freudiano, influenciados por Giovani Morelli. (GINZBURG, 1989, p. 151)

Ginzburg ao se dedicar a conceituar este método, afirma que esta tríade se explica pois os três eram médicos, por isto todos estavam em contato com a semiótica médica, disciplina que se dedica a identificar pormenorizadamente os sintomas apresentados pelo corpo do paciente, que fornecendo as pistas para que o médico construa um quadro clínico que possa identificar a moléstia sofrida por seu paciente.

Deste modo, por meio dos sinais, dos vestígios, dos detalhes corriqueiramente ignorados pelos demais métodos, o método indiciário se propõe, no intercruzamento de fontes, construir a narrativa historiográfica, preocupando-se em conhecer os fatos e detalhes profundamente, antes de interpreta-los. Assim como *Sir Artur Conan Doyle* diz por meio de Sherlock Holmes “É um erro formular teorias antes de conhecer os fatos. Sem querer, começamos a mudar os fatos para que se adaptem às teorias, em vez de formular teorias que se ajustem aos fatos.” (2016, p. 23).

O conceito “ultramontanismo” se refere a um conjunto de políticas centralizadoras empreendidas pela Igreja Católica ao longo do século XIX, como resposta ao crescente cientificismo que se espalhava pelo Ocidente.

Uma definição muito apropriada para entender aquele momento da Igreja Católica no mundo e no Brasil, nos parecer ser a de Isnard Câmara. Vejamos o que ele diz a respeito do ultramontanismo:

“Operação de cunho francamente bélico-espiritual e hierarquicamente verticalizada, onde o concurso do povo não se fez notar senão como elemento coadjuvante a quem cumpria obedecer, o ultramontanismo representou, em essência, a reação de uma Igreja que não mais encontrava em meados do século XIX uma saída para a torrente de

acontecimentos políticos, sociais e econômicos que questionavam a sua hegemonia desde a Revolução Francesa”. (MONTEIRO, 2013, p. 166)

De tal forma, esta política visava a edificação da ideologia da Igreja como superior à ciência e ao Estado. Na intenção de fortalecer a Igreja contra as religiões tidas como “fetichistas”, contra a racionalização e a maçonaria.

Especificamente no território brasileiro, tais políticas se popularizaram mediante o desgaste da política de patronato estabelecida entre o Império Brasileiro e Roma. O Império se comportava como um intermediário entre a Igreja Católica no Brasil e Roma.

Com o advento da República, o ideário de um catolicismo romanizado entrara de fato, em voga no Brasil (MONTEIRO, 2013, p. 165). Este se dera principalmente pela postura de relegar aos leigos um papel secundário na Igreja, e combater as práticas católicas populares, estas que ao menos no tocante ao catolicismo praticado pelos negros, era também sincrético.

Deste modo, as Irmandades Negras, principal espaço afrocatólico até então entram em declínio, mediante o fim do da escravidão, e passam a ser alvo das empreitadas ultramontanas da Igreja Católica, que empreende uma verdadeira cruzada contra as mesmas, na defesa do “verdadeiro catolicismo”, o Romano.

Deste modo, as irmandades são substituídas por meio de associações religiosas submissas aos sacerdotes, como o Apostolado da Oração, as Filhas de Maria e as Cruzadas Eucarísticas. As mesmas se concentram em transmitir a moral religiosa católica, bem como a obediência ao clero, e a rejeição a outras religiões e seus elementos religiosos.

O associativismo negro, concerne nas diversas formas de se organizarem dos afro-brasileiros ao longo da História do Brasil, mais especificamente após a Proclamação da República.

Segundo o historiador Petrônio Domingues, desde o “período colonial”, os africanos e seus descendentes buscaram se organizar associativamente, por meio de organizações tidas como “ilegais”, como a capoeira e os terreiros, que práticas combatias e perseguidas pelo poder estatal e organizações “legais”, como “as irmandades religiosas e as agremiações de ajuda mútua” (DOMINGUES, 2018, p. 117).

A promulgação da Lei Áurea, apesar de não oferecer as condições básicas para a subsistência dos egressos da escravidão, concedeu novas possibilidades de organização coletiva para os egressos da escravidão. Mediante a libertação dos mesmos, as associações negras se espalharam pelo território nacional.

Estas associações possuíam diversas características se dedicando geralmente, ao seu modo, a empreender a integração dos negros na sociedade brasileira. Para tanto, estas organizações negras se dedicavam à realização de projetos de alfabetização, saúde, auxílio funerário e lazer.

Grupos negros aproveitaram a aurora republicana para criar outras associações, ampliando suas ações coletivas. Essas associações variavam consideravelmente. Algumas buscavam proporcionar amparo social, prestando serviços de cunho previdenciário: assistência médica, farmacêutica e jurídica, pensão por invalidez do associado ou de seus dependentes em caso de morte, auxílio-funeral. Essas eram, pois, associações beneficentes ou de auxílio mútuo, como bem mostram os exemplos da Sociedade Cooperativa dos Homens Pretos (1902), da Sociedade Beneficente dos Homens de Cor (1906), da Associação Beneficente Amigos da Pátria (1908), em São Paulo; da Sociedade Cooperativa Filhos do Trabalho (1890), no Rio Grande (RS); e da Sociedade Progresso da Raça Africana (1891), em Pelotas (RS). (DOMINGUES, 2018, pp. 18-19)

Em suma, as práticas associativistas, foram responsáveis por fomentar a construção de uma identidade negra positiva, oferecer acesso à educação, e promover a união dos negros na luta pela asseguaração de seus direitos civis.

Domingues, dialoga muito bem com pressupostos estabelecidos por Beatriz Nascimento ainda na década de 1970. Que propôs analisar a História do Brasil, especificamente do negro brasileiro, segundo os pressupostos de uma organização social denominada Quilombo.

Que era uma técnica de guerra, advinda de sociedades bantus, especificamente dos jagas e dos angolas. Entretanto, Nascimento propunha interpretar a História dos afro-brasileiros, como uma continuidade destas sociedades quilombolas, no sentido de explicitar que os negros no Brasil, ao longo de toda a sua vivência buscaram se organizar coletivamente para construir espaços, dentro de uma sociedade opressora, nos quais estes pudessem viver segundo a sua identidade, conservando os seus costumes e sobretudo resguardando a sua humanidade.

Portanto, para Nascimento, os quilombos “oficialmente” acabaram com o final da escravidão, entretanto, continuou historicamente por meio das organizações negras, de qualquer natureza, com a intenção de alcançar a autonomia destes sujeitos.

Queremos dizer que oficialmente o quilombo termina com a Abolição. Mas que permanece enquanto recurso de resistência e enfrentamento da sociedade que se instaura, embora não mais com aquele nome nem sofrendo o mesmo tipo de repressão. Se sabemos que o negro e outros oprimidos permanecem, por exemplo, nas favelas e áreas periféricas da cidade, obrigados por fatores não só decorrentes da marginalização do trabalho, como também pela marginalização racial, podemos dizer que o quilombo embora transformado, perdura. (NASCIMENTO, 2018, p. 78)

Assim, para Maria Beatriz Nascimento, o modo quilombola de se organizar se atualiza, dentro das “adversidades” de cada momento histórico no Brasil, mas mantém elementos essenciais, como a construção de uma identidade coletiva, que conserva os saberes e a cultura dos afro-brasileiros, sob lideranças que os conduzem na luta pela sobrevivência. Deste modo, o associativismo negro, é um conceito que pode ser interpretado como derivado desta prática quilombola, e ajuda a delimitar intelectualmente, uma via da amplitude da teoria da História do Negro brasileiro como sendo a história do quilombo.

No que se refere às identidades Stuart Hall, se dedica a discutir a formação histórica do conceito, ao menos epistemologicamente. Segundo a sua perspectiva se apresentam sob três categorias, “o sujeito do Iluminismo”, “O sujeito sociológico” e “O sujeito pós-moderno”. Ao primeiro apresenta como tendo sido cunhado pelo Iluminismo, desconstruindo o conceito do homem como criatura criada por Deus. Segundo os iluministas a identidade era algo individual, nascia do sujeito. Portanto, era antropocêntrico, deste modo, “O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa.” (HALL, 2015, p.11).

Mediante as Revoluções Industriais, a concepção da teoria Darwinista e o advento das disciplinas sociológicas, surgira uma nova concepção de sujeito, mais ligado à estrutura social e às leis biológicas. De modo genérico os indivíduos e suas identidades estariam atrelados a leis coletivas, imbricadas às realidades estruturais da sociedade. Que forjavam a sua identidade.

“A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito

não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com ‘outras pessoas importantes para ele’ que, mediavam para os sujeitos os valores, sentidos e símbolos – a cultura dos mundos que ele/ela habitava.” (HALL, 2015, p. 11)

Assim, a identidade seria forjada mediante um processo de iniciação social, promovida pela coletividade no qual o indivíduo estaria inserido. Sendo empregada uma transmissão cultural por parte de “outras pessoas importantes para ele” nas sociedades tupinambás os mais velhos, entre eles o pajé, bem como em algumas sociedades da África Ocidental na Antiguidade, existia a figura dos *griots*.

O terceiro conceito temporal forjado acerca das identidades ocorre dentro da sociedade pós-moderna, caracterizado por possuir identidades múltiplas. (HALL, 2015). Segundo este último conceito de identidade, os sujeitos não suscitariam apenas as identidades com as quais nasceram pertencentes como, por exemplo, afirmar e se sentir nordestino, com os seus pais e avós. Mas é dizer sou gay e “nordestine”, sou feminista e “católicx”, sou trans e “conservadore”. As identidades se tornam múltiplas, influenciadas firmemente pela “globalização”. Termo um tanto quanto datado contemporaneamente, mas que no período da produção deste texto, era usualmente evocado. Sendo correntemente mais utilizado o conceito de mundialização, atrelado ao conceito de sociedade tecnocrática.

Versando acerca da Identidade Negra, especificamente, Kabengele Munanga (2012, p. 5), se refere a uma diversidade de contextos que devem ser considerados ao tentarmos delimitar este conceito que, em um “mundo ideal”, deveria considerar o fator histórico, linguístico e psicológico dos indivíduos. Ademais, Munanga afirma que o conceito de “raça” não é validado cientificamente no sentido genético, entretanto, é valioso quando abordado sob a perspectiva política e social, o que o mesmo se propõe a fazer.

Longe de uma conceitualização subjetiva, para Munanga a identidade negra não se refere somente às características fenotípicas, culturais e políticas. Mas às pessoas, que dentro da diáspora africana, são herdeiras das opressões e seus desdobramentos advindas do processo de escravização que se dera mediante a Expansão Marítima Européia no século XV. Ou seja, possuem um fator histórico em comum, foram vítimas de tal expropriação.

A negritude e/ou a identidade negra se referem à história comum que liga de uma maneira ou de outra todos os grupos humanos que o olhar do mundo ocidental “branco” reuniu sob o nome de negros. A negritude não se refere somente à cultura dos povos portadores da pele negra que de fato são todos culturalmente diferentes. Na realidade, o que esses grupos humanos têm fundamentalmente em comum não é como parece indicar, o termo Negritude à cor da pele, mas sim o fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e de terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mas, mais do que isso, de ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas. (MUNANGA, 2012, p. 10)

Estas opressões, segundo Munanga, ainda ocorrem. Portanto, determinados elementos culturais e afins podem e se dão de formas diferentes entre os mais diversos povos africanos em diáspora. Entre outras palavras, os afro-diaspóricos são múltiplos. Portanto, qualquer tentativa de delimitação neste sentido é falha e a-científica. Em síntese, para Kabenele Munanga, a “identidade negra” seria o guarda-chuva que abriga todos os “Homens e Mulheres negros” que são herdeiros da expropriação realizada pela escravização e “lutam” para construir uma “identidade positiva” dentro de suas sociedades.

Portanto, nas próximas páginas nos dedicaremos à empreitada de oferecermos à academia e à sociedade a nossa contribuição historiográfica acerca dos afro-brasileiros e às suas contribuições para esta sociedade por meio da Irmandade de São Benedito em Aracaju.

O primeiro capítulo denominado “As Irmandades Negras na Historiografia Brasileira”, no qual nos atemos a discutir obras historiográficas que versam sobre as irmandades negras do período colonial à contemporaneidade. Abarcando inclusive, as irmandades no território sergipano.

No segundo capítulo, denominado “Romanização, desagregação e eficiência: os estatutos da ISB em Aracaju”, no qual nos dedicamos a analisar os estatutos da Irmandade de São Benedito, oferecendo uma sistematização de sua história por meio destas fontes, juntamente cotejadas com atas de reuniões, fichas de inscrições, solicitações de pecúlio e pedidos de doações ao Cemitério de São Benedito.

No terceiro capítulo, nos atemos a apresentar os sujeitos e sujeitas que construíram a ISB em Aracaju. Colocamos em destaque os irmãos, que foram nomeados ou eleitos para os cargos diretivos na Irmandade ao longo dos 64 anos que delimitam esta pesquisa.

Foram homens e mulheres que em sua maioria se assemelhavam a São Benedito na cor e na origem humilde.

Muitos deles formaram as primeiras gerações de afro-aracajuanos e utilizaram estratégias de ascensão coletivas; construíram o Cemitério de São Benedito, por meio de uma Irmandade fundada para assistir a negros e pobres na insalubre cidade de Aracaju, e por que não dizer, formaram um “espaço de solidariedade, de reivindicação social e de protesto racial, conseguindo dessa forma, salvar a sua identidade e a sua dignidade” (QUINTÃO, 2002, p. 2002).

CAPÍTULO I

AS IRMANDADES NEGRAS NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

A produção historiográfica acerca das irmandades negras tem se avolumado, no Brasil, nas últimas décadas. Especialmente por estes espaços estarem sendo revisitados pelos historiadores como um dos principais espaços de formação, resistência e manutenção da identidade afro-brasileira.

Anderson José Machado em um artigo intitulado “As irmandades dos Homens de cor na América Portuguesa: à guisa de um Balanço Historiográfico”, se dedica a realizar um apanhado bibliográfico acerca das produções historiográficas sobre as irmandades negras.

Este tema, fora abordado, segundo o mesmo a partir da década de 1960, por Fritz Texeira Salles. Segundo Machado de Oliveira (2013, p. 2), para Fritz Teixeira de Salles as irmandades dos homens de cor refletiam uma sociedade colonial polarizada entre brancos e pretos.

Julita Scarano (apontada por Oliveira como possivelmente a primeira a escrever especificamente sobre irmandades negras), em seu texto “Devoção e escravidão” de 1973, estuda sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário no Distrito Diamantino, defendendo o processo de humanização promovido pela referida irmandade. Para Scarano, “As irmandades negras teriam o papel de construir uma identidade social positiva.” (ibidem). No entanto, Oliveira (idem, p. 3) afirma, que tanto Scarano, quanto Boschi, compreendem que as irmandades como organizações “adesistas ao sistema” escravocrata.

Caio Cesar Boschi, com sua obra “Os Leigos e o Poder” de 1986, compreende a importâncias das irmandades para a construção da identidade afro-brasileira. Entretanto, segundo Oliveira (ibidem), o mesmo afirma que, estas instituições não foram capazes de desenvolver uma consciência política em seus partícipes. Tal fato colaborou com o sistema escravista, portanto, as irmandades teriam sido “antiquilombistas”, exercendo um papel primordial na subjugação dos escravizados.

Esta perspectiva é criticada por Oliveira, que defende que as irmandades não se propuseram formar a consciência política de seus membros, mas que foram lugares de “autoafirmação identitária” exercendo um papel basilar para a organização coletiva dos negros na “sociedade escravista”.

Antonia Aparecida Quintão, com seu texto, “Lá vem meu parente”, apresenta, segundo Machado Oliveira (2013, p. 4), as irmandades como instituições que propiciavam o “protesto negro” dentro da “ordem”, possuindo um caráter contestatório de cunho “racial”.

Machado de Oliveira problematiza a utilização do conceito de “protesto racial” utilizado por Antonia Aparecida Quintão, o considerando anacrônico. Para o mesmo o “conceito de raça é inteiramente estranho aos setecentos” (OLIVEIRA, 2013, p. 5). Continua a defender que raça, na América Portuguesa, não é sinônimo de cor, pois invariavelmente se referia ao lugar social, de maneira que a denominação “preto”, estaria ligada ao escravizado. Mediante o alcance de sua liberdade, poderia mudar para “pardo”.

Machado de Oliveira, ressalta João José Reis e Mariza Soares como os precursores da perspectiva do campo da História Afro-brasileira, responsável por interpretar as irmandades negras como basilares para a construção da identidade afro-diaspórica na América Portuguesa, compreendendo os seus sujeitos como protagonistas de suas trajetórias e pessoas capazes da elaboração e aplicação de estratégias de sobrevivência, ascensão social e manutenção dos elementos de sua identidade étnica.

Em 1996 João José Reis, publicou o artigo “Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão”. Tal artigo se inicia com uma descrição a festa de natal de 1808, na cidade de Santo Amaro na Bahia. Africanos escravizados e libertos, cada um em suas facções estavam espalhados pela cidade celebrando a natividade de Jesus Cristo. Fato que incomodara o padre da cidade, que ao tentar intervir teria sido enxotado pelos negros. (REIS, 1996, p. 1-2) Os mesmos afirmaram que os brancos possuíam o ano inteiro para se divertir, enquanto eles só possuíam aquele momento.

O fato de escravizados terem organizado uma festa e decidirem escolher participar dos festejos separados em nações conota para João José Reis, uma capacidade de organização e de circulação dos escravizados ao manterem relações com escravizados de outras fazendas pertencentes as mesmas “nações”, identidades étnicas construídas ou reconstruídas no Brasil escravista.

Questões relativas à identidade e à diversidade étnicas e a alianças interétnicas foram constantes na vida dos irmãos negros, como o foram os enfrentamentos e as negociações com os brancos. As celebrações, divisões, alianças e conflitos nas ruas de Santo Amaro, quando vistos

pelo ângulo do que acontecia dentro das irmandades, sugerem a existência de um conjunto de estratégias sociais que circulavam através do mundo negro no tempo da escravidão. (REIS, 1996, p. 3.)

Para João José Reis, as irmandades foram um lugar interpretado dicotomicamente por senhores e escravizados. Para os brancos, um lugar que adoçasse o espírito dos africanos, lhes persuadindo a serem submissos ao cativo; para os africanos e seus descendentes, sobretudo os escravizados eram um espaço de construção de estratégias de negociação.

O regime escravocrata, como todo regime de trabalho forçado, baseou-se fundamentalmente no chicote e em outras formas de coerção, mas não teria vigorado por muito tempo se só usasse a violência. Desde cedo os escravocratas aprenderam que era preciso combinar a força com a persuasão, assim como os escravos aprenderam ser impossível sobreviver apenas da acomodação ou da revolta. Os estudos mais recentes sobre a escravidão mostram justamente que a maioria dos escravos viveu a maior parte do tempo numa zona de indefinição entre um extremo e outro. Num trabalho recente, chamamos essa zona de espaço de negociação³. (idem, p. 4.)

Ademais, dentro destas irmandades, eram formadas alianças étnicas, entre os membros das confrarias e entre as mesmas. Esta era uma das estratégias de manutenção da identidade e cultura dos africanos e seus descendentes. Em cidades como Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, o autor averiguou, que por meio de seus compromissos, que ora crioulos e Angolas se aliavam, ora se apartavam. Assim também ocorrera entre “jejes” e “minas”, que recorrentemente preferiam não se aliar a crioulos e angolas.

Deste modo as irmandades eram lócus de distinção interétnica e social, especialmente no que se refere ao poder diretivo, que recorrentemente é depositado em irmãos com nações específicas, como é o caso dos “marrís” no Rio de Janeiro, apontados por João José Reis.

É justamente neste sentido que as irmandades servem como um bom termômetro das tensões no interior da comunidade negra no tempo da escravidão e do tráfico atlântico de escravos. No caso de Cachoeira, jejes e crioulos provavelmente tinham relações azedas no momento em que os primeiros decidiram fundar a irmandade do Senhor dos Martírios. (REIS, 1996, p. 8)

As mulheres, no entanto, eram costumeiramente poupadas destas restrições interétnicas. Para isto, o autor dá duas justificativas, o mercado afetivo-sexual e o fato das

mulheres, ao se casarem com os seus maridos, serem interpretadas como pertencentes ao mesmo grupo étnico que os cônjuges.

As mulheres eram um fator de aglutinação, de pacificação da animosidade étnica. É provável que aí resida um elemento de pragmatismo masculino. Os jejes podiam estar jogando com um dado demográfico: as mulheres eram escassas na comunidade africana, derivando talvez daí o interesse dos homens de recrutá-las para as irmandades, independente de suas origens, e com isso aumentar o mercado afetivo disponível¹¹. (REIS, 1996, p. 8)

No que tange às estratégias de resistência dentro das irmandades negras, como fora anteriormente afirmado, as irmandades consistiam para os seus integrantes um espaço de construção de estratégias de resistência à sociedade escravista. Um dos mecanismos de resistência utilizados pelos negros participantes destas irmandades, foram a agregação de brancos e pardos no interior de suas irmandades e em seus cargos diretivos.

Os brancos procuraram participar das irmandades de cor como estratégia de controle, não obstante muitos talvez também o tenham feito por sincera devoção. Ou, mais concretamente, para salvar a alma. Os pretos os aceitaram por várias razões: para cuidar dos livros, por não terem instrução para escrever e contar, para receberem doações generosas, vez que não tinham como sustentar sozinhos a irmandade, ou ainda por imposição pura e simples. A presença de brancos nas confrarias negras era uma prática comum em todo o Brasil. (REIS, 1996; p. 12.)

No entanto, quando também fora necessário, mediante o letramento dos pretos libertos ou de mulatos integrantes das irmandades, os mesmos buscaram extinguir dos cargos diretivos e de seu meio os brancos, que ao seu ver, eram “despóticos” e “corruptos”, tratando os negros com “desprezo”.

Em 1789, data inaugural da Revolução Francesa, os irmãos de São Benedito pediram permissão à Coroa portuguesa para reformar o compromisso de 1730, excluindo os brancos dos cargos de escrivão e tesoureiro. Em 1730, argumentaram, não havia negros letrados, mas agora, escreveram, "a iluminação do século [nos] tem feito inteligentes da escrituração e contadoria". Para esses filhos distantes do Iluminismo, a substituição era também justificada porque os brancos andavam "revoltando-se contra os pretos e fazendo-se despóticos no exercício dos seus cargos e tratando-os com desprezo". E acusavam ainda os brancos de deter certos privilégios e até de corrupção, envolvendo os bens da irmandade. No novo compromisso "os crioulos e os de mar a fora" se revezariam naqueles cargos. (REIS, 1996, p. 13.)

Neste episódio é possível perceber como as irmandades buscavam dentro das suas possibilidades lutar e manter a sua autonomia. No entanto, Reis (idem, p.15) afirma que estas associações religiosas não se posicionaram contra o sistema escravista com o objetivo de subvertê-lo, mas sim de achar brechas no mesmo. Em outras palavras, as irmandades teriam sido “respiradouros” para os negros ao longo do período escravagista.

Proveniente da tese de doutorado de Marisa de Carvalho Soares, a obra historiográfica “Devotos da Cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII” se propõe a estudar os Maki, que organizavam dentro da Igreja de Santa Efigênia e Santo Elesbão na cidade do Rio de Janeiro.

Na Bahia os makis foram chamados “genericamente” de jejes, e na historiografia são tratados comumente como iorubás. Advogando a favor de uma historiografia que apresente os sujeitos africanos e seus descendentes em sua diversidade étnica e social, Marisa Soares de Carvalho trava um debate historiográfico acerca da ocupação portuguesa na Costa da Guiné, território do qual advieram os referidos “makis”, sujeitos de estudo de sua obra.

Outrossim, aponta a forma com a qual os clássicos da historiografia nacional, acerca dos africanos e seus descendentes, costumam homogeneizar os grupos étnicos, os colocando nos grandes grupos denominados “bantos” e “sudaneses”.

No que tange à religiosidade e ao espaço urbano, Soares afirma que nos século XVIII, a religiosidade católica contava com grande participação dos leigos, sendo esses aqueles responsáveis por organizar a vida religiosa. Realizando as celebrações em suas casas, capelas e igrejas que à época eram construídas por eles mesmos. “No Rio de Janeiro dos séculos XVII e XVIII é impossível pensar a hierarquia social sem levar em conta a hierarquia dos santos.” (SOARES, 2000, p. 136)

Para Soares (2000, p. 168), os “pretos” buscaram se organizar em irmandades por ser um dos raros espaços onde estes puderam se reunir sem o “controle... da Igreja; do Estado e das Irmandades dos Homens Brancos” (SOARES, 2000, p. 168), que infligiam aos mesmos uma exclusão religiosa e social. Assim como Reis, compreende os compromissos das irmandades como uma fonte valorosa acerca dos africanos e seus descendentes ao longo do período escravocrata. Especialmente no que concerne às tensões que os circundavam, e os objetivos que almejavam alcançar.

Maria Aparecida Quintão, em sua obra “Irmandades Negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890). Se dedica a dar a sua contribuição para a historiografia, interpretando as irmandades como um espaço de resistência.

Este trabalho fora publicado em 2002 e se dedica a discutir a história das irmandades negras na cidade de São Paulo entre os anos de 1870 e 1890. Quintão, realiza uma contextualização acerca do período no qual estão inseridas tais irmandades descrevendo uma São Paulo no Segundo Reinado, acompanhada por mudanças estruturais.

Estas mudanças se concentravam na realização de várias reformas físicas e sociais advindas da ideia de progresso, impulsionadas pela industrialização. O café paulista era o principal produto de exportação nas lavouras acompanhado pela implantação de ferrovias; o “tráfico intraprovincial”, em voga desde a proibição do tráfico negreiro em 1850; o “advento da imigração” e as “políticas higienistas” (QUINTÃO, 2002, p. 12-13).

Quintão se propõe a “[...] analisar o papel das irmandades negras para a comunidade negra e caracterizar sua dimensão política e social [...] (idem, p. 13). Seguindo na contramão de suas duas principais referências bibliográficas Fritz Texeira Salles e Caio Cesar Boschi, que interpretam as irmandades como “foco de alienação” (idem, p. 16), se refere às irmandades da Bahia como “[...] porta-vozes dos direitos dos negros” (2002, p. 17).

Segundo a autora, (QUINTÃO, 2002, p. 26) as irmandades alcançaram o seu ápice no período colonial, entrando em declínio a partir do Segundo Reinado, mediante as políticas ultramontanas implementadas pela Igreja Católica.

Dentro do espaço religioso das irmandades em São Paulo, os bantos foram os que mais o ocuparam, formando a maior parte dos confrades negros (idem, p. 40). Como explicação para este fato, Quintão explicita que os bantos possuíam confluências com o catolicismo português no que se refere a “cosmovisão” relacionada aos mortos.

Os bantos, cultuavam os ancestrais e os mortos. Eles acreditavam que a vida advinha da vontade dos ancestrais que são protetores dela. Os santos negros foram ressignificados, ocupando o espaço destes ancestrais. Os bantos referenciados por Quintão (idem, p. 40) advém principalmente das regiões do Congo, Angola e Moçambique.

No final do século XIX, o ultramontanismo alcança o seu auge no Brasil, os principais representantes foram os bispos das dioceses de Mariana, Bahia e Belém. As políticas ultramontanas, segundo Quintão (idem, p. 58), estas políticas concerniram na substituição do catolicismo tradicional pelo Catolicismo Romanizado, como forma de combater o cientificismo em voga no século XIX.

Segundo a autora, o Papa Pio IX, por meio do Concílio Vaticano I¹, dera uma resposta fora do tempo, ao cientificismo, à valorização da razão em detrimento da fé. (QUINTÃO, 2002, p. 58) Esta resposta culminara na promulgação do dogma da “infalibilidade papal”², acompanhado pela centralização clerical. O Vaticano I, fora o responsável por disseminar a ideologia de que a Igreja era superior à razão e ao Estado, deste modo, ambos deveriam se curvar à Igreja Católica.

No Brasil, mediante a implantação das políticas ultramontanas, as antigas devoções do povo foram substituídas por novas devoções e associações católicas sob o controle dos padres, foram estas: o apostolado da Oração; as Filhas de Maria e as Cruzadas Eucarísticas. Todas, sem nenhuma exceção, foram fundadas em Aracaju, a partir da criação da Diocese em 1912.

1.1 A Irmandades Negras na Historiografia Sergipana

Provavelmente a primeira obra historiográfica a versar acerca da temática das irmandades negras em Sergipe, “A Taieira de Sergipe” consiste na dissertação da Prof^a Beatriz Gois Dantas, publicada em 1972.

Esta obra se dedicou a estudar especificamente a Taieira de Laranjeiras, a única no estado de Sergipe a sobreviver ao processo de romanização infligido pela igreja católica no território sergipano.

¹ “O primeiro concílio ecumênico (de toda a Igreja) há mais de 300 anos, e, por aquelas que se presumia que seriam as consequências da *Pastor aeternus*, o decreto conciliar que definia o primado e a infalibilidade do pontífice, os especialistas previam que seria o último. O decreto, segundo eles, tornava os concílios supérfluos; a partir daquele momento, toda decisão poderia e deveria ser tomada pelo papa”. **Os 150 Anos da Abertura do Concílio Vaticano I**. Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/595039-os-150-anos-da-abertura-do-concilio-vaticano-i-1869-2019>. Acessado em: 20/01/2021.

² “Infalibilidade Papal é o dogma católico que afirma que o papa está sempre correto em suas deliberações.” Antonio Gasparetto Júnior. **Infalibilidade Papal**. INFOESCOLA. Disponível em: <https://www.infoescola.com/religiao/infalibilidade-papal/>. Acessado em: 19.01.2021.

Para compreender a história, a configuração, o sentido religioso e os motivos da sobrevivência desta dança da cultura popular laranjeirense, Beatriz Gois Dantas entrevistou Umbelina Araújo, então líder da dança das taieiras e também lôxa da Irmandade de Santa Bárbara Virgem, bem como antigos participantes das taieiras em Lagarto e São Cristóvão, que, a altura da década de 1970, já estavam extintas nestas cidades.

As irmandades religiosas surgem em “A Taieira de Sergipe”, quando a autora busca a origem da dança das taieiras, bem como a sua relação com a realeza. No que tange à “antiguidade das taieiras em Sergipe”, Beatriz Gois Dantas expõe a invisibilização das festas pertencentes às irmandades negras nos jornais mais antigos de Sergipe, especialmente os do século XIX. Somente as festas das elites se encontram registradas nos jornais, como a de N. Sr.^a das Dores e Bom Jesus dos Navegantes (DANTAS, 1972, p. 55).

Ao se referir acerca da relação entre as taieiras e a realeza, Gois Dantas afirma que “Na sociedade escravocrata lusitana, costumavam os negros escolher através das irmandades de N. Sr.^a do Rosário e com permissão das autoridades civis e religiosas, rainhas e reis negros conhecidos como reis do Congo” (idem p. 58). No entanto, segundo a historiografia produzida mais recentemente, em um primeiro momento, as irmandades negras, funcionavam mais autonomamente, do que se dá a entender segundo esta afirmação.

No artigo de Jocineide Cunha dos Santos, ao citar a irmandade do Rosário dos Homens Pretos de São Cristóvão, na altura da elaboração do seu compromisso, afirmara que ainda não o possuía por “ignorância” de seus integrantes (2011, p. 3). Isto conota, que possivelmente esta irmandade surgiu e se manteve por anos sem uma normativa que a conduzisse e por consequência sem o conhecimento das autoridades luso-brasileiras.

No que tange à escolha dos reis e rainhas do Congo, Beatriz Gois Dantas aponta visões dicotômicas acerca de tal fenômeno. Uma visão branca e outra negra,

[...] Para os negros, era um modo de perpetuar instituições políticas da velha África, a monarquia, para o branco, um meio mais fácil de dominar os escravos sem interferir diretamente para corrigir-lhes a conduta ou leva-los ao trabalho, o que era feito através do rei a quem os negros deveriam obediência. (DANTAS, 1972; p. 58)

Desta forma, na sociedade escravista o rei possuía um papel social, que lhe conferia um lugar liderança entre os irmãos de sua confraria, dentro e fora do espaço da mesma.

Segundo Beatriz Góis Dantas as irmandades negras na Província de Sergipe são, essencialmente, um fenômeno do século XIX. A autora citara o surgimento destas associações em “São Cristóvão no primeiro quartel do século XIX... Brejo Grande (1849); Estância (1859); Vila Nova e Propriá (1860) Lagarto e Santa Luzia (1874); etc.” (idem, p. 62).

O estatuto da irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Brejo Grande, possuía uma alternância da presidência na referida associação religiosa, em um ano deveriam ser eleitos brancos, no segundo ano pardos e no terceiro pretos. No entanto, no que se refere a ocupação do cargo de rei do Congo, os brancos não possuíam a obrigação de ocupa-los, podendo escolher ou não tomarem posse desta função. Gois Dantas, mediante este dado, afirma que provavelmente em Brejo Grande, a função de rei do Congo era ocupada por pessoas de cor. No entanto, o papel destes reis era “decorativo” (idem).

O papel “decorativo” em Brejo Grande supracitado, era, no século XIX, o que viria a ocorrer com as irmandades do Rosário do Homens Pretos nas cidades de São Cristóvão e Lagarto.

Segundo Serafim Santiago, citado por Gois Dantas (1972, p. 63), em São Cristóvão e Lagarto, haviam com “segurança” reis e rainhas. Em São Cristóvão, especialmente a eleição dos mesmos ocorria na presença do vigário, anualmente, na qual eram eleitos três reis e três rainhas. Estes reis e rainhas, tinham a função de patrocinar as festas dos oragos da irmandade.

Um certo mez de cada anno [os irmãos do Rosário] reúnem uma mesa administrativa com a Presidência do Vigário da Freguezia afim de elegerem os novos funcionários que devião servir no anno vindouro, assim como os 3 Reis e as 3 Rainhas, a quem competia fazer as despesas da referida festa de 6 de janeiro.³

Em Laranjeiras possivelmente existira ao longo do século XIX, uma irmandade dedicada a N. Sr.^a do Rosário. No entanto, Gois Dantas afirma que não foram encontradas fontes que comprovem esta hipótese.

³ SANTIAGO, Serafim. A Festa de Reis em São Cristóvão conforme o Annuário Chistovense. In DANTAS, B.G. A Taieira de Sergipe. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1972.p. 141-150.

Entretanto, afirma que “persiste apenas a tradição da irmandade de São Benedito, outrora construída de homens pretos” (DANTAS, 1997, p. 63). Na nota de rodapé adicionada a este trecho consta, “Era só de homens pretos; de branco era só o chefe”⁴, sendo referenciada como sendo de uma entrevista com José Santos, antigo membro da irmandade.

Isto conota dois elementos, primeiramente que em 1970, vigorava ainda na cidade de Laranjeiras uma irmandade congênere de São Benedito, tendo em seu passado pertencido somente a homens pretos, mas, que no entanto era liderada por um “chefe branco” possivelmente o vigário, visto, que em 1970 a romanização tardia da igreja católica já estava em vigor, e o vigário era o presidente nato da ISB em Aracaju, fato que deve ter se repetido em outras irmandades espalhadas ao longo do território sergipano no período.

Ainda acerca da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em Laranjeiras, a autora afirma que a devoção à S. Benedito teria suplantado à da “Virgem do Rosário”, tendo a irmandade dedicado ao “santo mouro” substituindo a dedicada à “Mãe do Rosário” (DANTAS, 1972, p. 64)

Com o declínio do sistema escravista, o papel destes reis entrou em declínio, bem como, os das próprias irmandades. Com o passar dos anos, tais reis foram mudando de denominação, de “reis do Congo”, para “reis do Rosário” e posteriormente, no caso da cidade de Laranjeiras para “rainha das taieiras”.

Tanto na cidade de Laranjeiras como na cidade de Lagarto, com a extinção das irmandades negras, a qual elegia estes reis e rainhas, tais reis passaram a ser perpétuos e indicados pelos organizadores das taieiras.

Em Lagarto, a rainha era aceita mediante a anuência do pároco. Deste modo, é possível compreender como, após abolição da escravidão, a figura e a importância social dos reis e rainhas outrora do Congo, se modificam, desaparecendo nas cidades de São Cristóvão e Lagarto, e permanecendo na cidade de Laranjeiras. “Arrimados nas irmandades, os reis continuaram enfeitando as festas de N. Sr.^a do Rosário e São Benedito” (DANTAS, 1972, p. 67).

⁴ Idem.

Em Laranjeiras, a escolha da rainha das taieiras passou a ser realizada pela chefe da dança, a *lôxa* da Irmandade de Santa Bárbara Virgem, cabendo ao padre somente coroar as rainhas na Solenidade da Epifania do Senhor, popularmente chamada de “Dia dos Reis”.

Em 1970, Beatriz Gois Dantas aponta o provável desaparecimento das taieiras de Laranjeiras, bem como da coroação das rainhas realizada pelas mesmas, mediante a morte de Dona Umbelina de Araújo, que até então contava com cerca de 81 anos de idade.

Isto se daria, de acordo com Gois Dantas, pois

Os dados sugerem que se continuar sujeita ao jogo natural de fatores até então responsáveis pela sua dinâmica, a Taieira provavelmente desaparecerá. Nem mesmo o recente sincretismo com o sistema de crenças afro-brasileiras se revela com força suficiente para assegurar sua permanência, porquanto não chegou a atingir os participantes da dança...Problemática a substituição da “cabeça da festa”, pois, apesar da “indicação divina”, no grupo folclórico não se anuncia uma liderança que reúna as qualidades necessárias para levar adiante a tradição da Taieira, pelo menos na sua forma atual. (1972; p. 77)

Apesar das intempéries apontadas por Beatriz Góis Dantas acerca das dificuldades econômicas, os possíveis conflitos com a hierarquia da igreja, e a provável manutenção do grupo pelo poder estatal e junto com ela a secularização da Taieira, as taieiras de Laranjeiras permaneceram realizando a coroação das suas rainhas, a louvação à N. Sr.^a do Rosário e a São Benedito até hoje.

São cerca de 50 anos desde o falecimento de “mãe Bilina”, a Irmandade de Santa Bárbara já recebera duas *lôxas* como lideranças, Dn^a Lourdes, que falecera na década de 1980 e a atual *lôxa*, Bárbara dos Santos. As taieiras de Laranjeiras permanecem realizando seus rituais religiosos, inclusive em janeiro de 2021, apesar das restrições infligidas pela pandemia proveniente do novo corona vírus.⁵

Sucedendo Beatriz Góis Dantas, em 2011, a Prof.^a Dr^a Jocineide Cunha, uma das maiores, quiçá a maior pesquisadora acerca das Irmandades Negras em Sergipe publicou um artigo denominado, “Um Olhar sobre as Irmandades do Rosário dos Homens Pretos nas Terras Sergipanas”.

⁵ FUNCAP. Funcap e Prefeitura de Laranjeiras realizam abertura do XLVI Encontro Cultural de Laranjeiras. Disponível em: <https://www.funcap.se.gov.br/funcap-e-prefeitura-de-laranjeiras-realizam-abertura-do-xlvi-encontro-cultural-de-laranjeiras/>. Acessado em 07/01/2021.

Neste artigo, partindo do inventário *Post Mortem* da ex-escravizada Rosa Benedicta, que fizera parte da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Santo Amaro, a autora inicia a construção de seu texto historiográfico com a intenção de caracterizar algumas Irmandades do Rosário dos Homens Pretos na Província de Sergipe (Santo Amaro, São Cristóvão, Lagarto, Estância e Vila Nova entre os anos de 1750 e 1835).

Santos se propõe a versar especificamente, acerca dos papéis exercidos pelas mulheres dentro destas irmandades e as relações entre crioulos e africanos. A sua pesquisa foi realizada mediante o fichamento e o cotejamento de estatutos das irmandades, inventários *post-mortem*, testamentos e ofícios.

De antemão, Jocineide Cunha dos Santos afirma que ainda em 2011, as Irmandades são pouco estudadas no território sergipano,

Os historiadores têm estudado as irmandades há algum tempo, incluindo as dos Homens Pretos, e vários são os temas enfocados sobre essas, as construções das capelas, a composição étnica dentre outros, no entanto, sobre as irmandades em Sergipe o número de trabalhos é parco. (SANTOS, 2011; p. 1)

Em um intervalo de cerca de uma década, alguns trabalhos foram realizados acerca da temática, cujos quais se destacam a tese de doutorado do Prof. Claudefranklin Monteiro “A festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928): limites e contradições da romanização” (2013) e a dissertação de mestrado do Prof. João Mouzart “A cor da oração: sociabilidades e resistências na irmandade de São Benedito em Aracaju-SE” (2015).

Acerca das Irmandades Negras no território sergipano, Santos afirma que as mesmas se proliferam mediante o aumento do número de escravizados na Província de Sergipe. Isso se dá por volta do final do século XVIII, com a expansão açucareira e o aumento da urbanização.

No final do século XVIII, houve um crescimento no número de engenhos nas terras sergipanas. Em 1756, existiam 46 engenhos, no ano de 1798, 140 unidades e em 1852, 680. E por conta desse crescimento ocorreu uma maior importação de escravizados africanos, a lavoura precisava de braços. (SANTOS, 2011, p. 2)

Ainda nos setecentos, em Sergipe, como consequência do grande contingente de escravizados advindos para os trabalhos nas lavouras, Jocineide Cunha aponta a

existência de Irmandades dos Homens pretos nas cidades de São Cristóvão, Santo Amaro, Rosário do Saco, Estância, Lagarto, Vila Nova. No entanto, somente os compromissos de São Cristóvão, Lagarto e Vila Nova foram encontrados.

Referenciando a Prof^a. Thetis Nunes, Santos afirma que a maioria das irmandades em Sergipe, no ao longo dos séculos XIII e XIX, foram dedicadas à Nossa Senhora do Rosário, vindo em segundo lugar, as irmandades dedicadas a São Benedito.

Estas irmandades muitas vezes se fundiam, congregando em uma mesma Capela, como é o caso da Igreja de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário na cidade de Laranjeiras, que entre os séculos XIX e XX abrigou as duas irmandades. Outrossim, era recorrente que irmandades de Nossa Senhora do Rosário também cultuassem São Benedito (Santos, 2011, p. 3).

Se referindo às Irmandades no século XIX, a autora deixa claro que o fenômeno das irmandades negras não era uma exceção, registrando a sua expansão no século XIX,

No alvorecer do século XIX, as irmandades dos homens pretos proliferaram nas terras sergipanas, possivelmente devido ao aumento na população escrava e forra, africana e crioula, como também pelo acréscimo no número de vilas. Além das já citadas, foram criadas as irmandades dos Homens Pretos nas vilas de Frei Paulo, Itabaiana, São José, Propriá, Brejo Grande, Nossa Senhora do Socorro, Itabaianinha, Divina Pastora e Laranjeiras¹⁰. (SANTOS, 2011, p. 3)

Ademais, as irmandades em sua maioria se localizavam e zonas “pouco urbanas” o que lhes conferia um caráter rural.

Acerca dos valores monetários angariados pelas irmandades, estes se davam por meio das entradas, pagamentos efetuados pelos irmãos ao ingressarem nestas associações; pelas “mensalidades”; pelas esmolas dadas aos irmãos em ocasião de suas festas ou em caso de doações advindas dos falecidos, que as legavam em ordens testamentárias. Caso ocorrido com a ISB em Aracaju em 1880, Pedro Homem dos Santos⁶, natural de São Cristóvão, deixa cerca de R\$ 10\$000,00 para a construção do cemitério de Aracaju,

⁶ SANTOS, Pedro Homem dos. **Testamento de Pedro Homem dos Santos**. Livro de Testamentos da Comarca de Aracaju. Arquivo Judiciário. Inventário, Cx 13, 1879. p. 33.

doação parca, mas que conota a importância da irmandade na vida dos africanos e seus descendentes, escravizados ou não.

Em todas as cinco irmandades estudadas, africanos, crioulos, escravizados ou libertos, brancos e mulheres poderiam ingressar na irmandade. Sendo, portanto, híbridas pois não possuíam restrições baseadas na cor. Entretanto, possuíam especificidades étnicas para a ocupação dos cargos diretivos. Possuindo como já antes mencionado, os angolas a preferência na irmandade de São Cristóvão e os ethiopinos e os crioulos intercalando a liderança na irmandade de Vila Nova.

Ao se dedicar a conceituar tais identidades étnicas, a autora se refere aos angolas, como tendo sido denominados de diversas formas ao longo de todo o período de tráfico negreiro. Portanto, em síntese, “correspondiam a pessoas que viviam de diversas regiões da África Central, dentre elas as próximas do Rio Cuanza, e que foram traficadas através do porto de Luanda³⁰” (SANTOS, 2011, p. 9).

Por sua vez, os ethiopinos, se constituíam como escravizados provenientes de territórios cristianizados. Eram denominados de tal forma, por causa da devoção à Santo Elesbão, rei da Ethiopia e Santa Efigênia, princesa da Núbia, ambos provenientes do cristianismo primitivo. A devoção destes santos fora suscitada em Sergipe principalmente pelo carmelitas, que em sua catequização, preferiam oferecer, segundo a autora, exemplos de santos cristãos que ocupavam territórios que não estavam inseridos na rota do tráfico negreiro.

Assim, a nomenclatura de ethiopinos, no século XVIII, se refere aos africanos, possivelmente de localidades distintas já que todos ao sul do Saara eram Etíopes, mas principalmente a africanos cristãos... Para Oliveira, rememorar esses reinos, Núbia e Etiopia, através das vidas dos santos possuía o intuito de afastar os africanos das lembranças referentes ao tráfico, pois esses reinos estavam distantes do tráfico atlântico³³... Por esses indícios, acredito que os religiosos, principalmente carmelitas e franciscanos, fizeram essas associações com os africanos que residiam em Vila Nova, e os que faziam parte da irmandade assumiram essa identidade de ethiopinos. (SANTOS 2011, p. 10)

Santos encontrara em sua pesquisa, cerca de sete mulheres, das quais conseguira identificar três como sendo senhoras de escravizadas. Estas libertaram, parcialmente, as escravizadas em seus testamentos, legando a elas a possibilidade de alcançarem a sua liberdade. A autora afirma que estas mulheres preferiam escravizadas por estas serem

menos onerosas do que escravos do sexo masculino, e também serem mais fáceis de serem controladas, visto que as senhoras de escravizados eram mulheres solteiras.

Para Jocineide Cunha dos Santos, as mulheres possuíam um papel importante dentro das irmandades, mediante o fato de poderem ocupar os cargos de juízas e mordomas, sendo extremamente ativas nas eleições, nas organizações das festas dos santos, angariando doações e esmolas e organizando o espaço das celebrações enquanto mordomas.

Assim, o papel das mulheres nas Irmandades dos Homens Pretos era algo relevante, pois podiam ocupar alguns cargos [...] Nas irmandades sergipanas, além de participar da mesa, elas contribuíam nas arrecadações no momento das eleições ou esmolando, ou ainda fazendo doações para as construções das capelas. (SANTOS. 2011, p. 14)

No entanto, coadunamos com João Mouzart de Oliveira Junior, ao seguirmos o seu pressuposto que as mulheres exerciam uma liderança muito maior fora da legalidade estatutária do que de fato por meio dela, ao menos no que tange à Irmandade de São Benedito em Aracaju.

O Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro, contribuiu para a historiografia sergipana, oferecendo por meio da sua tese de doutoramento, na UFPE denominada “A festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928): limites e contradições da romanização” no ano de 2013.

Este trabalho se propõe a retratar o declínio da tradicional festa de São Benedito na cidade de Lagarto, proveniente do processo de romanização católica sucedido na cidade de Lagarto, mais especificamente na freguesia de Nossa Senhora da Piedade.

Em seu trabalho, o Monteiro, ressalta a importância de se debruçar sobre os elementos da cultura popular em Sergipe, afim de se oferecer à historiografia sergipana contribuições segundo os postulados da História Cultural. Para tanto, ressalta o catolicismo popular, dirimindo inicialmente a cor como o marcador central da sua pesquisa.

A tese de Monteiro tornou-se uma referência para os estudos acerca das Irmandades Negras em Sergipe. Em sua revisão historiográfica cita alguns historiadores que o precederam, estes são Beatriz Góis Dantas, Francisco José Alves, Verônica Nunes, Antônio Lindvaldo Souza, Péricles Andrade e Raylane Navarro. Excetuando do seu

trabalho, uma referência basilar, que possuía já neste período, havia oferecido trabalhos referenciais acerca da temática, a historiadora Jocineide Cunha.

Segundo Monteiro a cultura popular presente em Sergipe, fora edificada, principalmente pelas Irmandades Negras,

Em Sergipe, a maior parte dos estudos sobre festa religiosa concentra-se em celebrações de padroeiros e/ou irmandades religiosas, nas quais prevalece o chamado catolicismo popular. Muitos desses eventos foram organizados por irmandades de negros. Durante o período colonial, eles foram decisivos para a integração do “homem de cor” no convívio social. Além disso, possibilitam apreender como certos costumes africanos foram absorvidos na formação da cultura sergipana, a partir de apropriações culturais verificadas em manifestações como a coroação do Rei Congo. MONTEIRO, 2013; p. 26.

Assim, o Prof. Claudefranklin Monteiro, aponta as irmandades negras não somente como importantes para a população africana e afrodescendente em Sergipe Provincial, mas também como elemento fundamental para a construção da sua cultura e identidade.

1.2 As Irmandades Negras do Século XX na Historiografia Brasileira

As pesquisas historiográficas acerca das irmandades negras no século XX, tem chamado a atenção dos historiadores nas últimas décadas. Isto se dera, sobretudo, por estas terem sido ao longo do período escravagista, *ethos* da manutenção e conservação das identidades afro-brasileiras. Entretanto, as irmandades negras que conseguiram lançar estratégias de sobrevivência e negociação que garantiram a sua subsistência ao longo do século XX, passaram por um processo de romanização e descaracterização de suas funções e objetivos idealizados em sua fundação.

A dissertação de mestrado de Karla Leandro Rascke, intitulada “Divertem-se então à sua maneira”: festas e morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Florianópolis (1888 a 1940)”, de 2013, se dedica a estudar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, na cidade de Desterro, atual Florianópolis.

Consiste em um trabalho, que segue hegemonicamente o arcabouço teórico metodológico do campo da História Social, se propondo a travar “ [...]um combate pela

memória, um engajamento no esforço para retirar das garras do esquecimento as marcas da presença africana.” (RASCKE, 2013; p. 19).

Uma das principais características do texto de Rascke, é a preocupação em reconstruir historiograficamente como os africanos e seus descendentes ocuparam o espaço da cidade de Desterro, que posteriormente se transformaria em Florianópolis.

Em dado momento de sua dissertação, a autora descreve uma fonte memorialística que retrata escravizados, à noite, em seu horário de descanso depois de uma jornada exaustiva de trabalho estarem se dedicando a construir uma igreja.

Comentando esta fonte a autora afirma,

[...] cabe ressaltar que aqueles momentos - noites, feriados e domingos – significavam possibilidades de encontro, de vivências comunitárias, trocas de experiências e momento de vivificar as tradições africanas, por mais que a estrutura das irmandades fosse católica. O espaço coletivo da associação era plural, não preso ao que significava o catolicismo, ou a construção de uma capela católica. RASCKE, 2013, p. 67.

De fato, em Desterro não o fora. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, enfrentara a romanização empreendida por padres germânicos, que a todo custo, empreenderiam as políticas ultramontanas em Santa Catarina.

No entanto, o espaço da irmandade, concernia em lugar de autoafirmação, resistência e construção da sobrevivência e melhoria da vida dos afrodescendentes integrantes da mesma. A este respeito, Rascke revela que a irmandade possuía um projeto de alfabetização para os filhos dos irmãos do Rosário, conotando preocupação com o letramento dos mesmos.

Em 1859, a Irmandade organizou um curso, conforme apontamos brevemente na introdução desta dissertação. O curso, destinado aos filhos de associados, ensinaria a ler, escrever e aprender as funções básicas matemáticas.

“Que se fundasse na Sacristia da Capela da Confraria uma escola de ler, escrever e contar as quatro espécies fundamentais d’aritmética a filhos de irmãos pobres, que se achassem quites com seus anuais; e isto até o número de vinte, ficando ficando salvo ao respectivo Mestre receber mais alguns por ajuste particular com os respectivos pais, ou superiores; e que este mestre, que ficaria sob a imediata inspeção do Procurador da Irmandade, fosse praticado com o mínimo de cem mil reis anuais pagos mensalmente”. (RASCKE, 2013, p. 72)

Segundo Rascke, o processo de “clericalização” da Igreja e a constante vigilância empregada à Irmandade de Nossa Senhor do Rosário acarretaram conflitos entre os irmãos e os clérigos, especialmente o Pe. Topp. A autora deixa claro em sua obra que a luta dos irmãos do Rosário é pela autonomia. Autonomia esta que fora inicialmente ameaçada, e posteriormente sucumbida pela romanização da Igreja Católica.

A Igreja, representada pelo papa Pio IX no terceiro quartel do século XIX, julgara a maçonaria como “perversa” associação de homens, “prejuízo” à sociedade humana e à religião. Além disso, a autonomia da Irmandade estava sob ameaça, visto que até seu representante máximo havia sido deposto por meio de articulações da Igreja romanizadora, através do Padre Topp. Este controle, atrelado à perda de autonomia, significou para a associação a necessidade de um equilíbrio. Práticas, posturas e vivências quotidianas foram vigiadas, desestabilizando a Irmandade, como ocorreu em várias outras associações leigas no Brasil, culminando na desarticulação de centenas delas, senão milhares; com extinção e mesmo demolição das capelas. (RASCKE, 2013, p. 85)

Portanto, a postura ultramontana da Igreja Católica, a partir de 1850, cerceou a liberdade e autonomia leiga, no Brasil, fato que tornara o oxigênio das associações religiosas tradicionais, de maneira especial das irmandades negras, rarefeito.

Estas medidas também atingiram outra cidade do sul do país, Santa Maria, no Rio Grande do Sul. O historiador Ênio Grigio se dedicou a escrever a respeito da irmandade do Rosário dos Homens Pretos e sua tese de doutorado “No alvoreço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse”: A comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942)”.

Novamente, o espaço da igreja da irmandade é retratado como um lugar de construção e fortalecimento da identidade negra. Um espaço para a vida. De superação e angariação de forças para suportar as agruras da escravidão.

“Essa população negra, composta por negros livres, libertos ou escravizados buscaram locais onde pudessem criar novas identidades, celebrar sua religiosidade e manifestar os traços culturais de seus antepassados. Um dos espaços centrais utilizados pela população negra para seu encontro, estabelecimento de laços de solidariedade, organização e celebração eram as irmandades religiosas.” (GRIGIO, 2016, p. 20)

Outra característica em comum, com a obra produzida por Rascke, é a busca por, de modo historiográfico, realizar a manutenção da memória dos africanos como construtores fundamentais das sociedades sulistas, seja no Rio Grande do Sul, seja em Santa Catarina.

No caso específico do objeto de estudo de Ênio Grigio (2016, p. 96), se trata da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul. Esta se assemelha com a irmandade dedicada à mesma devoção na cidade de Lagarto que fora desmanchada em dado momento e posteriormente e resgatada.

Em 1875, o Pe. José Marcellino de Souza Bittercourt, desmanchou a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos em Santa Maria, pois a mesma estaria “subvertendo a ordem”, fugindo do cumprimento dos estatutos e desobedecendo as orientações do sacerdote. Ela, que fora fundada sob o pastoreio do mesmo, só durou cerca de dois anos.

Pela presente portaria, dei por bem dissolver a devoção de Nossa Senhora do Rosário, por mim organizada nesta Igreja Matriz, visto ter se afastado totalmente do fim da sua instituição, desprezando os estatutos, e, por fim, desobedecer a esta vigararia na proibição de sair com a bandeira a tirar esmolas. Obstinadamente violada a segunda imposição que lhes fiz, depois de ter sabido, e o que é ainda mais, levando a dita bandeira sem estar benta, cometendo assim o crime de idolatria, incorrendo nas censuras da Igreja. Ficam, portanto, cassadas, todas as garantias, de nenhum efeito a eleição publicada em mil oitocentos e setenta e três, e, dissolvida, como de fato fica, a dita devoção. Esta deve ser cumprida e registrada no livro do tombo para todo o tempo constar. Dada e passada em minha residência paroquial aos 20 dias do mês de novembro de 1875. José Marcellino de Souza Bittencourt.⁷

A irmandade de Rosário dos Pretos de Santa Maria, se reorganizara após a promulgação da Lei Áurea. Grigio (2016, p.162) afirmara que na sociedade santamariense, ruas, praças e teatros foram nomeados com a intenção de celebrar e rememorar o “13 de Maio”, com o objetivo de impor a perspectiva de que a abolição da escravidão ocorrera por benesse senhorial.

Deste modo, a irmandade do Rosário em Santa Maria se reergue, com a clara intenção de se tornar um *ethos* africano e afrodescendente na cidade de Santa Maria. “A primeira instituição que reuniu e deu visibilidade à população negra de Santa Maria foi a

⁷ Paróquia Nossa Senhora da Conceição. Santa Maria. Livro tombo n. 2 (1860 - 1888), p. 138v.- 139. APNSCSM. Apud. GRIGIO, 2016, p. 143.

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário” (GRIGIO, 2016, p. 167). No entanto, assim como já observamos em outros episódios que envolvem as irmandades dos Homens Pretos, a de Santa Maria, também fora atingida pelas políticas ultramontanas.

O fato é que esta política, que já tiveram em outras cidades e estados como protagonistas o Padre Topp e o Padre Geminiano, em Santa Maria, possuiu como seu principal representante, o Pe. Pagliuca, que acabara vencendo, em nome da Igreja, a disputa pela posse da irmandade. Porém, a forma com a qual a luta dos irmãos do rosário para permanecerem em plena posse dos bens pertencentes à sua irmandade nos chamou a atenção.

Ao perceberem a centralização clerical cada vez mais acentuada, com a interferência gradativamente mais incisiva do vigário no cotidiano da Irmandade, os irmãos decidiram reformar o compromisso da irmandade e transformá-la em uma associação beneficente, o que fora registrado em cartório pelos mesmos, passando, deste modo, todos os bens juridicamente, a pertencer aos irmãos do Rosário em Santa Maria.

A resposta da Igreja, por meio do Pe. Pagliuca foi imediata. Desfez a irmandade do Rosário dos Homens Pretos tomando dos irmãos as chaves da capela. A irmandade por sua vez entrou na justiça contra o padre, ganhando em um primeiro momento. O bispo entrara com recurso, e o segundo juiz concedeu a Igreja plenos direitos sob às irmandades, subjugando assim, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

O que estava em jogo nesse episódio ia muito além da disputa pela chave de uma pequena capela, localizada na periferia de Santa Maria, que era quase insignificante para o catolicismo. A chave disputada era simbólica e política. Ela abria muito mais do que as portas do templozinho, era a chave do controle dos espaços de manifestação do sagrado e a extinção de qualquer tipo de demonstração “profana” que ali poderia ser realizada. O controle desses locais era uma estratégia política do clero para a implantação do modelo ultramontano de catolicismo e a consequente criação de poder sobre os devotos. A busca por domínio não foi realizada sem enfrentamento e resistência, como aconteceu com os irmãos do Rosário. Nesse sentido, as disputas eram inevitáveis e cada um usava as “armas” e as alianças de que dispunham. (GRIGIO, 2016, p. 267)

Pe. Pagliuca, assim com Geminiano de Freitas, fora transferido para a catedral da Arquidiocese, no entanto, manteve uma ligação interessantíssima, de um dos irmãos do Rosário que defendeu o vigário no embate com a irmandade, um gêmeo, ex-escravizado,

descrito por Grigio no início da tese, ele é retratado vindo à frente da procissão na festa em honra aos padroeiros negros.

O mesmo fora casado pelo Pe. Pagliuca, na catedral da Arquidiocese, o que nos fez refletir em como, de fato, a romanização também era capaz de atingir a mentalidade destes irmãos negros, que poderiam ser persuadidos a se submeterem aos sacerdotes católicos.

Sayão, em um artigo denominado “As heranças do Rosário: associativismo operário e o silêncio da identidade étnico-racial no pós-abolição, Laguna (SC)”, se dedicara a compreender a ligação entre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e as organizações operárias na cidade de Santa Catarina.

É basilar no texto de Sayão, a compreensão de um catolicismo africano empregado dentro das irmandades, enfrentado pelo catolicismo romanizado. Estes outros elementos, os não europeus, são vistos sob a perspectiva da “outridade”.

Nas cidades do sul do país é possível observar como as irmandades que alcançam o final do século XIX e o início do XX, passam por um processo de incorporação e desagregação. No caso específico da Irmandade dos Homens Pretos na cidade de Laguna, por um processo de gentrificação. “A destruição das igrejas das irmandades de negros são indícios da marcha da romanização da Igreja Católica, assim como parte da política de reforma urbana (haussmanização) que tomou corpo na primeira metade do século passado” (SAYÃO, 2015, p. 134).

Ao partir do processo de gentrificação e expulsão desse tipo de associativismo dentro da Igreja Católica, Sayão se dedicara a refletir sobre os para quais espaços que essas pessoas teriam migrado, quais os lugares que elas buscaram construir para permanecerem edificando as suas redes de apoio, sociabilidade e porque não dizer, afetividade. (SAYÃO, 2015, p. 135-136)

A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da cidade de Laguna-SC, já vigorava em 1885, celebrando a festa de seus padroeiros com “reis”, “rainhas” e “danças africanas”. Se extinguiu em 1930, tendo vendido o terreno onde se encontrava a sua capela em 1941.

Sayão (2015, p. 135) aponta os terreiros de umbanda, candomblé, clubes e sindicatos como os possíveis *ethos*, construídos pelos afrodescendentes após a abolição

da escravidão e o declínio das irmandades negras. O que nos levou a compreender as irmandades negras como o germe do associativismo negro no Brasil.

Esses estudos mostram, de diferentes ângulos, as transformações do associativismo afrodescendente que deixou de se articular em torno de confrarias para se organizar em sociedades de assistência mútua, educativa, recreativa ou de religião afro-brasileira. Além disso, ainda percebemos que as associações negras modernas herdaram algumas das principais funções das irmandades: promoção da sociabilidade, integração social e defesa de grupos racialmente discriminados. (SAYÃO, 2015, p. 135)

A pesquisa de Sayão se preocupa em estudar de maneira particular os afrodescendentes na sociedade de Laguna buscam se organizados no pós-abolição por meio da União Operário (SRUO). Assim como Grigio e Rascke, se tratando de uma cidade no sul do país, tem o objetivo de historiograficamente manter a memória da participação negra na construção das sociedades sulistas.

Por meio desta associação, que possuía membros advindos da então extinta irmandade do rosário dos homens pretos. Os negros que participaram desta irmandade são descritos como pessoas que ascenderam socialmente. A União Operária se preocupavam excessivamente com a imagem moral e estética de seus participantes, conotando um processo de branqueamento, uma busca por uma estética embranquecida (SAYÃO, 2015, p. 141-142).

Membros da associação passaram a ser vistos como mulatos ou até mesmo brancos, mediante a sua ascensão social. No entanto, o autor (SAYAO, 2015, p. 148) afirma que estas táticas, não conotam uma vitória das políticas de embranquecimento sobre a população negra de Laguna, mas sim uma tática que viabilizou melhores condições de negociação dos espaços sociais, possibilitando nas palavras do autor, a construção de um “novo território negro”.

A dissertação de mestrado de João Mouzart de Oliveira Junior, data de 2015 e fora elaborada como produto final do mestrado em Antropologia na UFS. Esta obra, denominada “A cor da oração: sociabilidades e resistências na irmandade de São Benedito em Aracaju-SE”, versa sobre a Irmandade de São Benedito enquanto espaço de sociabilidade negra em Aracaju.

Segundo o autor, a irmandade de São Benedito se diferencia das demais irmandades sergipanas pois não construiu para si uma igreja específica. Originária do ano de 1865, a mesma estava inserida no contexto da mudança da capital (1855), por isto, a cidade de Aracaju não possuía infraestrutura e espaço para a construção de muitas igrejas. Sendo assim, várias associações congregaram em um mesmo local, a Igreja de São Salvador.

Oliveira Júnior, afirma que a irmandade inicialmente fora formada como irmandade dos pretos. Não fora averiguada em nossa pesquisa nenhuma fonte que comprove tal afirmação, nem mesmo o mesmo apresentara. É possível que o autor tenha acessado esta informação por meio de entrevistas realizadas com os irmãos de São Benedito, visto que o mesmo trabalhara com fontes orais.

O que é comprovado pelas fontes, das quais estão incluídos textos memorialísticos escritos por Dom Luciano Cabral Duarte, é que a irmandade era hegemonicamente formada por sujeitos negros.

Inicialmente, a irmandade de São Benedito foi formada como a irmandade dos homens pretos, na década de 70 o bispo Dom Luciano ainda afirmava que a irmandade era composta por pessoas pretas, no entanto, também constatei, na observação direta e nas conversas que fiz com os irmãos, que atualmente eles continuam afirmando tal discurso étnico. Antes de discorrer sobre tal fenômeno, pincelarei alguns pontos acerca da ideia de “etnicidade” e “grupos étnicos” que servirão de reforço para melhor compreensão do que está posto neste ponto da discussão. OLIVEIRA, 2015, p. 60.

Sendo uma dissertação do campo da Antropologia, João Mouzart de Oliveira aplicou o método etnográfico, em sua pesquisa. Realizou, portanto, entrevistas. Nestas é possível atestar a autoidentificação negra pungente entre os irmãos da ISB. De maneira especial, uma identificação pessoal com a pessoa de São Benedito. A entrevistada Francisca relata:

“Santo Preto sim! Da época da minha mãe e avô, viva ao santo dos alimentos e ao santo que faz milagre aos descendentes de escravo de Aracaju. Já faço parte da terceira geração de mulheres que igual fisicamente a São Benedito, lutaram por mais justiça amor e respeito de nosso grupo. Respeito que tentamos até hoje conseguir dentro da igreja a partir da manutenção da fé em Cristo. Somos pretos e pretas mais para Deus somos todos iguais, é só olha para Benedito”.⁸

⁸ FRANCISCA, 2013. Apud. OLIVEIRA, 2015, p. 61.

Para além da autoafirmação enquanto negra, é possível perceber na fala de “Francisca”, que a mesma faz parte da terceira geração de integrantes da irmandade de São Benedito na ISB de Aracaju. Ademais, por meio das certidões de óbito o autor averiguou que pretos e pardos compunham a maior parte dos irmãos de São Benedito.

Estes irmãos em sua maioria concerniam em egressos do Vale do Cotinguiba, alguns eram advindos ou descendiam de pessoas advindas de outras irmandades sergipanas. Ao se instalarem na cidade de Aracaju, ocuparam principalmente as regiões no entorno da cidade, as chamadas áreas “marginalizadas”, destacando-se os bairros Industrial e Siqueira Campos.

O bairro Industrial, é destacado como um espaço importante para os irmãos de São Benedito, concernindo em um dos espaços *ethos*, desta irmandade. A igreja de São João Batista, localizada dentro do antigo complexo industrial, era, segundo Oliveira Júnior um dos espaços de sociabilidade dos irmãos de São Benedito.

No campo profissional, a maioria dos irmãos de São Benedito ocupavam funções como autônomos. No entanto, a irmandade também contava com um alto número de empregadas domésticas e pessoas que exerciam outras profissões como contabilistas, professores e funcionários públicos.

O fato de congregar pessoas de classes distintas, segundo o autor, gerava hierarquização na ocupação dos cargos diretivos da ISB. “A partir da documentação analisada, verifiquei que o status social das profissões implicava, por exemplo, em determinados irmãos a ocuparem posições mais importantes na organização da irmandade.” (OLIVEIRA, 2015, p. 74).

No que tange ao cargo de Presidente da ISB, Oliveira Júnior afirma que sempre foram ocupados por padres e bispos, cujos quais não possuem fichas de inscrição na irmandade, exercendo tão somente a função de administradores da Irmandade. Isto como tornara característico das irmandades ao longo do século XIX, mediante o processo de implementação das políticas ultramontanas.

Acerca da presença feminina na Irmandade, Oliveira afirma que as mesmas ocuparam de maneira “informal”, posições de liderança na irmandade. Especialmente Dona Dadá, apontada por diversos irmãos entrevistados, como organizadora da

irmandade. Cedendo, inclusive, a sua casa para a festa fora do espaço da igreja, oferecendo uma feijoada.

O que nos parece uma reminiscência do antigo costume, dos reis do Congo, oferecerem um banquete em suas casas, no dia dos festejos dos santos de devoção negra, na cidade de Laranjeiras.⁹ Bem como, o costume ainda vigente, de Mestre Zé Rolinha no dia dos festejos do Lambe-Sujo oferecer, em sua casa, uma feijoada a brincantes e convidados.¹⁰

A partir de 1970, as mulheres passam a ocupar funções na diretoria da irmandade de forma “oficial”. Oliveira alia este fato, à relação de proximidade entre elas e os sacerdotes.

Desta forma, observa-se que sua inserção nos cargos deu-se a partir de 1971. Nas conversas, pode-se observar que as mesmas exerciam grandes funções no espaço religioso da igreja São Salvador. Essa aproximação com os párocos fazia com que elas fossem escolhidas para tais cargos. Os principais cargos exercidos são de vice-presidente, 1ª secretária, mesárias, advogadas e zeladoras. (OLIVEIRA, 2015, p. 79)

A Festa em honra a São Benedito, (OLIVEIRA, 2015, p. 100-102) no passado era celebrada com “coroação de reis e rainhas”, “maracatus” e “cacumbís” e outros grupos ligados ao culto à São Benedito. No entanto, mediante à romanização do catolicismo em Aracaju, este costume se extinguiu. Ressaltamos que as fontes apresentadas acerca destes fatos são memorialísticas advindas de relatos de irmãos e ex- irmãos da ISB, à exemplo de “Carla” que afirmara,

Lembro-me de uma festa onde participei com minha mãe, ela era da irmandade. Ela fingia chorar na frente da procissão, com mais umas 10 mulheres, não entendia, mas lembro. Essas mulheres eram chamadas “as mulheres de frente de São Benedito”. Dançavam, choravam e cantavam, com os Reis e Rainhas. Além disso, era tão grande essa festa, pois tinha outras procissões que saiam da igreja São Salvador, no mesmo momento. Minha mãe morreu e deixei de pagar a irmandade, hoje sou do apostolado da oração¹¹

⁹ DANTAS, 1972; p. 60.

¹⁰ INFONET. **Lambe-sujos mantêm tradição em Laranjeiras.** Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cultura/lambe-sujos-mantem-tradicao-em-laranjeiras/> . Acessado em: 05/01/2021.

¹¹ CARLA, 2013. Apud. OLIVEIRA, 2015, p. 110.

Assim como produções historiográficas acerca das irmandades, versam sobre o cuidado com a morte, Oliveira também se dedica a escrever a este respeito sobre a ISB, em Aracaju. Desta forma cita (2015, p. 119) Pagoto, Nascimento e Reis, afirmando que ainda no século XIX, os sepultamentos na cidade de Aracaju, eram realizados ao lado de fora da Igreja de São Salvador, em “chão sagrado”, o chão do templo religioso. Este costume mudara mediante as medidas higienistas que entraram em voga.

Deste modo, segundo Oliveira (2014, p. 127), a irmandade de São Benedito, no século XX, construiu uma rede de sociabilidade capaz de produzir uma boa morte aos seus associados bem como um espaço para a construção de redes sociais de ajuda mútua. Chegando uma das entrevistadas a afirmar que na ocasião da perda de seu ente querido “ajudaram com tudo”. Isto se refere ao pagamento do pecúlio “*post-mortem*”, mas também ao amparo afetivo e social na hora da morte.

1.2 Os Estatutos das Irmandades Negras na Historiografia Brasileira

Consideradas como uma “família ritual”, as irmandades para Reis, fornecem à História Brasileira, uma das poucas fontes escritas por africanos ou sob a vontade destes. “Os estatutos das confrarias, chamados compromissos, e outros documentos constituem uma das poucas fontes históricas da era escravista escritas por negros, ou pelo menos como expressão de sua vontade”. (REIS, 1996, p. 5).

Ao se referir aos “estatutos”, denominados “compromissos” pela historiografia brasileira, Santos afirma estes normatizavam a vida das irmandades apresentando a devoção, os direitos e deveres dos irmãos, a nacionalidade e o gênero dos proto-ingressantes, os cargos e quem poderia ocupa-los, os rituais fúnebres e as festas dos oragos das irmandades e especialmente a ajuda mútua, o espaço de amparo social que estas irmandades negras constituíam na vida de escravizados ou pessoas de cor livres na sociedade escravista, chegando a viabilizar a compra de alforrias para alguns dos seus irmãos.

A confraria ajudava um irmão e/ ou a sua família, caso o irmão adoecesse, ficasse em miséria, ou morresse. Outro escopo delas era o de cuidar dos ritos ligados a morte, como missas, velórios e sepultamentos dos irmãos. No século XIX, algumas delas tinham cemitério, e a maioria tinha um jazigo em algum cemitério. Outro objetivo era organizar a festa da padroeira da irmandade e as festas eram

um momento importante das confrarias¹¹. E por fim, em algumas irmandades de homens pretos constava comprar a alforria dos irmãos¹². (SANTOS, 2011, p. 4)

No que tange aos cargos das irmandades negras, é descrito pela autora, que as configurações étnicas acerca daqueles que poderiam ou não ocupar os cargos das mesas diretivas, era decisivo, para interpretar quem possuiria o poder nas referidas irmandades. Algumas, como é o caso da irmandade de São Cristóvão, tinha a sua mesa diretiva formada hegemonicamente por Angolas. Já na Irmandade de Vila Nova o cargo de juiz-presidente, cargo máximo alçado, era dividido entre crioulos e ethiopinos.

Os cargos de tesoureiros e secretários, corriqueiramente era destinado a pessoas “livres ou libertas”, no caso de São Cristóvão e Lagarto, tinham que ser especificamente brancas. Este pressuposto, segundo a autora, se dava pela exigência de que tais cargos fossem ocupados por pessoas letradas. Entretanto, Santos afirma que no Rio de Janeiro, em dado momento, estes cargos também passaram a ser ocupados por pessoas de cor, mediante o letramento dos mesmos.

Os compromissos, das irmandades também são responsáveis por delimitar os limites étnicos, de gênero e sociais dentro das associações religiosas. Em Lagarto, segundo Monteiro, foram elaborados cerca de dois compromissos. O primeiro em 1771, o segundo no século XIX, sobre a liderança do Padre João Batista de Carvalho Daltro.

O primeiro compromisso, consistiu em uma espécie de adaptação do estatuto da irmandade dos Homens Pretos de São Cristóvão, com algumas distinções. No texto do compromisso da irmandade de Lagarto, era permitido o ingresso de pessoas de diferentes procedências étnicas, em São Cristóvão a irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos atendia exclusivamente aos homens negros, sendo chefiada pelos angolas e os crioulos presentes naquela cidade. No entanto, as duas irmandades determinavam que os cargos de tesoureiro e secretários fossem ocupados por homens letrados, que em sua quase totalidade eram brancos.

Afora o fato de nos dois compromissos aqui postos em comparação (São Cristóvão e Lagarto) serem denominados de rosário dos “pretos”, chama atenção nos terceiros capítulos de ambas (Da Eleição dos Oficiais) o favorecimento de homens brancos, no total de dois em ambos, para ocuparem funções nevrálgicas da irmandade, como a de Escrivão e a de Tesoureiro. Isso se explicava, em grande medida, pelo fato de os homens pretos em quase absoluto não terem letramento, “boa consciência”, é bem verdade, mas pressupunha de alguma forma uma

ascendência étnica no mínimo contraditória. No que diz respeito ao Compromisso de Lagarto não fica evidente que os sujeitos a ocuparem as demais funções sejam “de cor”, como no Compromisso de São Cristóvão onde estes se configuram tacitamente: Angollas e Criollos. Também o quantitativo diferia em relação à São Cristóvão, não ficando claro, por exemplo o total de Mordomos, no que deixa deduzir uma certa flexibilidade. Em comum também, além da presença do Vigário, o dia da eleição: na véspera ou dia da festa. (MONTEIRO, 2013, p. 109.)

Até então, somente o compromisso do século XIX, havia sido descoberto. Monteiro, explicita que a irmandade de Nossa Senhora do Rosário vigente no século XVIII, provavelmente fora desativada em algum momento, sendo reativada posteriormente, estando em pleno funcionamento à ocasião da administração do Pe. Daltro na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário.

No século XIX, foram realizadas algumas modificações no compromisso de 1771. Das quais se acentuam a “supressão” do nome “preto” e o estabelecimento da festa de São Benedito como uma das atividades da Irmandade. Ademais, se tornara obrigatória a profissão de fé como católico, rejeitando a participação em outras religiões de qualquer natureza. Monteiro aponta especificamente este último ponto como um provável sintoma da romanização do catolicismo em Lagarto (2013, p. 172-173).

O que nos chama a atenção, é que a cidade de São Cristóvão também possuía as taieiras até meados do século XX, assim como Lagarto e Laranjeiras. Em 1970, Beatriz Góis Dantas aponta a Taieira de Lagarto como a única que fora organizada por um homem branco, o senhor Rubens de Oliveira, que contava então com 66 anos de idade e era o organizador dos festejos de “do dia de Reis” em Lagarto. A dança-cortejo das taieiras de Lagarto sobreviveu até meados da década de 1950, quando não mais resistiu às pressões exercidas pela elite e pelo ideário católico romanizado (1972, p. 48).

João Mouzart de Oliveira Júnior, se debruçou sobre os “estatutos” da Irmandade de São Benedito, com o objetivo de compreender como se dera a distribuição dos cargos da mesma a partir da década de 1950 à 2010. O mesmo analisara cerca de três estatutos (1954, 1971 e 2010). É contundente para Oliveira, que existiram compromissos anteriores, que por algum motivo foram “apagados” dos arquivos da Irmandade de São Benedito em Aracaju.

Os estatutos da ISB, estipulavam que o número máximo de sócios eram de oitocentas pessoas, cujas quais, deveriam ser indicados por outros irmãos e analisados pela mesa diretiva. Deveriam professar a fé católica renegando quaisquer outras religiões, de maneira especial, à “marçonaria” e ao “espiritismo”.

Desde a década de 1950, os presidentes da ISB em Aracaju foram padres e bispos, sendo efetuadas eleições para a escolha dos cargos de vice-presidente e secretários, estes foram ocupados hegemonicamente por homens em 1954. Segundo Mouzart, as mulheres só passariam a ocupar cargos “oficiais” na irmandade de São Benedito na década de 1970.

Por fim, para João Mouzart, os estatutos da Irmandade de São Benedito sofreram grandes interferências do catolicismo romanizado, que cerceou a liberdade dos irmãos e limitara, paulatinamente, a sua autonomia na liderança nos rumos da irmandade.

A partir da análise dos estatutos, elaborados para a irmandade de São Benedito, é possível constatar que a irmandade sofreu grande influência do catolicismo romanizado²², no qual buscou a centralização do poder nas mãos dos eclesiásticos, tornando-se mais rígido que o catolicismo tradicional. Tais documentos buscaram controlar as atividades executadas pelos irmãos e vigiá-los. (2015; p.81-85).

CAPÍTULO II

ROMANIZAÇÃO, DESAGREGAÇÃO E EFICIÊNCIA: OS ESTATUTOS DA ISB EM ARACAJU

*Ô dia o dia
Dia de tanta alegria
Ao sinhô São Binidito
Hoje chegou nosso dia¹²*

Os estatutos da Irmandade de São Benedito aqui a serem cotejados, datam do ano de 1954 ao ano de 2018, abarcando um marco temporal de pouco mais de meio século. Alcançando seis¹³ bispos da Diocese de Aracaju, bem como, a sua elevação ao *status* de Arquidiocese¹⁴.

De antemão, urge afirmar que nesta pesquisa não se encontram todos os estatutos elaborados ao longo deste tempo, mas somente aqueles aos quais tivemos acesso. Na dissertação de mestrado de João Mouzart de Oliveira Júnior, é possível identificar o estatuto de 1996, sob o episcopado de Dom José Palmeira Lessa, cujo qual não obtivemos acesso nos arquivos da irmandade e segundo as informações que nos foram concedidas no arquivo da Arquidiocese, não se encontram em seu domínio.

Assim, serão analisados respectivamente cinco estatutos, 1954, 1971, 2010, 2014 e 2018. Os estatutos dos anos de 2010 a 2018 foram acompanhados de atas das reuniões ordinárias com os irmãos da ISB, para a aprovação dos mesmos.

2.1 A criação da cidade de Aracaju: território germinal da ISB

¹² TAIEIRA. Canto IV (Lagarto). In. DANTAS, Beatriz Gois. **As Taieira de Sergipe: pesquisa exaustiva sobre uma dança do nordeste**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1972. p. 138.

¹³ Dom José Thomaz Gomes da Silva (1912); Dom Fernando Gomes dos Santos (1949); Dom José Vicente Távora (1958); Dom Luciano Cabral Duarte (1970); Dom José Palmeira Lessa (1998); Dom João José Costa (2017). **A Igreja Particular de Aracaju**. Arquidiocese de Aracaju. Disponível em: <https://www.arquidiocesedearacaju.org/institucional>. Acessado em: 22.01.2021.

¹⁴ “Aos 30 de abril de 1960, o Papa João XXIII elevou a Diocese à Sede Metropolitana, pela bula “*Eclesiarum omnium*” sendo Dom Távora o seu primeiro arcebispo”. **A Igreja Particular de Aracaju**. Arquidiocese de Aracaju. Disponível em: <https://www.arquidiocesedearacaju.org/institucional>. Acessado em: 22.01.2021.

O município de Aracaju possui 161 anos de idade, 664.908 habitantes¹⁵. Capital do estado de Sergipe, possui uma área metropolitana que abarca os municípios da Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão (antiga capital sergipana).

A mudança da capital da então Província de Sergipe no ano de 1855, estava inserida dentro do contexto político concernente à época, guiado pela política de Conciliação, que no segundo reinado visava realizar as mudanças necessárias para o desenvolvimento nacional. “A Resolução de 17 de março se enquadrava no período de desenvolvimento e transformações estruturais que a partir de 1850, vivia o Brasil, e na política de conciliação estabelecida em 1853.” (NUNES, 2006, p. 128).

Assim, o presidente provincial Inácio Joaquim Barbosa, segundo a Prof.^a Maria Thetis Nunes, possuía laços de proximidade com membros do ministério da conciliação, e por isto mesmo, estava inteirado de seu projeto para a nação, fora enviado para Sergipe, com o objetivo de implementar as mudanças necessárias para a modernização e por consequência prosperidade sergipana.¹⁶

Deste modo, por meio da Resolução 413 promulgada em 17 de março de 1855, o município de Aracaju fora criado e nomeado como a nova sede da província de Sergipe, a partir da qual, deveriam funcionar as repartições administrativo-políticas da mesma.

Neste momento, a nascitura capital, fora denominada como insalubre, coberta por pântanos e pela falta de infraestrutura. Ademais, doenças pestilentas passaram a assolar a população que migrara para o seu território, a exemplo do próprio presidente de província, Inácio Joaquim Barbosa, que contrai uma febre, que provocara a sua morte, em 06 de outubro de 1855.

O próprio presidente teve de habitar em uma casa de palha, e a assembléia reunir-se debaixo de um pé de cajueiro... As repartições públicas funcionando em casebres feitos à pressa. Os infelizes empregados públicos, para garantirem o pão quotidiano, obrigados a irem habitar um meio paludoso, excessivamente epidêmico, pela grande quantidade de pântanos existentes. E daqui que a colonização melhorasse tais condições anti-higiênicas e que a permanência de um centro populoso espantasse os miasmas, seriam inúmeras as vítimas desse meio tão pernicioso e epidêmico. E foi o que se deu... O próprio presidente foi vítima de sua ousadia, morrendo de febre palustre, pouco depois da mudança da Capital. (FREIRE, 1977, p. 304.)

¹⁵ IBGE. **Cidades e Estados: Aracaju**. 2020. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se/aracaju.html>. Acessado em: 15/12/2020.

¹⁶ NUNES, Thetis. *Sergipe Provincial II*. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 2006. p. 129.

Nos anos subsequentes, a cidade de Aracaju passa por uma série de reformas que visaram construir a infraestrutura necessária para ostentar o título de capital sergipana. Em 27 de fevereiro de 1856, após o falecimento de Inácio Barbosa, o Bacharel Salvador Correia de Sá e Benevides toma posse como novo presidente da província de Sergipe.

Correia de Sá, elaborou um pequeno projeto ambiental para Aracaju, nos quais estavam previstas obras que viabilizariam aterro, esgotamento e fornecimento de água potável para a jovem capital.

Ademais, a gestão de Correia de Sá e Benevides proibiu os enterros nas igrejas, ordenando que as Câmaras Municipais construíssem cemitérios; transformou a Casa de Oração construída por Inácio Barbosa em uma pequena igreja, cuja qual, nomeou de Igreja de São Salvador, em homenagem ao próprio nome.

Proibiu os enterros nas igrejas, determinando às Câmaras Municipais que construíssem cemitérios. O primeiro a ser construído em Aracaju foi o Alto da Santa Cruz... A Casa de Oração iniciada por Inácio Joaquim Barbosa, foi por ele transformada em um pequeno templo com a invocação a São Salvador (em homenagem ao seu nome). (NUNES, 2006, p. 161.)

A este respeito, encontramos em nossa pesquisa uma fonte contemporânea a este momento na cidade de Aracaju, uma ordem testamentária de Pedro Homem dos Santos¹⁷, que ordenara a doação de 10\$000 réis, para a construção do Cemitério de São Benedito.

Já em 1865, apenas uma década após a fundação da cidade de Aracaju, a Irmandade de São Benedito estava em pleno funcionamento na Igreja de São Salvador. E intencionavam construir um Cemitério para a mesma.

Sergipe, seguindo ainda à baila da política de conciliação, iniciou-se no final do século XIX os investimentos no desenvolvimento industrial.

A política de Conciliação tornava-se essencial ao desenvolvimento do capitalismo que se processava no país a partir da segunda metade do século XIX com a extinção do tráfico negreiro pela Lei de Euzébio de Queiroz de 1850. Encerrava-se o domínio estável do senhor rural. Os capitais, até então aplicados no comércio escravagista, deslocavam-se para as indústrias que iam surgindo, as estradas de ferro, a navegação a vapor e os serviços públicos essenciais à nova realidade social que se ia constituindo. (NUNES, 2005, p. 129)

¹⁷ Testamento de Pedro Homem dos Santos. Livro de Testamentos da Comarca de Aracaju. Arquivo Judiciário. Inventário, Cx 13, 1879. p. 33.

Neste sentido, segundo Ibarê Dantas, em 1890, em Sergipe “a Indústria estava em expansão, contando com uma grande unidade, a Sergipe Industrial, fábrica de tecidos onde trabalhavam numerosos operários.” (2004, p. 18).

Segundo Felte Bezerra, muitos destes operários eram ex-escravizados e seus descendentes, que mediante a abolição, migraram para os centros urbanos para ocuparem os postos de trabalhos nestas fábricas têxteis,

Do inquérito que realizamos em cinco das doze fábricas de tecido que Sergipe possui atualmente, concluímos que a massa operária... se constitui de negros e homens de cor, oriundos dos municípios açucareiros, na sua maioria: Maroim, Riachuelo, Laranjeiras, Rosário, Japaratuba; são meio rudes e analfabetos, em sua quase totalidade. (BEZERRA, 1984, p. 122)

Fora averiguada em nossa pesquisa, alguns irmãos que na altura da metade do século XX, ocupavam a função de operários nas fábricas de Aracaju, bem como uma preocupação especial da Diocese de Aracaju, em se fazer presente em meio a este grupo de trabalhadores, organizando diversas reuniões com os operários, como o Círculo Católico Operário ¹⁸(11/05/1935), realizado na igreja do Seminário Diocesano, que contou com a presença do Bispo Diocesano e do Presidente da Província de Sergipe.

Neste contexto de crescimento econômico e expansão urbana, em 3 de janeiro de 1910¹⁹, fora criada a Diocese de Aracaju, tendo sido nomeado seu primeiro bispo em 12 de maio de 1911, Dom José Tomaz. Segundo o livro do tombo da Arquidiocese de Aracaju, “fora festivamente e deslumbrantemente recebido por... todas as confrarias.”²⁰

Estas confrarias, citadas ligeiramente na chegada do bispo na cidade de Aracaju, estão registradas em uma lista contida neste mesmo livro do tombo, sobre todas as associações católicas presentes na Diocese de Aracaju em 1946, as quais podem ser observadas na Tabela 1.

¹⁸ Livro do Tombo. Arquivo da Cúria Metropolitana de Aracaju. p. 64 (verso), 11.08.1935.

¹⁹ A Igreja Particular de Aracaju. Disponível em:

<https://www.arquidiocesede aracaju.org/quemsomos?lang=pt>. Acessado em 09.01.2020.

²⁰ Livro do Tombo. Arquivo da Cúria Metropolitana de Aracaju. p. 168-169.

Tabela 1

Irmandades na Diocese de Aracaju em 1946 ²¹	
Confraria	Cidade
Confraria das Almas	Aquidabã, Boquim, Campo do Brito, Dolores, Itabaiana, Itabaianinha, Japaratuba, Lagarto, Laranjeiras, Neópolis, Porto da Folha, Propriá, Santo Antônio, Simão Dias, Tobias Barreto.
Confraria do Rosário	Frei Paulo, Itabaiana, Lagarto, Neópolis, São José.
Ordem III de São Francisco	Laranjeiras, Parapitinga, Propriá, Santo Antônio, São Cristóvão, Simão Dias.
Irmandade do SS Sacramento	Estância, Neópolis.
Outras Irmandades	Itabaiana, Laranjeiras, São Cristóvão e Aracaju.
Arquiconfraria do Coração Eucarístico	Capela e Nossa Senhora da Conceição - Aracaju
Arquiconfraria do Coração de Maria	Nossa Senhora da Conceição de Aracaju
Ordem III do Carmo	São Cristóvão
Confraria Nossa Senhora do Amparo	Capela

São cerca de trinta e oito confrarias religiosas espalhadas por todo o território Diocesano. Demonstrando que confrarias religiosas não eram um fenômeno raro no território sergipano na primeira metade do século XX.

Nesta lista não se encontram expostos o nome das Irmandades dedicadas a São Benedito. Isto, porque provavelmente fora omitido sendo substituído por “Outras Irmandades”. Estas estão presentes em Laranjeiras, Itabaiana, São Cristóvão e Aracaju. Mediante a presença de Aracaju é que levantamos a hipótese de que estas “Outras Irmandades”, na verdade fossem dedicadas a São Benedito.

A possível omissão das mesmas, poderia advir da política ultramontana implementada gradativamente na Diocese de Aracaju, mediante a chegada do seu primeiro bispo, Dom José Tomaz Gomes da Silva. As festas dedicadas à “louvação” de São Benedito, as chamadas festas de Santos Reis, possuem elementos sincréticos, comumente denominados de “profanos”.

No livro as Taieiras de Sergipe, da Prof^a. Beatriz Gois Dantas, entrevista membros das extintas taieiras de São Cristóvão e Lagarto, cujas quais, segundo a mesma, teriam sucumbido ao processo de romanização da Igreja Católica.

²¹ Livro do Tombo. Arquivo da Cúria Metropolitana de Aracaju. p. 23.

Sua fidelidade à realeza em declínio e incapacidade de reinterpretar-se, secularizando-se ou conservando seu sentido religioso a salvo da interferência direta da ordem eclesiástica, fizeram-na desaparecer em plano nacional. Hoje, a dança da Taieira se se conserva em Sergipe, na cidade de Laranjeiras, e, talvez, em Alagoas. (DANTAS, 1972, p. 75)

Em Sergipe Dom José Tomaz Gomes da Silva, inicia um processo de renovação pastoral na Diocese, por meio da organização da Ação Católica, que objetivava unificar e controlar as ações dos mais diversos segmentos católicos em Sergipe. Para tanto, foram organizados congressos eucarísticos, semanas catequéticas, e fora organizada uma Diretoria da Ação Católica, cujo o presidente era o próprio Bispo Diocesano.

Em 31 de outubro de 1936, fora criada a Confederação Católica, responsável por conglomerar as associações católicas da Diocese de Aracaju, bem como coordenar as suas ações. Sendo, então, colocada como estágio fundamental para a implementação da “Ação Católica”. Foram estabelecidas algumas datas específicas de festas destas associações. Sobretudo, no que se refere à Nossa Senhora, são datas referentes à dogmas ou ao padroado oficial da Igreja no Brasil como é o caso da data de Nossa Senhora Aparecida.

Sob a invocação de Nosso Senhor Jesus Cristo Rei e de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, fica constituída na cidade episcopal de Aracaju, a Confederação de todas as Associações Católicas da Capital com tríplex objetivo: a) unir, formar e coordenar para ação, os elementos católicos, em geral, e de, modo particular as Associações [...]²²

Estas foram as celebrações colocadas como “festas solenes”: Páscoa; Pentecostes; Festa de Nossa Senhora de Aparecida-11 de maio; Festa da Assunção de Nossa Senhora; Festa de Nossa Senhora da Assunção – 15 de agosto; O domingo anterior a festa de Cristo Rei; e 31 de dezembro; 40 dias de Jesus; Cristo Rei como principal festa.

Outrossim, estabeleceram a celebração coletiva de uma missa no segundo domingo a cada dois meses, exclusivo para a diretoria da Ação Católica cujo os membros se referem a: Presidente: Excelentíssimo Dom José Tomaz Gomes da Silva; Vice-Presidente: Mario de Miranda Vilas-Boas. Todos os demais membros da confederação eram cônegos.

²² Livro de Tombo da Diocese de Aracaju. Nº 1. Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Aracaju. p. 66 (verso), 1936.

Em 7 de setembro de 1946, Dom José Tomaz Gomes da Silva determina que se elaborem estatutos da Ação Católica da Diocese de Aracaju de acordo com os estatutos da Ação Católica. Tais “Estatutos se encontram no livro 1d, das pessoas jurídicas, sob o número 38, Cartório do décimo ofício”²³. O fato é que a ISB, iria elaborar o seu primeiro estatuto somente em 1954, cujo qual discutiremos a seguir.

2.2 O estatuto de Dom Fernando Gomes (1954)

O Estatuto de 1954, consta com a presidência do então Pe. Luciano Cabral Duarte, personagem histórico importante para a história sergipana, especificamente para a história da Igreja Católica em Sergipe.

Segundo o livro do tombo da Arquidiocese de Aracaju, Luciano Cabral Duarte, fora ordenado padre em 18 de janeiro de 1948, na Catedral Metropolitana de Aracaju, pelas mãos de Dom Fernando Gomes, então bispo da Diocese de Penedo.

“No dia 18 de janeiro de 1948 celebrou-se na Santa Igreja Catedral de Aracaju a solene cerimônia da ordenação sacerdotal do Padre Luciano José Cabral Duarte pelo Sr. Bispo , de Penedo D. Fernando Gomes, especialmente convidado e autorizado pelo Sr. Bispo Diocesano.”²⁴

Dom Luciano Cabral Duarte, em seu livro “Estrada de Emaús”, dedica um texto memorialístico aos irmãos de São Benedito. Ele esteve em contato com a irmandade desde de sua infância, visto que recebera o sacramento da Primeira Comunhão na Igreja de São Salvador, o que indicia que frequentava esta igreja, tendo contato com a irmandade desde tenra idade.

“O Padre Luciano nasceu nesta capital aos 21 de janeiro de 1925. É filho legítimo de José de Goes Duarte e de D. Celia Cabral Duarte. Foi Batizado na Igreja Catedral e fez a primeira Comunhão na Igreja de São Salvador...Celebrou a primeira missa, aos 19 de janeiro de 1948, na igreja de São Salvador.”²⁵

²³ Livro de Tombo da Diocese de Aracaju. Nº 1. Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Aracaju. p. 107 (verso), 1946.

²⁴ Livro de Tombo da Diocese de Aracaju. Nº 1. Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Aracaju, 1948. p. 127.

²⁵ Livro do Tombo. Arquivo da Cúria Metropolitana de Aracaju. p. 127.

O Capítulo I do Estatuto de 1954 consiste em uma apresentação geral da ISB. Segundo o disposto no mesmo, a irmandade de São Benedito, fora fundada em 1865, tendo sido instalada na Igreja de São Salvador, na cidade de Aracaju, capital de Sergipe. Se define como sendo uma confraria católica, sendo regida pelo Código de Direito Canônico. A Igreja de São Salvador era a sua sede, mas a Irmandade não possuía “nenhuma atribuição...sobre a referida Capela.”²⁶

Os fins da irmandade foram constituídos por uma série de itens que visavam sobretudo a indicar os pontos normativos dos irmãos de São Benedito. Portanto, constituíam os fins da Irmandade,

- a) – incrementar em seus membros a vida cristã, desenvolvendo, em particular a devoção a São Benedito, cujas virtudes deverão ser o modelo a imitar por todos os componentes da Irmandade;
- b) – lutar pela defesa e pela expansão da Igreja de Cristo na medida das possibilidades pessoais de cada membro da Irmandade, e da própria Confraria em conjunto.²⁷

O item b) deste artigo, chama atenção pela palavra “luta”. Conotando estar em decurso uma guerra, neste caso, de cunho religioso pela verdadeira fé.

O segundo capítulo se refere aos Irmãos de São Benedito. Versando acerca das características que os irmãos de São Benedito devem apresentar, versam sobre a obrigatoriedade de se declararem cristãos católicos rejeitando outras religiões, seguindo os ditames de um catolicismo sob a égide das políticas ultramontanas, os estatutos de 1954, se posicionam contra o “religiões heréticas”, “protestantismo”, a “maçonaria” e o “espiritismo”.

Entretanto, com a palavra “espiritismo”, a Igreja se refere também, aos cultos de matriz africana. A partir da década de 1940, os terreiros de culto de matriz africana se multiplicaram no território sergipano, ocupando, inicialmente as zonas geográficas nas quais muitos irmãos de São Benedito residiam, como o “Aribé”, localizado no atual bairro “Siqueira Campos” e no bairro “18 do Forte”, região próxima ao bairro Santo Antônio, que contava com a presença de muitos irmãos de São Benedito (DOMINGUES, 2019).

²⁶ GOMES, F. **Estatuto da Irmandade de São Benedito**. 1954. p.3.

²⁷ GOMES, F. Estatuto da Irmandade de São Benedito. Cúria Metropolitana de Aracaju. Aracaju, de 1954. p. 3.

Mediante a perseguição empreendida contra estes terreiros, muitos *babalorixás* e *yalorixás*, mudaram as denominações de suas casas de culto afro-brasileiro para “Centro Espíritas”, buscando o arrefecimento de tais perseguições. Portanto, casas de culto afro-brasileiro, especialmente de candomblé, passam também a serem denominadas de espiritismo.

De maneira similar, pode-se inferir que, em Sergipe, as religiões afro-brasileiras ficavam entre três fogos cruzados: da imprensa, dos delatores e da polícia. Qualificadas de “baixo espiritismo”, vez que praticavam “sortilégios”, “feitiçarias” e “curandeirismos”, e estigmatizadas como despidas de moralidade e motivadas por interesses escusos envolvendo pessoas negras, desclassificadas socialmente e ignorantes, continuaram sendo enquadradas no Código Penal de 1940. (DOMINGUES, 2019, p. 13)

O terceiro artigo do primeiro capítulo se refere aos deveres da Irmandade de São Benedito. A primeira responsabilidade da ISB, se refere à realização da festa de “Seu Padroeiro”, neste caso, São Benedito. No segundo domingo de cada mês deveria realizar uma missa pelos irmãos vivos e mortos e dar sepultura gratuita aos integrantes da confraria; manter uma caixa de pecúlio para auxiliar a família dos irmãos falecidos.

A partir do item “e)” do terceiro artigo, é possível perceber como a irmandade era responsável por arcar com uma série de despesas “extra irmandade”, como “manter um seminarista pobre no Seminário Diocesano”; “proporcionar todos os meios e recursos ao Capelão da Igreja de São Salvador, para as despesas do culto nesta Capela... inclusive um ordenado ao Capelão de acordo com a Cúria Diocesana.”; “Colaborar, na medida das suas possibilidades com as campanhas promovidas pela Diocese de Aracaju”.

O segundo capítulo se dedica a descrever os direitos e responsabilidades dos irmãos de São Benedito, ao longo dos artigos que os compõe, é necessário se atentar acuradamente ao que se encontra subentendido. No 5º artigo, é explicitado que, nesta irmandade, não se fará aceção de cor, utilizando o termo “Na aceitação de novos sócios” o que pode significar que, a partir de um determinado momento, sendo este em 1954 ou em um estatuto anterior, passaram a ser aceitos irmãos sem “aceção de sexo, condição social ou nacionalidade”. Excetuando-se, justamente a categoria “raça”.

De fato, o apagamento da categoria “raça” pode ter sido realizado despropositadamente. No entanto, nos chamou atenção um outro fato. No livro do tombo

da Arquidiocese de Aracaju, encerrado no ano de 1948, consta uma lista de “Associações Católicas”²⁸, contendo a denominação das associações e suas respectivas cidades. Somente duas cidades não possuem as suas irmandades nomeadas, Aracaju e Laranjeiras. Ambas possuindo irmandades marcadamente negras. E em nenhuma das Irmandades contidas em todas as relações estão inseridas as nomenclaturas dos “Homens Pretos”, como sabemos ser reconhecida, por exemplo, a Igreja de “Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos”, em São Cristóvão.

No entanto, retornando ao nosso parágrafo anterior, é possível, assim como afirmara o historiador João Mouzart de Oliveira Júnior, que a Irmandade de São Benedito em Aracaju, tenha sido erigida para congregar exclusivamente negros. Assim o era em Laranjeiras, segundo Beatriz Gois Dantas (1972, p. 63).

Entretanto, é possível que desde o seu princípio a irmandade de São Benedito, tenha congregado pessoas sem acepção de cor, raça, gênero e classe social, como já ocorria na cidade de Lagarto, com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Não obstante, fora averiguado por Oliveira Júnior que a Irmandade de São Benedito fora ocupada hegemonicamente por pretos e pardos, em um período no qual o senso de Sergipe, possuía uma declaração étnica no tocante a pretos muito menor do que a declarada na irmandade. O que a torna um lugar da população afro-aracajuana, sendo hegemonicamente preta.

O artigo 6º, consiste uma clausula interessantíssima, acerca do ingresso dos irmãos de São Benedito, eles deveriam ser “apresentados” por um membro da irmandade. Por meio das fichas de inscrição, foi possível identificar diversos participantes da irmandade que eram parentes. Casais, filhos, irmãos e vizinhos. Como é o caso do senhor Manoel Marques Souza, residente na Ladeira Sargento Florêncio. Em sua casa, participavam da ISB ele; sua esposa Antônia Maria de Souza; seu filho José Marques de Souza, juntamente com sua esposa, Maurina Vieira de Souza.

No sétimo artigo, a irmandade estabelece que somente irmãos com menos de 50 anos de idade ingressarão na irmandade. Por meio das fichas, observamos que mesmo após o ano de vigência deste estatuto, irmãos com mais de 50 anos de idade foram aceitos na irmandade de São Benedito. No entanto, no oitavo artigo, é exposto que “A proposta que apresenta o candidato à Irmandade, deverá conter os seguintes dados, nome e

²⁸ Ver tabela 1.

sobrenome do mesmo, naturalidade estado civil e residência, nome da pessoa para quem ficará o pecúlio “*mortis causa*”.²⁹

O oitavo artigo abre a possibilidade para que as fichas de inscrições, as quais tivemos acesso, possam também ser propostas de inscrições, e não de fato fichas de membros da irmandade. No entanto, em nenhuma ficha de inscrição da ISB, foram encontrados pareceres da Diretoria da irmandade, ou seja, não possuímos comprovação alguma desta hipótese. Bem como, é possível que a aceitação de irmãos com mais de 50 anos tenha sido realizada para angariar fundos, mediante as responsabilidades monetárias impostas à irmandade no Capítulo I do Estatuto de 1954.

O terceiro capítulo do Estatuto de 1954, se dedica a normatizar o funcionamento da Diretoria da Irmandade. A Irmandade de São Benedito de Aracaju, em 1954, possuía uma diretoria formada pelo Presidente, o Vice-Presidente, dois secretários, um tesoureiro e nove mesários.

Segundo este estatuto, o Presidente da Irmandade deveria ser “sempre o Capelão designado pela Autoridade Diocesana para reger a Igreja de São Salvador.”³⁰ O tesoureiro era nomeado pelo Bispo Diocesano, mediante a apresentação do mesmo pelo presidente da irmandade.

Os demais cargos, deveriam ser preenchidos de por meio de eleição. Os irmãos elegiam doze mesários, os quais entre si, elegiam o Vice-presidente e os secretários, restando, então, o número de 9 mesários.

Na função do presidente da irmandade de São Benedito, estavam concentradas as principais funções organizativas da irmandade. O sacerdote-presidente, gozava, então, de plenos poderes sobre a Irmandade de São Benedito. Especialmente no tocante aos destinos econômicos da ISB. Cabia ao presidente da irmandade de São Benedito indicar o Administrador do Cemitério à Autoridade de Diocesana, que por sua vez, escolhia o tesoureiro. O que conota por parte da cúria uma atenção especial às finanças da Irmandade de São Benedito.

Ademais, o Sacerdote-Presidente, deveria prestar esclarecimentos ao Bispo Diocesano, acerca da Irmandade, oferecendo um relatório anual “de tudo que tiver

²⁹ GOMES, F. Estatuto da Irmandade de São Benedito. Cúria Metropolitana de Aracaju. Aracaju, de 1954. p. 4.

³⁰ Idem. p. 6.

ocorrido”. Este relatório deveria ser entregue após a Festa do Padroeiro, que deveria ser realizada sempre no dia 6 de janeiro.

O item “n)” acerca das competências do Presidente da irmandade de São Benedito, quase passa despercebido, mas expõe possíveis tensões dentro do ambiente da irmandade ao afirmar que cabia ao Presidente, “suspender as sessões, quando nelas houver perturbação da boa ordem”.³¹

É possível, que dentro do ambiente da irmandade houvessem discussões “acalaroladas”. Acerca das quais não possuímos fontes suficientes para acusar os motivos de tais tensões, mas podemos supor que se referissem às diferentes perspectivas acerca do futuro da irmandade, especialmente, no que se referia ao envolvimento político de alguns irmãos de São Benedito, mediante o fato deste estatuto proibir discussões de cunho político e se referir a tais debates como um “mal” para a Irmandade.

Em 2015, em sua dissertação de mestrado, Oliveira Júnior (p. 90) se refere ao fato do Estatuto da ISB no início da década de 1950 ter sido rapidamente substituído pelo de 1954. Tal dado nos fizera refletir a possibilidade de que a ISB em Aracaju, com o advento do século XX, com a abolição da escravidão e o advento da República, contando com professores e funcionários públicos em seu quadro, tenha criado ares de “associação negra”, com debates políticos e identitários acirrados.

Em seu estatuto, é possível aferir uma preocupação acentuada com obras de caridade, a escolha de São Benedito como padroeira está intrinsecamente ligada aos mais pobres, especialmente aos que nada tem para se alimentar, visto que, o santo era um cozinheiro. Entretanto, tal hipótese não pudera ser comprovada por nenhuma fonte, somente por um indício, um registro memorialístico de Dom Luciano acerca da festa de São Benedito na década de 1970, se referindo à festa como pertencente à “[...] parte mais humilde, mais desprovida de recursos, mais desamparada, da gente de Aracaju... composto, na grande maioria, das pessoas de cor” (DUARTE, 1971,p. 57).

O bispo se refere aos “pretos” participantes da festa de São Benedito como sendo “Pessoas, que nunca vão à Igreja...” (idem. p. 58). Adentrando este espaço neste dia para participar da missa e da procissão de seu padroeiro negro.

³¹ Idem. p. 7.

Este texto, de cerca de duas páginas nos chamou a atenção para o fato de demarcar vivamente a identidade negra dos participantes da festa de São Benedito, entretanto, o Dom Luciano Cabral, em momento algum cita a existência da Irmandade. Porém, ao final do texto, nos oferece a fala de dois participantes da festa, acerca de São Benedito,

[...] alguém me contou uma conversa ouvida, entre dois pretos velhos, ao regressarem da procissão, rumando para o bairro pobre, na periferia da cidade, onde moram. Um dizia para o outro: << - Êle vai atrás, porque é um preto direito. Botou os brancos todos na frente, porque tem muito branco safado ... >>. (DUARTE, 1971, p. 59)

O que torna possível afirmar, existe um discurso racial proferido pelos participantes da festa de São Benedito, especialmente os mais velhos, que tendo vivido a época em que a Irmandade possuía uma autonomia com relação à sua própria administração e organização, verbalizam um discurso que conota uma consciência identitária negra acentuada.

Ao vice-presidente competia substituir ao Presidente da irmandade na ausência do mesmo. No entanto, este cargo possuía duas outras funções, como “visitar os irmãos doentes”, “angariar os donativos para a festa da irmandade” e “fiscalizar as obras da irmandade”. Especialmente o último item nos chamou a atenção, e nos questionamos acerca da natureza destas obras.

A Irmandade de São Benedito possivelmente sustentava obras de cunho social, que provavelmente se dedicavam a distribuir donativos às famílias carentes, visto que São Benedito é tido como padroeiro dos pobres e era um cozinheiro.

O Vice-Presidente, por meio das suas atribuições, era uma espécie de liderança leiga da irmandade, e tinha o seu cargo voltado para o cuidado com os irmãos de São Benedito, e aos trabalhos da ISB, na sociedade. Os secretários são os responsáveis por lavrar as atas das reuniões da irmandade e os mesários, não tiveram suas funções especificadas.

O Estatuto de 1954, aparentemente separa a administração do Cemitério da Irmandade de São Benedito, da referida irmandade. Delegando um administrador específico para tal função, devendo prestar contas ao escriturário. Sendo, o tesoureiro por cuidar das finanças da Irmandade de São Benedito, como um todo, era portanto,

responsável também pelo cemitério de São Benedito, no que concerne aos repasses monetários.

O quarto capítulo se dedica a normatizar as Sessões da Irmandade, as mesmas deveriam ocorrer “ordinariamente” no turno da tarde no segundo domingo de cada mês na Igreja de São Salvador, domingo este no qual, como já fora citado anteriormente, deveria ser rezada uma missa por todos os irmãos vivos e mortos da ISB. Portanto, os irmãos de São Benedito participavam da missa e das sessões da Irmandade. As sessões ordinárias deveriam tratar de assuntos de “assuntos de ordem religiosa, bem como matéria que siga respeito à vida e progresso da Irmandade de São Benedito”³².

As reuniões extraordinárias eram convocadas sempre no “1º domingo de dezembro, para tratar da eleição da nova Diretoria” e quando o Presidente julgasse necessário. As reuniões ordinárias, poderiam ocorrer com qualquer número de pessoas, as extraordinárias deveriam contar com o mínimo de quarenta participantes, e deveria ser convocada com no mínimo oito dias de antecedência por meio de artigo em jornais.³³

O 1º Secretário deveria lavrar uma ata, que seria lida no início da reunião subsequente³⁴. Tais atas, se existiram, não se encontram nos arquivos das irmandades, portanto, não pudemos analisa-las. O único livro de atas sob o poder da ISB, fora aberto no ano de 2001, contendo as reuniões sucedidas desde então.

O Capítulo quinto, se refere às diretrizes para a realização das eleições. As mesmas deveriam ocorrer como já fora mencionado, no 1º domingo do mês de dezembro, “no salão de reuniões da Irmandade, na Igreja de São Salvador”. Deveria contar com a presença do sacerdote-Presidente ou de outro sacerdote “designado pela Cúria Diocesana”, caso contrário a eleição poderia ser anulada.

Segundo o Artigo 35, o Secretário deveria receber e registrar em um “livro especial” as “chapas” que iriam disputar as eleições, estas deveriam conter os nomes de 12 pessoas para mesários, e dentre estas, deveriam estar a indicação de três membros para os cargos de Secretários e Vice-Presidente.³⁵ Para votar o e serem votados os irmãos deveriam apresentar comprovante de estarem quites com a mensalidade da Irmandade.

³² GOMES, F. **Estatuto da Irmandade de São Benedito**. Cúria da Diocese de Aracaju. Aracaju, 1954. p. 9

³³ Idem.

³⁴ Idem.

³⁵ Idem. p. 9-10.

“No caso de empate, far-se-á na mesma hora nova eleição. No caso de novo empate, será vitoriosa a chapa cujo primeiro componente for mais velho”³⁶.

O sexto capítulo se refere aos bens da Irmandade. Formavam o bojo patrimonial da ISB em 1954, os “móveis, títulos de crédito e imóveis que a mesma possua ou venha adquirir por compra ou doação”. Os bens não poderiam ser “gravados” ou “alienados” sem a autorização do Bispo Diocesano. Nos questionamos sobre os possíveis bens da irmandade, temos vestígios somente do “salão de reuniões da irmandade”, referido nas normativas sobre as eleições, e o Cemitério de São Benedito.

A receita da Irmandade era constituída pela “renda do Cemitério de São Benedito, pelos juros de seus depósitos bancários, pelas contribuições mensais dos Irmãos, e por dádivas que a Irmandade venha a receber”. Como fora o caso da doação do valor do pecúlio para a própria Irmandade, realizado por Neildes Moura Souza. A renda da irmandade, deveria ser aplicada “nas obrigações já especificadas nestes Estatutos, e em outras atividades, dentro do espírito e dos fins da Irmandade...”³⁷.

O sétimo capítulo se refere à Caixa de Pecúlio, a mesma tinha como objetivo auxiliar a famílias dos Irmãos, por ventura do falecimento dos mesmos. O valor do pecúlio consistia em Cr\$ 4.000,00. Para receber o valor do pecúlio, a pessoa “interessada” deveria realizar um “requerimento ao Presidente da Irmandade, ao Presidente da Irmandade, anexando o atestado de óbito e o recibo que comprove que o falecido estava em dia com o pagamento da Irmandade”.³⁸ O Presidente deveria consultar o tesoureiro para saber se o requerente estava contemplada pelo pecúlio na ficha de inscrição do irmão falecido. Os irmãos que estivessem inadimplentes há mais de sessenta dias, não teriam direito ao pecúlio e à sepultura gratuita.

As Disposições Gerais da ISB, presentes no oitavo capítulo do Estatuto de 1954, são de longe o capítulo que mais expõe as intenções políticas e administrativas de todo o Estatuto. Inicialmente é perceptível a intenção de um controle jurídico da Irmandade, exposto pela preocupação da não transformação da Irmandade em pessoa jurídica, somente com a permissão da Autoridade Diocesana.

³⁶ Idem. p.10.

³⁷ Idem.

³⁸ Idem. p. 11.

Em outras palavras, isto quer dizer que preocupava as autoridades eclesiásticas que os irmãos de São Benedito, mediante intervenção judicial tomassem para si a posse de todos os bens da Irmandade, juridicamente se separando do poder eclesiástico. Isto também ocorrera com a Irmandade do Rosário exposta no texto de Ênio Grigio, que recorrera à justiça para manter a posse sobre a sua capela.³⁹ No caso da Irmandade de São Benedito em Aracaju, o Cemitério.

Assim sendo, a Irmandade estava proibida de adquirir personalidade jurídica. Ademais, foram vedadas manifestações políticas e sociais dentro da irmandade “pelo mal que tais coisas tem causado a mesma”. O que indicia, que dentro do ambiente da Irmandade houveram tensões políticas. Deste modo é claro perceber, existiram debates políticos e de cunho social dentro da ISB, estes causaram distensões, divisões que tentaram ser resolvidas por meio dos Estatutos de 1954. Outrossim, o mesmo fora elaborado por meio da Diretoria, sendo levado para apreciação dos demais irmãos posteriormente. Sendo aprovado em 18 de abril de 1954, pelos demais membros em 9 de maio do mesmo ano.

Em 1954, os seguintes membros foram nomeados e eleitos para a diretoria da irmandade,

Presidente – Pe. Luciano Duarte.

Vice- Presidente – Vicente Ferreira Filho.

1º Secretário – Joviniano Fonseca Filho.

2º Secretário – Helvécio Santiago.

Tesoureiro – Jeferson Sousa.

Mesários – José Bernardino Costa.

Sabino José dos Santos.

José Eduardo de Oliveira.

Alfredo Nascimento.

João Batista de Oliveira.

Adolfo França.

Júlio Soares dos Santos.

Alípio Gomes Soares.⁴⁰

³⁹ 2016, p. 159.

⁴⁰ GOMES, F. **Estatuto da Irmandade de São Benedito**. Cúria Metropolitana de Aracaju. Aracaju, 1954, p. 12.

Acerca dos membros da Diretoria, alguns possuem fichas de inscrição na ISB, cujos quais os mesários Sabino José dos Santos, pedreiro, sob número de inscrição 231; Adolfo França, também funcionário federal aposentado, inscrito na irmandade em 1949 sob o número 430.

2.3 O Estatuto de Dom Luciano Cabral Duarte (1971)

Em 28 de maio de 1971, sob o episcopado de Dom Luciano Cabral Duarte, Arcebispo da Arquidiocese de Aracaju, o Monsenhor Mario de Oliveira Reis assinara o Estatuto da Irmandade de São Benedito como Presidente.

Em 1871, o Monsenhor Mario de Oliveira Reis exercia a função de capelão da Igreja de São Salvador, aquele que segundo o estatuto de 1954, deveria ocupar a função de presidente da irmandade de São Benedito.

De maneira geral, o estatuto de 1971, não possui grandes distinções com relação ao estatuto de 1954, distinguindo-se somente nos seguintes pontos, primeiramente, no art. 13, consta um reajuste na taxa de entrada na irmandade e em sua mensalidade. A taxa de entrada passa custar Cr \$ 200,00, anteriormente custava Cr \$ 20,00. A mensalidade custava cerca de Cr \$ 5,00 em 1954, passou a custar Cr \$ 100,00.

Ademais, a partir de 1971, a irmandade de São Benedito, a qual em 1954 não era permitido assumir personalidade jurídica, passa a receber esta permissão, mediante a autorização expressa da Autoridade Diocesana. Isto se dera mediante um processo exitoso de tomada da irmandade pela hierarquia eclesiástica em Aracaju.

No ano de 1971, foram nomeados para a mesa diretora o Monsenhor Mário de Oliveira Reis (Presidente); Djalma Ferreira de Oliveira (Vice-Presidente); Maria Eloiza de Araújo Aragão (1ª secretária) ; João Pedro de Jesus (2º secretário) ; João Batista de Oliveira (Tesoureiro) ; Maria Pediza dos Santos (Mesário) ; Tourino dos Santos (Mesário); Lourival Vitorino (Mesário); Cicero Monteiro da Cruz (Mesário); Ceciliano

Borges Luduvise (Mesário); Arnaldo José Falcão (Mesário); Rosidete Araújo Oliveira (Mesário); José Dias Machado (Mesário).

Alguns destes irmãos possuem fichas de inscrição na irmandade, a exemplo do Sr. João Batista de Oliveira Nascimento, admitido no ano de 1949; a senhora “Maria Pediza” cujo nome na ficha cadastral está escrito Maria Pedriza dos Santos, servente, admitida no ano de 1971; Lourival Vitorino dos Santos, funcionário público aposentado, admitido no ano de 1956; Cícero Monteiro da Cruz, economista, admitido em 1954; Ceciliano Boges Luduvise, funcionário público municipal aposentado, admitido em 1966 e Rosidete Araújo Oliveira, funcionário pública estadual, admitida em 1955.

Entre os anos de 1971 e 2010, não possuímos acesso aos possíveis estatutos que guiaram a irmandade de São Benedito em Aracaju. No entanto, requerimentos de pagamento de pecúlio, as solicitações de doações para a reforma do cemitério, e o livro de ata aberto em junho de 2001, nos deram luzes sobre este período. No ano de 1985, o Cemitério de São Benedito estava sob a administração do Sr. Cícero de Monteiro da Cruz, e a irmandade sob a presidência do bispo da Diocese de Aracaju, Dom Luciano Cabral Duarte.

As solicitações de pagamento de pecúlio foram realizadas pelas senhoras Neildes Moura Souza e Maria Amorim, são endereçadas ao Presidente da Irmandade de São Benedito, conforme o firmado nos Estatutos de 1954 e 1971. A senhora Neildes Moura, pede o pecúlio deixado por seu esposo, José de Souza Filho, em 14 de maio de 1985. Tendo registrado o recebimento do mesmo, em 16 de maio do mesmo ano. Doando o valor do pecúlio, correspondente a Cr\$ 60.000 à Irmandade de São Benedito.

Segundo a sua ficha de inscrição, José Souza Filho, sob o número de inscrição 268, era natural da cidade de Maruim. Residia na rua Distrito Federal exercendo a profissão de comerciante. De fato, deixara o pecúlio para a sua esposa, a requerente do pecúlio.

Em 12 de agosto de 1985, a senhora Maria José Amorim requereu o pecúlio deixado por Eliete Amorim, falecida no dia 06 de agosto de 1985. Ambas, participavam da Irmandade de São Benedito, tendo se inscrito no mesmo dia, eram irmãs, naturais da cidade de Japaratuba e filhas do casal Elias Amorim e Amelia Gabriel Amorim, residindo na mesma casa.

Segundo a sua ficha de inscrição, de número 420, Eliete Amorim, ingressou na irmandade em 18 de abril de 1954, aos 45 anos de idade, era doméstica e morava na rua de Estância. A sua irmã, Maria José Amorim, à qual legou o seu pecúlio, estava inscrita na ISB sob o número 418, era doméstica, e na altura de seu ingresso na irmandade declarou possuir 40 anos de idade. Deixou o seu pecúlio para sua irmã, Maria de Lourdes Amorim, que também fizera parte da irmandade. Tendo se inscrito na mesma data que as suas irmãs, sob o número de inscrição 419, era professora particular, natural da cidade de Japaratuba. Deixou o seu pecúlio para a sua irmã mais nova, Maria José Amorim. Maria José Amorim faleceu em 30 de julho de 2009, aos 95 anos de idade, contando então, com 55 anos como irmã de São Benedito.

Em 2 de abril de 1985, o senhor Cícero Monteiro da Cruz, por meio de ofício da Irmandade de São Benedito⁴¹, pedira doações ao Sr. Albano Franco, então presidente da CNI,

Senhor Presidente:

A Irmandade de São Benedito é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter única e exclusivamente falantrópico.

Isso posto vimos à presença de Vossa Senhoris solicitar uma ajuda consubstancial a fim de que possamos dar andamento na construção do velório do Cemitério de São Benedito, obra esta que é a única em nosso Estado e que vai de alguma forma beneficiar a sociedade sergipana, no que diz respeito ao velório ou “sentinela” de entes queridos que se foram deixando lacunas nos corações de seus familiares.

No aguardo de uma resposta afirmativa, e na esperança de contarmos com a Vossa ajuda através da entidade cujo administração está em Vossas mãos subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

Cícero E. Cruz
Econ. Cícero Monteiro da Cruz
Administrador do Cem. São Benedito

(Ofício nº 01/85. Aracaju, 02 de abril de 1985. Arquivo do Cemitério de São Benedito)

Esta fonte nos possibilitou ter acesso a três informações. Primeiramente, em 1985 a irmandade de São Benedito provavelmente passava por dificuldades financeiras, de outra forma, não haveriam motivos para pedirem doações para a construção de um velório. Bem

⁴¹ Ofício nº 01/85. Arquivo do Cemitério de São Benedito. Aracaju, 02 de abril de 1985.

como, não haveria a necessidade de não pagamento do pecúlio a José Juarez dos Santos, exposto na dissertação de João Mouzart de Oliveira Júnior⁴².

Em segundo, a mesma se denominava uma “entidade sem fins lucrativos, de caráter única e exclusivamente falantrópico”. Ainda não se reconhecia, então como uma empresa, cujo qual, um dos princípios norteadores seria a “eficiência”, assim como se apresentara nos Estatutos de 2010. Em terceiro, o administrador do Cemitério de São Benedito, Cícero Monteiro da Cruz, fora eleito mesário da Irmandade em 1971. Natural da cidade de Cedro de São João, ingressou na irmandade em 1954 aos 41 anos de idade. Faleceu em 28 de fevereiro de 1987 aos 74 anos de idade, dos quais viveu 33 anos como irmão de São Benedito.⁴³

Mediante o falecimento do senhor Cícero Cruz, possuímos um espaço de tempo de cerca de dez anos, sem nenhuma documentação que possa esclarecer os rumos administrativos da irmandade de São Benedito. De 1994 à 1996, surgem solicitações de pecúlio à Irmandade de São Benedito, que contava, então com a senhora Jussara Maria de O. Fonseca como tesoureira, da qual não encontramos nenhuma informação para além do nome completo que consta nas assinaturas de que atestam o pagamento do pecúlio.

Em 27 de junho de 2001, fora aberto o livro de atas da ISB, o mesmo se encontra nos arquivos da irmandade de São Benedito, aberto pelo então Pe. Marco Eugênio Galvão Leite de Almeida. Na altura o mesmo era o presidente da Irmandade de São Benedito, provavelmente exercendo a função de pároco da Catedral Metropolitana e por consequência, capelão da Igreja de São Salvador.

O Pe. Marco Eugênio, fora sagrado bispo em 2003, sendo nomeado o quarto bispo da Diocese de Estância. No entanto, fora transferido como Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Salvador em janeiro de 2014.⁴⁴

No dia 29 de junho de 2001, o presidente da ISB convocou uma reunião extraordinária, para apresentação do novo administrador e do Cemitério de São Benedito e eleição da nova diretoria. Compareceram somente as irmãs Francina Marques dos Santos e Maria José Amorim. Por falta de quórum o então presidente da ISB, decidiu convocar uma nova reunião.

⁴² OLIVEIRA, 2015. p. 86.

⁴³ Ficha de Inscrição na Irmandade de São Benedito n. 470. AISB, 1954.

⁴⁴ Arquidiocese de Salvador Acolhe Novo Bispo Auxiliar. CNBBNE3. Disponível em: <https://www.cnbbne3.org.br/arquidiocese-de-salvador-acolhe-novo-bispo-auxiliar/>. Acessado em 18.12.2020.

No dia 27 de julho de 2001, ocorreu a reunião da Irmandade de São Benedito, contando com a presença dos “irmãos Francina Marques Santos, Maria José Amorim, Raymunda Pereira da Silva e Maria dos Santos. Foram convidados também o senhor João Tadeu Palmeira Lessa – Assistente Administrativo da Arquidiocese de Aracaju, Dr. Charles Renier Porto Prado – Assessor Jurídico da Arquidiocese de Aracaju e a senhora Jussara Maria de Oliveira da Fonseca – Auxiliar de Escritório da Cúria Metropolitana e a senhora Raynilda Pereira da Silva, procuradora ad Irmã Raymunda Pereira da Silva, sendo nomeada pelo presidente para a função de secretária “*ad hoc*” desta Assembleia extraordinária. Nesta reunião ocorrera a nomeação do Tesoureiro da irmandade, indicado pelo Arcebispo.

“Pelo presente documento e de acordo com o artigo 18 das disposições estatutárias, havemos por bem nomear o senhor João Tadeu Palmeira Lessa, brasileiro, maior ... para o cargo de Tesoureiro da Irmandade de São Benedito, afim de desempenhar este múnus nos limites previstos no aludido estatuto e por prazo indeterminado. Dê-se ciência disto à Irmandade de São Benedito. Saudações em Cristo – Dom José Palmeira Lessa – Arcebispo de Aracaju. Na ocasião o Pe. Marco Eugênio Galvão Leite de Almeida na qualidade de presidente da Irmandade nomeou também o senhor João Tadeu Palmeira Lessa, para a função de Administrador do Cemitério São Benedito.”⁴⁵

Em seguida, o assessor jurídico da Arquidiocese de Aracaju, apresentou a natureza de cada membro da Diretoria. Se propondo também a oferecer um novo estatuto para reger a irmandade, defendendo que a quantidade de membros da Diretoria seja reduzida, mediante o número diminuto de irmãos na ISB.

Na sequência, o senhor João Tadeu Lessa, apresentou a situação na qual se encontra o principal bem da irmandade, o cemitério de São Benedito, bem como as necessidades do mesmo. Assim sendo, fala acerca de uma série de fatores, dentre os quais a precariedade do prédio do cemitério, débitos com a Arquidiocese e com as empresas fornecedoras de água e luz, provenientes da condução da gestão anterior.

Outrossim, é sugerido que mediante a precariedade do Cemitério de São Benedito, os bens da irmandade sejam incorporados pela Arquidiocese, o que fora aceito por todos.

“Foi levantado a hipótese da Irmandade ser incorporada a Arquidiocese de Aracaju bem como todos os seus bens, conforme disposições

⁴⁵ Ata de Reunião Extraordinária da ISB - 27. 07.2001. Livro de Atas da ISB; p. 03.

estatutárias ou seja o Cemitério ficará sob o domínio da Arquidiocese, salvaguardando o direito de cada sócio membro da mesma e que estiverem em dia com seus respectivos pagamentos. Todos os presentes acharam de acordo tal incorporação, frisando que boa parte dos problemas da mesma seriam solucionados.”⁴⁶

Visando, salvaguardar o cemitério de São Benedito, os irmãos aceitam a sua incorporação. O objetivo, ressaltado por meio da ata lavrada pela Secretária da ISB, é justamente, solucionar os problemas de infraestrutura, decorrentes do abandono administrativo do cemitério.

Estes problemas não eram poucos, na ata, consta uma descrição das reformas necessárias a serem realizadas,

“Em seguida, a senhora Jussara Maria de Oliveira Fonseca – Aux. De Escritório da Cúria, falou sobre as reformas urgentes e necessárias que o mesmo precisa Restauração da Capela; Arrumação e numeração das Canteiros; Reformas dos passeios; Pintura externa e interna; Reforma dos Banheiros; Velatórios; Ossuário Comunitário; Parte Elétrica, visto que a parte hidráulica já foi toda revista.”⁴⁷

O cemitério que contou com a colaboração de Pedro Homem Santos, em 1880. Em 2001, estava seriamente comprometido. Para conservá-lo, os irmãos de S. Benedito o passaram juridicamente para a Arquidiocese de Aracaju.

Superadas as pautas referentes à estrutura do Cemitério de São Benedito, a reunião se concentrou em formar a nova mesa diretiva. Esta, mediante o número pequeno de participantes presentes, fora formada por meio da nomeação do Presidente da Irmandade, o então Pe. Marco Eugênio Galvão Leite de Almeida. O mesmo nomeou a senhora Raymunda Pereira da Silva, Vice Presidente; Maria José Amorim, 1ª Secretária; Francina Marques dos Santos, 2ª Secretária.

O assessor jurídico, Charles Renier, sugeriu mudanças no estatuto, que deveria se adequar a atual situação da irmandade, prometendo fazer os estudos necessários e apresentar as modificações estatutárias primeiramente a mesa diretiva e posteriormente aos demais irmãos da ISB. Tal Estatuto seria então apresentado e aprovado em 2010.

⁴⁶ Ata de Reunião Extraordinária da ISB - 27. 07.2001. Livro de Atas da ISB; p. 03.

⁴⁷ Idem.

2.4 Desagregação, incorporação e extinção: os estatutos de 2010 e 2014

Capítulo I – DA IRMANDADE

Art. 1º - A IRMANDADE DE SÃO BENEDITO, fundada em 1865, é uma confraria católica com personalidade jurídica de direito privado e sem fins econômicos, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o n. 13.072889-64, inicialmente com sede instalada na Igreja de São Salvador, e atualmente na Praça Olímpio Campos, 228, Aracaju-SE, com duração determinada até a existência do último irmão remanescente, reger-se-á pelo Direito Canônico, Direito Civil e por este estatuto.

Art. 2º - No desenvolvimento de suas atividades, a irmandade observará os princípios da legalidade impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.⁴⁸

Em 2010, no primeiro Estatuto elaborado sob o episcopado de Dom José Palmeira Lessa, a Irmandade de São Benedito fora extinta, como pode ser aferido no 1º artigo, “com duração determinada até a existência do último irmão remanescente”. Deste modo, a partir de 2010, com a ISB extinta, todos os seus bens passam a pertencer à Arquidiocese de Aracaju, especialmente o seu cemitério, junto com todos os seus dividendos.

Este Estatuto, bem como o Estatuto de 2014, possuem artigos que privilegiam a normatização do funcionamento do cemitério, que se consolida como uma pequena empresa, como um negócio arquidiocesano regido pelos princípios “da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência”. Sendo vedada, junto com a existência da Irmandade, toda a sua estrutura de amparo social e econômico aos seus irmãos.

Os Estatutos dos anos de 2010 e 2014, algumas distinções interessantes, com relação aos Estatutos dos anos de 1954 e 1971, em seu 4º artigo, se referindo aos deveres da irmandade (presentes no art. 3º nos estatutos de 1954 e 1971) foram excluídos nos itens “d”, “e” e “f”, que explicitam que estava sob as responsabilidades da irmandade,

- a) Fazer, solenemente, a festa de seu padroeiro, São Benedito;
- b) Celebrar, no segundo domingo de cada mês, uma missa na Igreja de São Salvador, por todos os membros da Irmandade, vivos e mortos;
- c) Dar sepultura a todos os irmãos que estiverem em dia com suas mensalidades, no seu cemitério, por um período de três anos;

⁴⁸ LESSA, J.P. Estatuto da Irmandade de São Benedito. Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Aracaju. Aracaju, 2010. p.1.

- d) Colaborar, na medida de suas possibilidades, com as campanhas promovidas pela Arquidiocese de Aracaju. (Estatuto de 2010 p. 2)⁴⁹

Os itens excluídos se referem ao pagamento da Caixa de Pecúlio, ao sustento de um seminarista pobre da arquidiocese e a obrigação de prover o capelão da Igreja de São Salvador.

O segundo capítulo antes dedicado aos irmãos, no Estatuto de 2010 é dedicado às finalidades da Irmandade de São Benedito, das quais permanecem os itens “a” e “b” e são adicionados outros dois,

a) Promoção das vocações sacerdotais e religiosas, inclusive com doações para os Seminários da Arquidiocese;

b) Realizações de atividades assistenciais e sociais, através de obras e ações, de forma direta ou indireta, com recursos próprios.⁵⁰

O item a), fora realocado, estando presente nos estatutos de 1954 e 1971 no Capítulo I, que se referia às responsabilidades da Irmandade.

O terceiro capítulo dos Estatutos de 2010 e 2014, também sofreu algumas modificações interessantes. O mesmo se refere aos irmãos da ISB, este assunto em 1954 e 1971 eram abordados no segundo capítulo. Em 2010 é abolida a entrada de novos membros nesta confraria, sendo afirmado que, “Art. 6º - A irmandade, a partir da vigência deste Estatuto, não aceitará o ingresso de novos sócios”.⁵¹

Deste modo, foram extintos todos os artigos que se referiam ao processo de entrada de novos membros na ISB. No que concerne aos direitos e responsabilidades, permaneceram os mesmos, exceto no que tange à indicação de novos membros e ao Direito à Caixa de Pecúlio, que fora extinta.

O Capítulo IV, apresenta a criação dos órgãos da irmandade, a Assembleia Geral; a Diretoria e o Conselho Diretivo Fiscal.⁵² Acerca da natureza dos órgãos da Irmandade, O Capítulo V se dedicara a apresentar o caráter da Assembléia Geral,

Art. 11 – A Assembleia Geral é o órgão soberano da Irmandade, e se constitui pelos irmãos, em pleno gozo dos seus direitos estatutários.

⁴⁹ LESSA, J.P. Estatuto da Irmandade de São Benedito. Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Aracaju. Aracaju, 2010. p.2.

⁵⁰ Idem. p. 3

⁵¹ Idem.

⁵² idem. p. 7

Art. 12 - Compete a Assembléia Geral:

- I- Eleger os membros do Conselho Diretivo e Fiscal.
- II- Destituir os membros do Conselho Diretivo e Fiscal;
- III- Aprovar as contas da Irmandade;
- IV- Alterar o presente Estatuto;
- V- Deliberar sobre a extinção da Irmandade;
- VI- Dar posse aos eleitos para compor a Diretoria;
- VII- Destituir os membros da Diretoria Executiva;
- VIII- Criar, fixar ou extinguir cargos.

Art. 13 – A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, sempre no mês de outubro, e extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 14 – A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de Edital afixado na Irmandade, por carta enviada aos Irmãos, pela Rádio Cultura, ou por qualquer outro meio de comunicação, com antecedência mínima de 10 dias.

Art. 15º - A Assembléia Geral é convocada pelo Presidente e, em sua ausência ou impedimento, pelo seu substituto legal.⁵³

O sexto capítulo do Estatuto de 2010, se dedica a estabelecer as funções da diretoria. A partir deste estatuto, foi extinto o cargo de mesário, e o Arcebispo Arquidiocesano, passou a ser o presidente nato da irmandade, os demais cargos permaneceram com o mesmo caráter dos Estatutos anteriores. O sétimo capítulo se refere ao Conselho Diretivo e Fiscal, como antes afirmado, criado no Estatuto de 2010

Ao que se refere às sessões ordinárias da irmandade, em 1971 eram realizadas no segundo domingo de cada mês, no espaço para reuniões da Igreja de São Salvador. Segundo os Estatutos de 2010 e 2014, passam a ser realizadas a cada três meses, “a partir de janeiro de 2011”. Podendo ser realizadas com “qualquer número de irmãos presentes”. As reuniões extraordinárias permanecem com a obrigação de serem realizadas mediante aviso prévio “de oito dias, via imprensa” devendo ter 2/3 dos membros da ISB.

As eleições da Irmandade de São Benedito, normatizadas por meio do capítulo nono, permaneceram essencialmente as mesmas, com exceção do local no qual passou a se dar a votação, que foram transferidos para a Praça Olímpio Campos, n. 228.⁵⁴

No que tange às disposições gerais da Irmandade, a ISB passa a possuir personalidade jurídica, mediante a autorização da Autoridade Arquidiocesana. Neste

⁵³ idem.

⁵⁴ Idem. p. 16.

capítulo, o décimo segundo do Estatuto de 2010, se trata com mais detalhes da dissolução da Irmandade de São Benedito, a Caixa de Pecúlio, bem como o pecúlio *post mortem*.

Art. 47º - A dissolução da Irmandade de São Benedito prevista no artigo 1º dar-se -a na forma disposta neste Estatuto, com a incorporação da entidade à Arquidiocese de Aracaju, com todos os bens, inclusive o Cemitério São Benedito, cuja a administração já se encontra a cargo dessa instituição.

Parágrafo Único – Por ocasião da dissolução da Irmandade serão seus bens e valores incorporados aos bens da Arquidiocese, por serem considerados bens eclesiais.

Art. 48º - Extinguem-se, com a vigência deste novo Estatuto, as Caixas da Irmandade de São Benedito, passando a existir, em substituição, uma única conta bancária, na qual são depositados todos os seus rendimentos e demais movimentações financeiras pertinente à Irmandade.

Art. 49º - Em razão da extinção das Caixas extingue-se, igualmente, o pecúlio *post mortem*, pago à família do Irmão falecido⁵⁵.

No ano de 2010, foram nomeados para os cargos da Diretoria da Irmandade, Dom José Palmeira Lessa para o cargo de Presidente; Raimunda Pereira da Silva, como Diretora Vice-Presidente; Maria Amélia Figueira de Jesus como Diretora-Secretária; João Tadeu Lessa como Diretor-Tesoureiro e Maria Edênia Texeira Rocha, como advogada da ISB.

Em 2014 permaneceram nos cargos o presidente da ISB, o tesoureiro não existindo no estatuto as assinaturas dos membros eleitos para os demais cargos. Para a função de advogado, fora eleito Joerlon Pinto dos Santos.

O Estatuto do ano de 2010, é responsável pela agregação oficial da Irmandade de São Benedito e de todos os seus bens, à Arquidiocese de Aracaju. Na reunião ordinária convocada pelo Arcebispo Dom José Palmeira Lessa, não fora aceita sem questionamentos a proibição de novos membros à irmandade. Esta reunião ocorreu no dia 20 de outubro de 2010.

A professora Rainilda Pereira Silva, filha da irmã da ISB, Raimunda Pereira Silva, questionou o Sr. João Tadeu Lessa acerca da extinção da possibilidade de novos membros na irmandade, o que fora respondido que permaneceriam na irmandade, somente os irmãos já existentes, na sequência a ata passa a tratar de outros assuntos.

⁵⁵ Idem. p. 18.

Desta forma, o cemitério de São Benedito passa a fazer parte do patrimônio da Igreja Católica em Sergipe, no entanto, este acordo fora firmado em 2001, sendo efetuado somente em no ano de 2010. Os Estatutos de 2010 e 2014 possuem o mesmo texto em sua integralidade, entrando em vigência respectivamente a partir de 27 de outubro de 2010 e 21 de novembro de 2014.

2.5 A Clericalização da ISB: o estatuto de 2018

Em 5 de dezembro de 2014, Dom João José Costa, fora nomeado Arcebispo coadjutor da Arquidiocese de Aracaju. Este fato ocorrera mediante a eminência da renúncia por idade, de Dom José Palmeira Lessa, que a esta altura contava com cerca de 73 anos de idade. Desta forma, se inicia no ano de 2014 um processo de transição, que perduraria por 2 anos, do poder episcopal na Arquidiocese, na qual a ISB, também está inserida.⁵⁶

Dom Frei João José Costa, na altura de sua nomeação, possuía 55 anos de idade, natural da cidade de Lagarto, é frei Carmelita, e anteriormente fora bispo da Diocese de Iguatu, que possui sede na cidade de mesmo nome, pertencente ao estado do Ceará.

No ano de 2017, constando com cerca de 3 anos, como Arcebispo Coadjutor, assumindo o pastoreio da Arquidiocese de Aracaju, Dom João José Costa toma posse também como presidente da ISB, ocupando este cargo na altura da elaboração dos Estatuto de 2018.

Tal Estatuto, mediante os itens referentes aos membros associados à ISB, concedera uma participação e autonomia maior dos irmãos da ISB, diferentemente da gradativa clericalização que ocorrera estatutariamente desde a década de 1950. Ademais, o artigo que decretava o fim da Irmandade de São Benedito desde 2010, fora revogado, fazendo com que a Irmandade perdure por tempo indeterminado, com a aparente intenção de que a mesma restaure as suas atividades sociais.

Os direitos dos chamados “associados” pelo estatuto são,

⁵⁶ Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cultura/dom-joao-jose-costa-sera-o-novo-arcebispo-de-aracaju/> Acessado em 12/12/2020.

Art. 7º - São direitos dos associados quites com suas obrigações sociais:

- I - Votar e ser votado para os cargos eletivos;
- II – Participar de todas as atividades associativas;
- III- Propor a criação e tomar parte em comissões e grupos de trabalho quando designados para estas funções;
- IV- Apresentar propostas, programas e projetos de ação;
- V- Ter acesso a todos os livros de natureza contábil e financeira, bem como a todos os planos, relatórios, prestações de contas e resultados de auditoria independente;
- VI – Direito à ampla defesa e ao contraditório quando da instauração de procedimento administrativo disciplinar.
- VII – Ser sepultado gratuitamente no cemitério da Irmandade, estando em dia com suas mensalidades, por um período de 03 (três) anos, sendo este direito pessoal e intransferível ao cônjuge ou parente em linha reta ou colateral, observando o previsto no parágrafo único do artigo 3º deste estatuto.⁵⁷

Partindo do Capítulo IV, a administração da irmandade sofrera mudanças em sua normativa, infringindo uma descentralização na figura do presidente da irmandade, ao designar competências gerais para a Diretoria da ISB. A diretoria segue sendo composta pelo Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretário, contando agora também com um Primeiro e Segundo Tesoureiro.

Art. 15º - Compete à Diretoria

- I – Elaborar e executar o programa anual de atividades a ser encaminhado para à Assembleia Geral para a deliberação;
- II – Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório anual;
- III – Entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- IV – Resolver os casos omissos no presente estatuto, “ad referendum”, da Assembleia Geral;
- V- Aplicar pena de advertência ao associado e propor à Assembleia Geral a suspensão ou exclusão do associado, garantindo-se o direito de defesa e recurso à Assembleia Geral;
- VI- Aprovar ou não o ingresso de novos associados “ad referendum” da Assembleia Geral;
- VII – Requisitar informações e esclarecimentos ao Conselho Fiscal;

⁵⁷ Idem. pp. 2-3.

Parágrafo único – A Diretoria reunir-se-á, no mínimo, 01 (uma) vez por mês.⁵⁸

Por meio do item VII, podemos observar, que segundo a normativa, a Diretoria da Irmandade, deveria se reunir ao menos uma vez por mês. Resgatando uma dinamicidade e frequência para a ISB.

No que se refere ao Patrimônio da Irmandade, com a revogação da dissolução da Irmandade, a mesma retornara a ter plenos poderes sobre os bens pertencentes si mesma. Segundo o artigo 30 do Capítulo VI, “No caso da dissolução da IRMANDADE DE SÃO BENEDITO, a assembleia Geral destinará os bens remanescentes a outra instituição congênere e integrante da Arquidiocese de Aracaju”.⁵⁹ Ademais, a “alienação” e “gravação” dos bens não são autorizadas sem a permissão prévia da “Assembleia Geral”, nos estatutos anteriores esta autorização estava ligada diretamente à permissão da Autoridade Diocesana.

Para a mesa diretora no ano de 2018, foram eleitos a irmã Maria Anúzia de Souza, para o cargo de Vice-Presidente, Stella Maris Nelson de Mello Manier, como 1ª Secretária, Railda Barros de Souza como 2ª Secretária, Pe. José Lima Santana como 1º Tesoureiro, João Batista Barroso como 2º Tesoureiro. O senhor João Tadeu Lessa, como Administrador do Cemitério de São Benedito. Tais informações estão dispostas na ata da reunião que ocorrera no dia 14 de dezembro de 2018, na cúria Metropolitana da Arquidiocese de Aracaju.

A ata de reunião, conta ainda com a assinatura de todos os participantes da reunião, com a inserção tanto nos cargos diretivos, quanto na própria irmandade de novos integrantes, é o caso do Pe. Alessandro da Costa Lima, como membro do Conselho Fiscal, Pe. Anderson Gomes como integrante do Conselho Fiscal, Luca Bianucci como membro do Conselho Fiscal.

Os integrantes da ISB presentes foram, Aliete Silva Leite, associada da Irmandade, Jeová Rodrigues (associado da irmandade), Pe. Genário de Oliveira Júnior, vigário geral da Arquidiocese de Aracaju (associado da irmandade), Antônio Menezes (associado da irmandade). O Estatuto também conta com a assinatura de funcionários do

⁵⁸ Idem. pp. 6-7.

⁵⁹ Idem. p. 11.

Cemitério de São Benedito: Joerlon Pinto dos Santos, Tânia Maria dos Santos e Charles Renier Porto do Prado (Assessor Jurídico da Arquidiocese de Aracaju).

Portanto, a ISB em Aracaju, passa, desde o ano de 2018 por um processo de resgate de sua organização enquanto associação católica. Conotando a intenção de congregar os irmãos e irmãs, para além de oferecer seus serviços mortuários. Esta empreitada, conta com a inserção de sacerdotes em seu quadro associados e dirigentes.

CAPÍTULO III

ESCURECENDO OS ESTATUTOS DE SÃO BENEDITO EM ARACAJU

O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser um guerreiro. E também é o recuo se a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz, mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias da destruição – Beatriz Nascimento.⁶⁰

Os estatutos e as atas de reuniões da irmandade de São Benedito, nos oferecem os nomes de alguns irmãos que fizeram parte da diretoria, em sua maioria negros, pois, como já fora afirmado, a ISB em Aracaju, fora formada hegemonicamente por pretos e pardos.

As fichas de inscrições concernem, junto com os estatutos da Irmandade de São Benedito, em uma das principais fontes acerca da história da Irmandade, bem como, da própria cidade de Aracaju. Por meio delas, podemos caracterizar os integrantes da irmandade, bem como, é possível observar as principais regiões da cidade de Aracaju, ocupadas pelos mesmos.

Entretanto, estas fichas de inscrições são fontes que precisam ser analisadas com um olhar cuidadoso, mediante o fato de algumas inconsistências contidas nestes documentos. Como é o caso da ficha de inscrição da irmã de Dona Railda Barros de Souza, Normélia Barros de Souza, a mesma fora declarada constando 7 anos de idade, no ato de sua inscrição na irmandade, quando na verdade possuía 4 anos, segundo o cálculo da data de sua inscrição subtraída pela data de seu nascimento.

Por isto, nos dedicaremos a apresentar, dentro dos limites das fontes que acessamos, estes irmãos de São Benedito. Nos utilizando principalmente das fichas de inscrições dos mesmos, e em alguns casos de seus familiares e vizinhos.

⁶⁰ NASCIMENTO, M.B. Quilombo: em Palmares, na Favela, no Carnaval. In NASCIMENTO, Maria Beatriz. Beatriz Nascimento, Quilombola e intelectual: **Possibilidade nos dias da destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.** 488 páginas. 1ª Edição. p. 189-194.

Em 1954, foram eleitos para os cargos eletivos, os irmãos Vicente Ferreira Filho (vice-presidente), Joviniano Fonseca Filho (1º Secretário), Helvécio Santiago (2º Secretário) e para os cargos de mesários Sabino José dos Santos, José Eduardo de Oliveira, Alfredo Nascimento, João Batista de oliveira, Adolfo França, Júlio Soares dos Santos e Alípio Gomes Soares.

Encontramos as fichas de inscrições dos mesários Sabino José dos Santos, pedreiro, sob número de inscrição 231; João Batista de Oliveira, funcionário federal aposentado, inscrito na irmandade em 1949 sob o número de inscrição 130. Ademais, encontramos a ficha do tesoureiro nomeado Jeferson de Souza, sob o número de inscrição 335. O mesmo era bancário, natural de Divina Pastora.

O senhor Sabino José dos Santos (**Figura 1**), viúvo, natural da cidade de Laranjeiras-SE, era pedreiro e residia na rua de Estância, no centro da cidade. Ingressou na irmandade de São Benedito em 1941, sendo eleito para o cargo de mesário em 1954. Deixara o seu pecúlio para os seus filhos.



Figura 1

Fonte: Ficha de inscrição n. 231. AISB. 1944.



Figura 2

Fonte: Ficha de inscrição n. 108. AISB. 1949



Figura 3

Fonte: Ficha de inscrição n. 754. AISB. 1958

O senhor João Batista de Oliveira (**Figura 2**), era natural da cidade de Aracaju, residia na rua de Itabaianinha, fora funcionário federal aposentado. Ingressara na irmandade em 1949, aos 78 anos de idade, era filho de Ângelo dos Santos e Maria de Oliveira. Deixara o pecúlio para os seus filhos e a sua esposa.

A senhora Maria dos Santos (**Figura 3**), também integrante da irmandade de São Benedito, sob o número de inscrição 754, declarou residir no mesmo endereço que o senhor João Batista de Oliveira. A mesma ingressara na irmandade em 1958, era natural

de Santa Rosa de Lima, solteira e ocupava a função de doméstica. Possivelmente, ela trabalhava na casa do Sr. João Batista de Oliveira. A mesma deixou de pagar a taxa da irmandade em 1979.

A partir do ano de 1971, assim como fora afirmado por João Mouzart de Oliveira, as mulheres passam a integrar cargos diretivos de importância na irmandade de São Benedito. Foram eleitos para a mesa diretora, Djalma Ferreira de Oliveira (vice-presidente); Maria Eloiza de Araújo Aragão (1ª secretária); João Pedro de Jesus (2º secretário) ; João Batista de Oliveira (Tesoureiro) ; Maria Pediza dos Santos (Mesário) ; Tourino dos Santos (Mesário); Lourival Vitorino (Mesário); Cicero Monteiro da Cruz (Mesário); Ceciliano Borges Luduvise (Mesário); Arnaldo José Falcão (Mesário); Rosidete Araújo Oliveira (Mesário); José Dias Machado (Mesário).

Encontramos a ficha de inscrição da senhora Maria Eloiza Araújo Aragão, sob o número de inscrição 397, consta seu nome de casada, enquanto que no estatuto, consta seu nome de solteira. A mesma era natural de Divina Pastora, filha de Aquiles Mota Aragão e Herlinda de Araujo Aragão. Era professora e residia na rua Armindo Guaraná. Ingressara na irmandade em 08.10.1967, aos 31 anos de idade, deixara o pecúlio para a mãe e a tia.

A sua mãe dona Herlinda de Araujo Aragão, também era integrante da ISB, tendo se inscrito em 1954, aos 70 anos. Nascera em 30.09.1915 na cidade de Divina Pastora, sendo filha de Cizino Marques de Oliveira e Maria da Glória Araujo de Oliveira. Era viúva e residia na rua de Estância, sendo vizinha do senhor Sabino José, eleito mesário em 1954. Exercia a função de prendas do lar. Deixara o seu pecúlio para Maria de Fátima Araujo Aragão.

O senhor João Batista de Oliveira, eleito mesário em 1954, permanecera na diretoria, sendo nomeado tesoureiro. A senhora Maria Pedriza (**Figura 4**) dos Santos, ingressara na irmandade em 9 de agosto de 1970, sob o número de inscrição 270. Era natural de Aquidabã-SE, sendo filha de Leosiro José dos Santos e Maria Nestrina dos Santos. Era “servente”, solteira, e residia na rua Edimilson Souza. Em sua primeira ficha, deixara o seu pecúlio para a sua filha. Posteriormente se mudara para a rua Sete de Setembro no Conj. Marcos Freire II, onde reside até o presente momento.



Figura 4

Fonte: Ficha de inscrição n. 270. AISB. 1970.



Figura 5

Fonte: Ficha de inscrição n. 145. AISB. 1967.

Na altura dos anos de 1970, a senhora Maria Pedriza morava no bairro Santo Antônio, sendo vizinha da senhora Hildete Menezes (**Figura 5**), que ingressara na ISB em 1967, aos 50 anos. Era natural de Santo Amaro-SE, tendo por progenitores os senhores Agenor Menezes e a senhora Maria de Lourdes Menezes. Possivelmente, a senhora Hildete Menezes indicara para a irmandade a senhora Maria Pedriza, visto que não foram encontrados parentes da mesma, na irmandade.⁶¹

O senhor Cícero Monteiro da Cruz (**Figura 6**), era natural da cidade de Cedro de São João-SE. Ingressara na irmandade de São benedito em setembro de 1954, aos 41 anos de idade, segundo consta em sua ficha de inscrição. Era filho do senhor João Monteiro da Cruz e da senhora Maria da Pureza Cruz. Residira na rua Edison Ribeiro, ocupava a função de Economista. Fora nomeado como administrador do Cemitério de São Benedito na década de 1980, como fora relatado no capítulo 2. Falecera em fevereiro de 1987, deixando o pecúlio para a sua esposa.



Figura 6

Fonte: Ficha de inscrição n. 470. AISB. 1954.



Figura 7

Fonte: Ficha de inscrição n. 449. AISB. 1954.

⁶¹ Ficha de inscrição nº. 145. Irmandade de São Benedito. Aracaju, 1967.

A sua mãe, a senhora Maria da Pureza da Cruz (**Figura 7**), ingressara na irmandade em agosto de 1954, aos 70 anos de idade, sendo natural da cidade de Muribeca-SE. Era doméstica e residira na rua Cabo Costa, filha de José Victor dos Santos e Maria Rosa dos Santos, deixara o seu pecúlio para os familiares. Em 1971, era proibida a entrada de membros com mais de 50 anos de idade, podemos observar, que a mãe do então mesário, Cicero Cruz, fora beneficiada. A mesma fora enterrada na irmandade, visto que consta em sua ficha o termo “falecida”.

O senhor Lourival Vitorino dos Santos (**Figura 8**), era natural da cidade de Japaratuba, ingressara na irmandade em 1956, aos 40 anos de idade. Na altura da sua eleição, contava, portanto, com 55 anos. Filho de Antonio Vitorino dos Santos e Fauta Vitorina dos Santos, era solteiro, residente na rua de Lagarto. Funcionário público aposentado, deixara o seu pecúlio para os seus irmãos e sobrinhos.

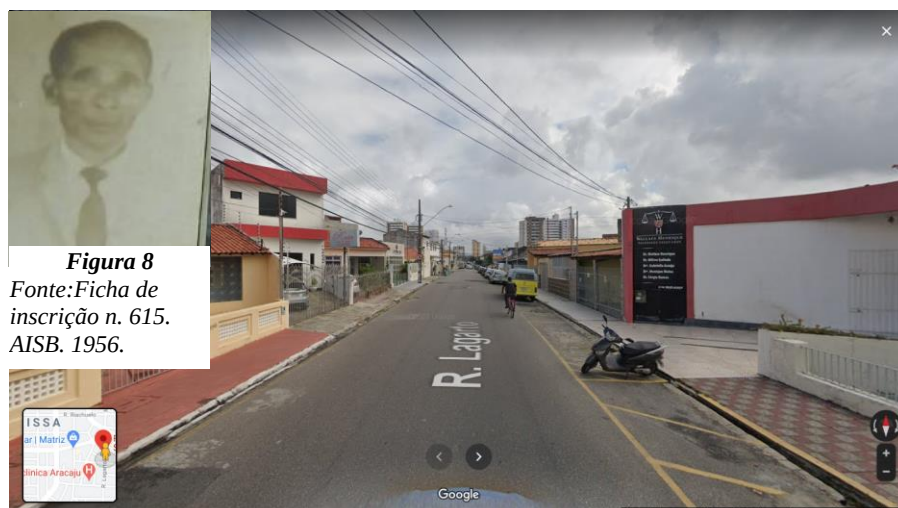


Figura 8

Fonte: Ficha de inscrição n. 615. AISB. 1956.

Figura 9

Fonte: Rua de Lagarto, Aracaju – SE. Google Maps. Acessado em: 12.01.2021.

Lourival Vitorino dos Santos residia na rua de Lagarto, como já fora supracitado, o mesmo era vizinho de uma boa quantidade de irmãos de São Benedito, segundo o endereço contido nas fichas de inscrição dos mesmos. Estes eram, os senhores Abilio Alves da Silva e Glicério Fraga; e as senhoras, Marina Menezes Siqueira e sua irmã Cacilda Siqueira Aguiar, Antonia Menezes e Silva (casada com o senhor Abilio Alves da Silva), Stelita Dias O. Fraga (esposa de Glicério Fraga), Vivaldina França Santana, Maria Amália Ribeiro, Guiomar de Oliveira, Ozinete Tavares de Lima, Maria Amélia de Oliveira.

Ceciliano Borges Luduvise (**Figura 10**), era natural da cidade de Laranjeiras-SE. Nascido em janeiro de 1918, ingressara na irmandade em agosto de 1966, aos 48 anos de idade. Era filho dos senhores Francisco Borges e Josefa Luduvise Borges. Tinha por inscrição o número 762, era funcionário público aposentado, residente na Boca do Rio, na Atalaia Velha. Deixara o pecúlio para os filhos. Não encontramos nenhum parente ou irmão que fosse vizinho de Ceciliano Borges Luduvise. No entanto, é possível que o mesmo tenha sido indicado por algum irmão da ISB, que também fosse funcionário público.



Figura 10
Fonte: Ficha de inscrição n. 762. AISB. 1966.



Figura 11
Fonte: Ficha de inscrição n. 473. AISB. 1954.



Figura 12
Fonte: Ficha de inscrição n. 255. AISB.

O senhor José Dias Machado (**Figura 11**), era natural da cidade de Aracaju- SE. Nascido em 30 de março de 1935, era filho de Manuel Óton Dias e Noemia Dias Machado. Ingressara na irmandade em setembro de 1954, aos 19 anos de idade, sendo eleito para mesário aos 36 anos de idade. Era técnico ótico e residia na rua Tenente Cleto, no que hoje corresponde ao Bairro 18 do Forte. Deixara o seu pecúlio para a sua esposa.

A mãe do senhor José Dias Machado, Noemia Dias Machado (**Figura 12**), possui ficha de inscrição na irmandade. Na mesma consta somente o nome e o número de inscrição. Possivelmente, José Dias Machado inscrevera a mãe às pressas, para que a mesma pudesse ser sepultada no cemitério de São Benedito. Isto deve ter sido viabilizado mediante o fato do mesmo ser mesário, portanto, um dos responsáveis pelo ingresso de novos membros.



Figura 13

Fonte: Ficha de inscrição
n. 580. AISB. 1956.

Ademais Cecília Barros Rocha (**Figura 13**), declarou morar na mesma residência do senhor José Dias Machado. A mesma era natural da cidade de Maruim-SE, e ingressara na irmandade em abril de 1956, 2 anos após José Dias Machado. É possível que o mesmo tenha vendido ou alugado a sua casa para Cecília Barros, ou que ela trabalhasse em sua casa como empregada doméstica. Visto que esta era a ocupação da mesma.

No ano de 2010, foram nomeados para os cargos da Diretoria da Irmandade, Raymunda Pereira da Silva, como Diretora Vice-Presidente; Maria Amélia Figueira de Jesus como Diretora-Secretária.

A senhora Raymunda Pereira da Silva (**Figura 14**), nasceu em 22 de dezembro de 1925, na cidade Estância-SE. Era filha de João Ferreira Alves e Maria Cationila Alves. Fora casada e residia na rua Simão Dias, no centro da Cidade de Aracaju. Ingressara na irmandade de São Benedito em agosto de 1969, sob o número de inscrição 22, contava então com 44 anos de idade. Trabalhara como funcionária pública estadual e legara o seu pecúlio aos seus filhos.



Figura 14

Fonte: Ficha de
inscrição n. 22. AISB.
1969.

Na ocasião da sua nomeação para o cargo de vice-presidente da ISB, contava com 85 anos de idade e 41 anos como irmã de São Benedito. Na ata da reunião para a aprovação do estatuto de 2010, Dona Raymunda elogiou a administração da irmandade pelas reformas realizadas no cemitério, bem como pediu para que uma rampa fosse instalada no mesmo. Dona Raymunda fora vizinha do tesoureiro da ISB, Jerferson de Souza, que também morava na rua Simão Dias e possivelmente a indicara na ocasião de seu ingresso na ISB.

Maria Amélia Figueira de Jesus (**Figura 15**), era natural da cidade de Rosário do Catete-SE. Nascera em 4 de dezembro de 1930, sendo filha de Otília Figueira. Inicialmente motava na rua Silvio Romero, ocupava a função de doméstica. Ingressara na ISB, em 05 de junho de 1957, aos 27 anos de idade. Posteriormente se mudou para o bairro Augusto Franco.

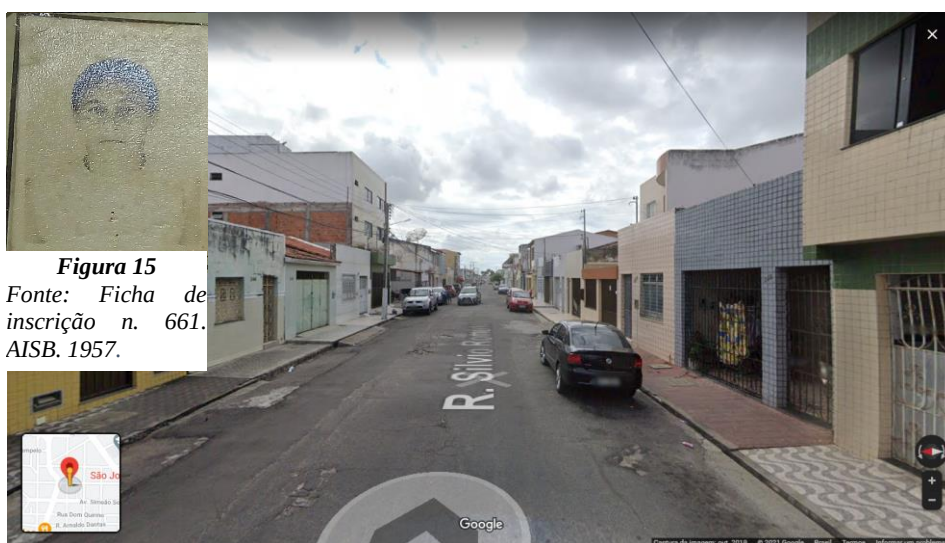


Figura 15
Fonte: Ficha de inscrição n. 661. AISB, 1957.

Figura 16

Fonte: Rua Silvio Romero, Aracaju – SE. Google Maps. Acessado em 12.01.2021.

A rua Silvio Romero, a qual Dona Maria Amélia residia na ocasião da sua inscrição na Irmandade, possuía outros irmãos que residiam no mesmo logradouro, e possivelmente indicaram Dona Maria Amélia para a ISB. Entre eles estão, Silvino Araujo Barreto, pintor aposentado; Ana Tourinho de Jesus, doméstica; Lindinalva de Oliveira Melo; Martiniana Alves Pinheiro, doméstica; Maria Pureza Santos Jesus, doméstica; Maria Pureza Santos Jesus, lavadeira; Maria Eurides Oliveira, funcionária pública aposentada; Otília Figueira, doméstica; Mara de Souza Prado, funcionária pública municipal-aposentada e Djanira Nunes da Paixão, doméstica.

Para a mesa diretora no ano de 2018, foram eleitos a irmã Maria Anúzia de Souza, para o cargo de Vice-Presidente, Stella Maris Nelson de Mello Manier, como 1ª Secretária, Railda Barros de Souza como 2ª Secretária, Pe. José Lima Santana como 1º Tesoureiro, João Batista Barroso como 2º Tesoureiro. O senhor João Tadeu Lessa, como Administrador do Cemitério de São Benedito. Tais informações estão dispostas na ata da reunião que ocorrera no dia 14 de dezembro de 2018, na cúria Metropolitana da Arquidiocese de Aracaju.

Dos quais, somente as irmãs Maria Anúzia de Souza e Railda Barros, possuem fichas de inscrição na Irmandade. Os demais membros da diretoria, com exceção do senhor João Tadeu Lessa, ingressaram na irmandade nesta mesma reunião, em um intento de revitalização da mesma.

A senhora Maria Anúzia de Souza (**Figura 17**), ingressara na irmandade de São Benedito em 1956, sob o número de inscrição 590. Natural da cidade de Siriri-SE, era filha de José Ventura de Souza e Maria Marcionila de Jesus. Era solteira, funcionária do hospital Santa Isabel e deixara o pecúlio para a sua filha Lúcia Maria Teles. Na altura de sua inscrição a mesma residia na rua Dom José Thomaz, posteriormente se mudara para a sua Porto da Folha, onde residira até a data de seu falecimento.



Figura 17
*Fonte: Ficha de inscrição
n. 590. AISB. 1956.*



Figura 18
*Fonte: Ficha de inscrição
n. 593. AISB. 1956.*

Na altura da sua nomeação como vice-presidente, a mesma contava com cerca de 95 anos de idade, dos quais vivera cerca de 56 anos como irmã de São Benedito, a senhora Maria Anuzia falecera em fevereiro de 2019. Entretanto, a mesma possuía uma irmã que permanece viva e é integrante da irmandade de São Benedito, a senhora Maria Amélia de Souza (**Figura 18**).

A mesma também é natural de Siriri-SE. Nascera em abril de 1934, sendo dez anos mais nova que a senhora Maria Anuzia de Souza. Ingressara na irmandade em 1956, um mês após a sua irmã. Era casada, funcionária pública do estado de Sergipe e residia na rua Florianópolis, no bairro América. Deixara o seu pecúlio para o seu esposo, o Sr. Otávio José da Silva.

Railda Barros de Souza, nomeada 2ª secretária nas eleições de 2018, de longe, é um dos casos mais interessantes no que concerne aos irmãos de São Benedito, pois possuiu inscritos na irmandade vários familiares. Pai, mãe, tia, duas irmãs e um irmão.

Dona Railda Barros de Souza (**Figura 19**), é natural da cidade de Aracaju-SE. Nasceu em 20 de julho de 1946, filha de Milton Feitosa de Souza e Maurina Barros de Souza. Sua inscrição na irmandade se dera no dia 10 de abril de 1964, nesta altura ela morava na Rua São João, no Bairro Santo Antônio, era casada e trabalhava como secretária. Deixara o seu pecúlio para o seu esposo e os seus filhos.



Figura 19

Fonte: Ficha de inscrição n. 11. AISB. 1964.



Figura 20

Fonte: Ficha de inscrição n. 627. AISB. 1956.



Figura 21

Fonte: Ficha de inscrição n. 474. AISB.

Possivelmente, a senhora Railda Barros de Souza e toda a sua família nuclear, foram apresentados à Irmandade por meio de seu tio. Sua mãe, Maurina Barros de Souza (**Figura 20**), ingressara na irmandade de São Benedito em outubro de 1956. Era natural da cidade de Aracaju-SE, casada e trabalhava como doméstica. Filha de Manuel Raimundo de Barros e Zulmira Campos de Barros, deixara o seu pecúlio para a sua filha, Noélia Barros de Souza.

A tia de Dona Railda Barros, Otília T. Barros (**Figura 21**), era natural da cidade de Aracaju e nascera em 1919. Não consta na documentação a data de ingresso da mesma

na irmandade, entretanto, é descrito que nesta ocasião a mesma possuía 51 anos de idade. Residia na “estrada do Ponto Novo”, era casada e trabalhava como doméstica. Deixara o seu pecúlio para o seu esposo, o senhor Djalma Tavares.

O senhor Djalma Tavares (**Figura 22**) também era um irmão de São Benedito, sob o número de inscrição 393. Adentrara na Irmandade em setembro de 1953, aos 54 anos. Filho de José Francisco de Souza e Eurina Tavares de Souza, natural de Aracaju. Era funcionário público federal aposentado. Deixara o pecúlio para a sua esposa.



Figura 22
Fonte: Ficha de inscrição n. 393. AISB. 1953.

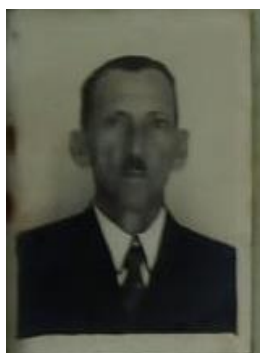


Figura 23
Fonte: Ficha de inscrição n. 150. AISB. 1966.



Figura 24
Fonte: Ficha de inscrição n. 157. AISB. 1966.

O senhor Milton Feitosa de Souza (**Figura 23**), pai da senhora Railda Barros, era natural de Propriá-SE. Ingressara na irmandade em abril de 1966, aos 48 anos de idade. Filho de José Felix de Souza e Maria Feitosa de Souza, era pedreiro e deixara o seu pecúlio para Perolina Feitosa de Souza. Possivelmente não sabia ler nem escrever, visto que a sua ficha de inscrição não possui a sua assinatura. Falecera em setembro de 1980.

O senhor Nilton Barros de Souza (**Figura 24**), irmão de Railda Barros de Souza, fora admitido em 10 de abril de 1966, sob o número 157, entre os irmãos da ISB. Natural de Aracaju, residia na rua General Joaquim Inácio, ocupando a função de comerciante. Deixara de o seu pecúlio para a sua esposa, entretanto, deixou de pagar a irmandade em 1979.

Noélia Barros de Souza (**Figura 25**), irmã de Dona Railda, ingressara na irmandade de São Benedito em 1966, aos 24 anos de idade. Residia na rua “D”, no Conj. Santa Tereza, era comerciante, casada, e deixara o seu pecúlio para a sua irmã Normélia Barros de Souza.



Figura 25

Fonte: Ficha de inscrição n. 753. AISB. 1966.



Figura 26

Fonte: Ficha de inscrição n. 425. AISB. 1967.

Normélia Barros de (**Figura 26**), ingressara na ISB em 1967, aos 4 anos de idade, residia com os seus pais na Trav. São João, era estudante e deixara o seu pecúlio para a sua irmã Noélia Barros.

A senhora Maurina Barros falecera em outubro de 1977, devido complicações geradas por uma “acidose metabólica”.⁶² Segundo os dados contidos na irmandade, somente a sua filha Railda Barros permanecera pagando mensalidade de da ISB, bem como a manutenção do ossuário de sua mãe.⁶³

Como pudemos observar ao longo deste capítulo, as pessoas que ingressaram na ISB, entre as décadas de 1940 e 1970, advieram de redes sociais que as inseriram na Irmandade. Sejam elas redes familiares, profissionais ou de vizinhança.

Hegemonicamente, os irmãos de São Benedito estavam relacionados uns aos outros por meio de laços consanguíneos. O que nos faz pensar, que o legado familiar deveria nortear o comportamento e comprometimento dos irmãos com esta associação.

Afirmar “lá vem meu parente” no funeral de um irmão de São Benedito em Aracaju, de fato não era um eufemismo. Muitos eram parentes consanguíneos, e possivelmente estabeleceram laços tão profundos que se tornaram parentes afetivos e com certeza religiosos.

⁶² Maurina Barros de Souza. Certidão de Óbito. Cartório do 11º Ofício. Aracaju, 1998.

⁶³ Recibo da Taxa de Manutenção do Ossuário nº 15 de 4ª Ordem ala antiga. Irmandade de São Benedito. Aracaju, 12 de dezembro de 2019.

CONCLUSÕES

Concluímos que a Irmandade de São Benedito sofreu um processo de romanização que ocorrera, normativamente, a partir da década de 1954, o primeiro estatuto ao qual possuímos conhecimento, o qual fora elaborado pela hierarquia eclesiástica da Cúria da antes Diocese de Aracaju, que fora elevada à condição de Arquidiocese em 1960.⁶⁴

Este processo de implementação das políticas ultramontanas no território da Igreja particular de Aracaju, fora realizada de maneira tardia, , assertiva também erigida e defendida por outros pesquisadores sergipanos, como João Mouzart de Oliveira Júnior e Claudefranklin Monteiro.

Dentro do processo de romanização da ISB, nós observamos uma intenção de construção de um gradativo sistema de controle da irmandade, por meio da burocratização de sua administração. O sistema administrativo implantado pela Arquidiocese de Aracaju, na Irmandade de São Benedito, dividiu o controle da irmandade entre os âmbitos “sociais” e “econômicos”.

Os irmãos da ISB, portanto, foram afastados do controle financeiro da Irmandade, que passara a ser administrada pela Igreja Particular de Aracaju. Mesmo os irmãos leigos possuindo o poder das atividades sociais da irmandade, havia a intenção de controle de tais atividades, por meio da vigilância constante dos padres que deveriam participar das reuniões da irmandade e acompanhar de perto o seu desenvolvimento.

A Irmandade de São Benedito fora controlada fortemente e esteve sob vigilância constante das Autoridades Diocesanas desde 1954. Supomos que existia, de fato o medo de uma espécie de “perigo negro” no âmbito religioso, como fora possível observar nos trabalhos historiográficos que versam sobre outras irmandades ao longo da História do Brasil colonial e imperial.

Este perigo, no caso da Irmandade de São Benedito em Aracaju, se dava em dois âmbitos, a festa de São Benedito, como proferido por Dom Luciano Cabral Duarte em “Estrada de Emaús – 1971”, contava, majoritariamente com a presença da população negra da cidade de Aracaju, muitos dos quais “nunca iam à Igreja”, sendo, provavelmente,

⁶⁴ A Igreja Particular de Aracaju. Disponível em: <https://www.arquidiocesedearacaju.org/institucional>. Acessado em 10/01/2021.

participantes de outras religiões, especialmente as de culto afro-religioso. Sendo, portanto, uma festa de cunho sincrético. Prática abominada pelo catolicismo romanizado.

Ademais, como o aferido ao longo da nossa pesquisa, a Irmandade de São Benedito, sofrera distensões políticas dentro das suas instalações. Supomos que tais divisões possam ter advindo de discursos que também abarcavam as questões raciais e dos irmãos de baixa renda.

Possivelmente, os irmãos de São Benedito, caminhando para a segunda metade do século XX, ansiavam dedicar, cada vez mais os seus recursos para o auxílio dos irmãos e da população mais pobre de Aracaju, que como afirmara Dom Luciano Cabral Duarte (1971, p. 57), majoritariamente era, também de cor. Portanto, a Irmandade de São Benedito, ganhava ares “associativistas”, de cunho negro, visto que hegemonicamente era ocupada por estes.

Sendo possível, que diversos irmãos e seus descendentes tenham sido alfabetizados pelos irmãos de São Benedito, pelo contingente de professoras que congregaram na mesma, à exemplo de Maria de Lourdes Amorim, que participara da irmandade ativamente.

Entretanto, por parte da Igreja particular de Aracaju, existira um interesse incisivo nos bens da irmandade, especialmente no cemitério de São Benedito. Apesar das adversidades, o fato da ISB, ter se dedicado a construir um cemitério desde a sua fundação, é um fator fundamental para a manutenção da irmandade até o presente momento.

É recorrente que os historiadores que se dedicam a pesquisar acerca das irmandades, especialmente as negras, versarem sobre a preocupação com a “boa morte”, para isto eram construídos os cemitérios, para que os mesmos pudessem oferecer isto aos seus irmãos.

No entanto, no caso da Irmandade de São Benedito em Aracaju, é motivo de vida, da manutenção da irmandade, desta organização a qual juridicamente o cemitério está atrelado.

O cemitério de São Benedito, segundo as nossas fontes, passara a ser visto como potencialmente lucrativo, pela administração da Arquidiocese de Aracaju, a ponto de em 2010, na oportunidade da separação da irmandade do cemitério, Dom José Palmeira

Lessa, ter declarado a irmandade extinta, a partir da morte do último irmão de São Benedito. Deste modo, o cemitério, tratado então, como um empreendimento funerário passaria a pertencer à Igreja Particular de Aracaju.

Sugerimos então, em uma escala histórica para a ISB em Aracaju, que antes do século XIX, até as primeiras décadas do século XX, possuía os destinos de sua organização nas mãos dos seus membros, em sua maioria negros e pobres que moravam nas zonas em torno da nascitura capital de Sergipe.

A partir da criação da Diocese de Aracaju em 1912, a ISB, passa por um processo de cerceamento da sua liberdade e tomada do controle do seu destino por meio da hierarquia eclesiástica de Aracaju. Este processo fora lento e gradativo, entretanto, violento. Violento ao ponto do clero aracajuano tomar posse não somente dos bens materiais, mas das fontes acerca do passado da irmandade antes da romanização da mesma, o que suscita a pergunta “onde estão as fontes acerca da irmandade de São Benedito no século XIX?”. A pergunta cala, ainda sem respostas, interferindo vivamente no apagamento da memória dos feitos desta confraria religiosa na cidade de Aracaju.

O processo de romanização da irmandade de São Benedito mesclou a intenção de moralização e doutrinação dos irmãos de São Benedito, com a tomada dos rendimentos monetários da Irmandade, por meio da Diocese de Aracaju.

O principal responsável pela tomada do controle da irmandade fora Dom Luciano Cabral Duarte que esteve envolvido na vida da Irmandade ao longo de toda a sua vida sacerdotal, está presente no primeiro Estatuto da Irmandade, ainda em 1954, e só saíra de cena em 1985, segundo as nossas fontes. Entretanto, ainda coordenaria o seguimento da irmandade até 1998, ano no qual fora sucedido por Dom José Palmeira Lessa.

Dom Luciano Cabral Duarte, nos chama atenção assim como o Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro em Lagarto. Duarte e Daltro, sempre foram condescendentes com as antigas irmandades negras, mas fundamentais para de maneira “dócil” incutir o ideário, ao menos a sua semente entre os integrantes destas confrarias.

No caso da ISB em Aracaju, ao final do século XX, a irmandade de São Benedito enfrentava sérios problemas econômicos advindos da inadimplência dos irmãos de São Benedito e da não angariação de novos membros. Supomos que tal fato se dera pela perda

do sentimento de pertença identitária destes irmãos com relação à irmandade de São Benedito.

O fato é que a esta altura, a irmandade de São Benedito se torna uma reminiscência de uma confraria negra na cidade de Aracaju, migrando para uma associação católica, submissa aos sacerdotes, controladas pelo mesmos.

O que ocorrera em 2010, fora a oficialização do fim da irmandade de São Benedito enquanto lugar de fortalecimento da identidade negra e de ajuda mútua da população negra e periférica em Aracaju.

A partir de 2018, mediante o novo estatuto, que revogara a extinção da irmandade de São Benedito, são dados vestígios que demonstram uma intenção de resgate da mesma enquanto associação socialmente ativa. Entretanto, ainda é necessário observar como este processo se desenvolverá.

O fato é que desde de 1954, a empreitada romanizadora da Diocese de Aracaju sobre a irmandade de São Benedito, a transformou em uma Irmandade dominada pelo clero de Aracaju, o mesmo se apropriara da confraria, que fora o primeiro espaço de organização negra na cidade de Aracaju, que temos por conhecimento até o presente momento.

Ao serem desagregados deste espaço, possivelmente os afro-sergipanos e afro-aracajuanos se conglomeraram, em outros lugares de organização afro-religiosa ou puramente de cunho social. Estes ainda estão por ser descobertos e estudados.

Por hora, subsistem a festa de São Benedito, ainda celebrada na Igreja de São Salvador, sempre nos primeiros domingos do mês de janeiro; a missa por todos os irmãos vivos e mortos, na capela do cemitério; e o próprio cemitério, que deve ser memoriado como um patrimônio, quiçá o primeiro patrimônio negro na cidade de Aracaju, construído em 1865. Construído como fruto dos esforços e criatividade financeira dos negros que nortearam a sua trajetória na cidade de Aracaju por meio da ISB.

REFERÊNCIAS

FONTES

- Cecília Barros Rocha. Ficha de inscrição n. 580. AISB. 1956.
- Ceciliano Borges Luduvise. Ficha de inscrição n. 762. AISB. 1966.
- Cícero Monteiro da Cruz. Ficha de inscrição n. 470. AISB. 1954.
- COSTA, João José. **Estatuto da irmandade de São Benedito**. Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Aracaju. Aracaju. 2018.
- Djalma Tavares. Ficha de inscrição n. 393. AISB. 1953.
- DUARTE, Cabral Luciano. **Estatuto da irmandade de São Benedito**. Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Aracaju. Aracaju, 1971.
- DUARTE, Luciano Cabral. **Festa de São Benedito**. In: DUARTE, Luciano Cabral. Estrada de Emaús. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1971. p. 57-59.
- GOMES, Fernando. **Estatuto da irmandade de São Benedito**. Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Aracaju. Aracaju, 1954.
- GOMES, Fernando. **Livro de Tombo da Diocese de Aracaju**. Nº 1. Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Aracaju.
- Hildete Menezes. Ficha de inscrição n. 145. AISB. 1967.
- João Batista de Oliveira. Ficha de inscrição n. 108. AISB. 1949.
- José Dias Machado. Ficha de inscrição n. 473. AISB. 1954.
- José Sabino dos Santos. Ficha de inscrição n. 231. AISB. 1944.
- LESSA, José Palmeira. **Estatuto da irmandade de São Benedito**. Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Aracaju. Aracaju. 2010.
- LESSA, José Palmeira. **Estatuto da irmandade de São Benedito**. Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Aracaju. Aracaju. 2014.
- Lourival Vitorino dos Santos. Ficha de inscrição n. 615. AISB. 1956.
- Maria Amélia de Souza. Ficha de inscrição n. 593. AISB. 1956.
- Maria Amélia Figueira de Jesus. Ficha de inscrição n. 661. AISB. 1957.
- Maria Anúzia de Souza. Ficha de inscrição n. 590. AISB. 1956.
- Maria da Pureza da Cruz. Ficha de inscrição n. 449. AISB. 1954.
- Maria dos Santos. Ficha de inscrição n. 754. AISB. 1958.
- Maria Pedriza dos Santos. Ficha de inscrição n. 270. AISB. 1970.

Maurina Barros de Souza. Certidão de Óbito. Cartório do 11º Ofício. Aracaju, 1998.

Maurina Barros de Souza. Ficha de inscrição n. 627. AISB. 1956.

Milton Feitosa de Souza. Ficha de inscrição n. 150. AISB. 1966.

Nilton Barros de Souza. Ficha de inscrição n. 157. AISB. 1966.

Noélia Barros de Souza. Ficha de inscrição n. 753. AISB. 1966.

Noemia Dias Machado. Ficha de inscrição n. 255. AISB.

Normélia Barros de Souza. Ficha de inscrição n. 425. AISB. 1967.

Ofício nº 01/85. Arquivo do Cemitério de São Benedito. Aracaju, 02 de abril de 1985.

Otília T. Barros. Ficha de inscrição n. 474. AISB.

Railda Barros de Souza. Ficha de inscrição n. 11. AISB. 1964.

Raymunda Pereira da Silva. Ficha de inscrição n. 22. AISB. 1969.

Recibo da Taxa de Manutenção do Ossuário nº 15 de 4ª Ordem ala antiga. Irmandade de São Benedito. Aracaju, 12 de dezembro de 2019.

Reunião Extraordinária da ISB - 27. 07.2001. Livro de Atas da ISB; p. 03.

SANTOS, Pedro Homem dos. **Testamento de Pedro Homem dos Santos**. Livro de Testamentos da Comarca de Aracaju. Arquivo Judiciário. Inventário, Cx 13, 1879. p. 33.

BIBLIOGRAFIA

BEZERRA, Felte. **Etnias Sergipanas; contribuição ao seu estudo**. 1ª reedição. Aracaju, Gráfica Editora J. Andrade. 1984.

CASTRO, Hebe. **História Social**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 41-54.

DANTAS, Beatriz Gois. **As Taieira de Sergipe: pesquisa exaustiva sobre uma dança do nordeste**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1972.

DAVIS, Natalie Zamon. **Las formas de la historia social** IN Historia Social, No. 10, Dos Décadas de Historia Social. Spring: Summer, 1991. pp. 177-182.

DOMINGUES, Petrônio José. **Associativismo negro**. In: Lilia Schwarcz e Flávio Gomes. (Org.). Dicionário da escravidão e liberdade. 1ed.São Paulo: Companhia das Letras, 2018, v. 1, p. 113-119.

_____. **Guerra de Xangô: ritual, perseguição e conflito na formação do campo religioso afro-sergipano.** RELIGIÃO & SOCIEDADE , v. 39, p. 120-146, 2019.

DOYLE, Arthur Conan. **As Aventuras de Sherlock Holmes Vol. 1.** Tradução de Thiago Sargadoy. São Paulo: Hunter Books, 2016.

Elsevier, 2011. p. 41-54.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história.** Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRIGIO, Ênio. **No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942).** 2016. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 12 ed. Rio de Janeiro:

Lamparina, 2015.

LEVI, Giovanni. **Sobre a Micro-História.** In A Escrita a história: novas perspectivas: BURKE, Peter (org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

MONTEIRO, Claudefranklin. **A Festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928): Limites e contradições da Romanização.** 2013. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude : usos e sentidos.** – 3. ed. – 1. reimp. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2012. – (Coleção Cultura Negra e Identidades).

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Beatriz Nascimento, Quilombola e intelectual: **Possibilidade nos dias da destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.** 488 páginas. 1ª Edição.

NUNES, Thetis. **Sergipe Provincial II (1840/1889).** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju, SE: Banco do Estado de Sergipe, 2006.

OLIVEIRA, Anderson José Machado. **As Irmandades dos Homens de Cor na América Portuguesa: à guisa de um balanço historiográfico.** Recôncavo Revista de História da UNIABEU, v. 3, p. 1-14, 2013.

OLIVEIRA, João Mourzart de . **A cor da oração: sociabilidades e resistências na irmandade de São Benedito em Aracaju-SE**. 2015. Dissertação (Mestrado em ANTROPOLOGIA) - Universidade Federal de Sergipe.

QUINTÃO, Maria Aparecida. **Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890)**. São Paulo. Annablume e FAPESP, 2002.

RASCKE, Karla Leandro. **Divertem-se então à sua maneira: festa e morte na irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Florianópolis (1988 a 1940)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa de Estudos Pós-Graduados em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

REIS, João José "**Identidade e Diversidade Étnica nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão**". Tempo, vol. 2, nº 3, 1997. pp. 7-33.

SANTOS, Jocineide Cunha dos. **Um olhar sobre as irmandades do Rosário dos Homens Pretos nas terras sergipanas (1750-1835)**. Saeculum (UFPB) , v. 25, p. 11-26-2011, 2011.

SAYAO, T. J. **As heranças do Rosário: associativismo operário e o silêncio da identidade étnico-racial no pós-abolição, Laguna (SC)**. Revista Brasileira de História (Online), v. 35, p. 131-154, 2015.

SOARES, Mariza Carvalho. **Devotos da Cor**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.